

Ata nº05/2025

Aos dezassete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e quinze minutos término às vinte horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE SETEMBRO DE 2025; -----

PONTO 2 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO MANDATO 2025-2029; --

PONTO 3 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2025; -----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2025-2029; ----

PONTO 5 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 6 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL); (4 EFETIVOS E 4 SUPLENTE); -----

PONTO 7 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE). -----

PONTO 8 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, POR GRUPO MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE (1 REPRESENTANTE POR GRUPO MUNICIPAL); INDICAÇÃO; -----

PONTO 9 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANMP (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

PONTO 10 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NA CPCJ (COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES (4 EFETIVOS E 4 SUPLENTE); -----

PONTO 11 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO CINEGÉTICO (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

PONTO 12 - ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES - CPCJ DE CHAVES – PARA CONHECIMENTO; -----

PONTO 13 - LISTA DE JUÍZES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO/DEASS/Nº469/2025; -----

PONTO 14 - CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2026. PROPOSTA N.º 182/GAPV/2025; -----

PONTO 15 - CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2026. PROPOSTA N.º 183/GAPV/2025; -----



PONTO 16 - AUDITOR EXTERNO / EMISSÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1.º SEMESTRE 2025. INFORMAÇÃO N.º 38/DDEF/2025;

PONTO 17 - MODIFICAÇÃO, POR REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO MODIFICATIVA, NOS TERMOS DO SNC-AP) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2025. INFORMAÇÃO / PROPOSTA N.º 40/DDEF/2025;

PONTO 18 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2026, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2026-2030). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI N.º 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA N.º 175/GAPV/2025;

PONTO 19 - CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2026. PROPOSTA N.º 165/GAP/2025;

PONTO 20 - DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2026. PROPOSTA N.º 166/GAP/2025;

PONTO 21 - FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2025 E A COBRAR EM 2026. PROPOSTA N.º 167/GAP/2025;

PONTO 22 - ALARGAMENTO DO PRAZO PARA ISENÇÃO DE IMI – ART.º 46º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E LEI N. 56/2023, DE 6 DE OUTUBRO - “PROGRAMA MAIS HABITAÇÃO”. PROPOSTA N.º 171/GAP/2025;

PONTO 23 - DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO – REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. PROPOSTA N.º 180 /GAPV/2025;

PONTO 24 – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. INFORMAÇÃO N.º 127/DCP/2025;

PONTO 25 - PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2026. – INF.715/DA/2025;

PONTO 26 - ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., TENDO POR OBJETO A INTEGRAÇÃO NA REDE VIÁRIA DO MUNICÍPIO DO TROÇO DE ESTRADA EN103-5, ENTRE O KM 4,468 (CUJAS COORDENADAS, NO SISTEMA ETRS89, SÃO 58.955 E 234.494) E O KM 8,396 (CUJAS COORDENADAS, NO SISTEMA ETRS89, SÃO 59.074 E 238.168), NA EXTENSÃO DE 3,928 KM. PROPOSTA N.º 181/GAPV/2025;

PONTO 27 - CONTRATO DE EMPREITADA “RETIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ER 314” – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANOS 2026 E 2027. INFORMAÇÃO / PROPOSTA N.º 34/DDEF/2025;

PONTO 28 - CONTRATO DE EMPREITADA “ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE NOVA GERAÇÃO” – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANO DE 2026. INFORMAÇÃO / PROPOSTA N.º 35/DDEF/2025;

PONTO 29 – CONTRATO DE EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE CHAVES II – “ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS N.º 3 E 5 AO PPI 2025 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS” – ANO DE 2026. INFORMAÇÃO / PROPOSTA N.º 36/DDEF/2025; --



-
PONTO 30 - 5.ª ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSN_006/2023 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE. PROPOSTA N.º 150/GAPV/2025; -----

PONTO 31 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO – NA RUA DA TRIGUEIRIÇA, EM CASAS DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO N.º 810/25 INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 663/DPM/2025; -----

PONTO 32 - PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO BECO DA CORTINHA E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE, NA EM 502, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA – PROCESSO N.º 722/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 662/DPM/2025; -----

PONTO 33 – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EXISTENTE – NA RUA CÂNDIDO SOTTO MAYOR JUNTO À ROTUNDA DO KM 0 DA EN2, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO N.º 884/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 752/DPM/2025; -----

PONTO 34 - PEDIDO DE REFORÇO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DA CAPELA DO SENHOR DOS AFLITOS, NA LOCALIDADE DE PASTORIA, FREGUESIA DE REDONDELO E NA RUA CENTRAL, NA LOCALIDADE DE NOVAL, FREGUESIA DE SOUTELO E SEARA VELHA – PROCESSO N.º 828/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 736/DPM/2025; -----

PONTO 35 - PEDIDO DE REFORÇO DE SINALIZAÇÃO – NA EM507, NA LOCALIDADE DE SOUTELINHO DA RAIA, FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA – PROCESSO N.º 683/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 642/DPM/2025; -----

PONTO 36 - PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – NA RUA DAS ALMAS, EM CALVÃO, FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA – PROCESSO N.º 659/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 643/DPM/2025; -----

PONTO 37 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, NA AVENIDA 5 DE OUTUBRO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO N.º 945/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 790/DPM/2025. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Anselmo José Martins**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Francisco António Chaves de Melo, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Luiz Mário Alves Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, António Manuel Pires de Almeida, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Sónia Cristina Adães Ferreira, Fernando Miguel Borges Valpaços, Abílio do Nascimento Ramos, Fernando Emanuel Monteiro Lopes, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Pinheiro, Aurora Teixeira Carvalho Morais, Ricardo Vassal Coutinho, Maria de Fátima Monteiro Carvalho Marques e Ricardo Alexandre Fontes Correia. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Marília Valente Ferreira Abelha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Pimentel Sarmiento, Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, David Tavares Teixeira da Silva, Jaime Esteves Abreu, Paulo Vítor Veiga Ribeiro, Gilberto Gomes Alves, Raquel Sofia Macedo Estrela Bastos, Bruno Miguel Baptista Lopes e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Maria Teresa Morais Sarmiento Campos e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo Municipal do IL: Pedro Miguel albino Figueiredo. -----



Pelo Grupo Municipal do CH – CHEGA: Ana Maria Pires Pinto de Almeida, José Luís de Menezes Amarante, João Felisbino Garcia Pereira de Oliveira e Alberto Gonçalves Ribeiro. -----

Pelo Grupo Municipal do Plano C: Paula Alexandra dos Santos Chaves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes, de Anelhe – Victor Manuel Gonçalves Esteves, de Bustelo – Fernando José Moura de Barros, de Cimo de Vila da Castanheira – Marcelo Rodrigues Morais, de Curalha – Domingos de Moura Alves, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – Raúl Fernandes Salvador, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Guilherme Pires Vilanova, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Filipe Manuel Rodrigues dos Santos, de Tronco - Catarina da Silva Oliveira, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - Alexandre Gomes Araújo, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Carlos Alberto dos Santos Vaz, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Ana Margarida Tito Fontes Parada, de Vale de Anta – Nuno Alves Pereira, de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas – Floriano Alves Videira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: -----

Luís Manuel Areias Fontes, pelo PS, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, pelo PS, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo PPD/PSD, Milena Sofia Vieira de Melo, pelo PPD/PSD, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, pelo PPD/PSD, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PPD/PSD, Olga Machado Gonçalves Ferreira, pelo PPD/PSD, Francisco António Taveira Ferreira, pelo PPD/PSD, Maria Julieta dos Santos Torres Valoura, pelo PPD/PSD, António Manuel Alves dos Ramos, pelo PPD/PSD, Gisela Marisa Magalhães Lopes, pelo CH-CHEGA, Alexandra Maria Neves Martins, pelo PPD/PSD, Lígia Maria Chaves da Silva, pelo PS, José Francisco de Resendes Carreiro, pelo PS, Nuno Miguel Claro da Silva, pelo PS, António João Barrigas Almeida Pereira, pelo CDS/PP, Ricardo Filipe do Souto Teixeira, pelo CH-CHEGA, Horácio Jorge Tiago, pelo CH-CHEGA, Maria Fernanda Teixeira Nogueira, pelo CH-CHEGA, António José Teixeira, pelo CH-CHEGA, Ana Cristina Magalhães de Jesus, pelo CH-CHEGA, Almor dos Anjos Cerdeira Fontoura, pelo CH-CHEGA. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **Anselmo José Martins**, declarou aberta a sessão, após ter verificado a existência de quórum. -----

No uso da palavra, saudou protocolarmente todos os presentes na reunião. -----

De seguida, tomaram posse os seguintes cidadãos eleitos por sufrágio universal e direto realizado no dia 12 de outubro de 2025, em virtude de não terem estado presentes no ato de Instalação da Assembleia Municipal para o Quadriénio 2025/2029: -----

- David Tavares Teixeira da Silva, pelo PPP/PSD.CDS-PP.IL – Chaves Mais; -----

- Abílio do Nascimento Ramos, pelo PS; -----

Tomaram, ainda, posse os seguintes cidadãos para o preenchimento dos lugares deixados em aberto pelos pedidos de renúncia dos cidadãos eleitos por sufrágio universal e direto realizado no dia 12 de outubro de 2025: -----

- Francisco António Pinho Peixeiro, pelo PS; -----

- Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU. -----



Muito bom dia, senhor Presidente, cumprimento todos os membros desta Assembleia. Relativamente ao Voto de Saudação em apreço, naturalmente, o Grupo Municipal do PPD/PSD, irá votá-lo favoravelmente, porque defendemos o 25 de abril, sempre, e também defendemos o 25 de novembro, Não há, como foi dito no voto de saudação, a consolidação da liberdade, da democracia do 25 de novembro, sem ter havido primeiro e previamente, não é de esquerda, não é de direita, não é de ninguém é de todos, é dos Portugueses é da liberdade, o 25 de abril sempre e o 25 de novembro, também. -----

Encerrou a discussão o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor e senhora Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social e público em geral. Uma palavra de apreço pelo trabalho de quem assegura tecnicamente e logisticamente os trabalhos desta Assembleia Municipal. Cumprimento também o primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, o Professor Ramiro Gonçalves, que já se encontra entre nós. As minhas considerações sobre a Moção ou Saudação: eu não consegui perceber exatamente do que se tratava, pensei que era uma Saudação, mas, afinal, é uma Moção. E, portanto, queria dizer que ainda que possa concordar com os propósitos e com a motivação, na minha perspetiva, a Moção tem algumas insuficiências e algumas omissões graves. Se é verdade, todos nós concordamos, para mim, enquanto democrata, o momento maior, marcante, decisivo, transformador, o momento de luz, é o 25 de abril, isso é absolutamente indiscutível. Naturalmente que num período de revolução sabemos sempre que os períodos subsequentes são muito difíceis, com dinâmicas sociais e económicas dos interesses instalados muito divergentes e, nessa perspetiva, com certeza que existiam, na altura, diversas visões políticas sobre o futuro do nosso País. E, de facto, havia uma visão, muito dentro dos militares, porque temos que dizer que, na altura, a liderança política do País esteve entregue sempre aos militares, independentemente de ser de direita, do centro ou de esquerda ou até de extrema direita e extrema esquerda. E, de facto, o 25 de novembro foi muito importante, mas eu acho que a Moção esquece dois homens importantes: Mário Soares e Ramalho Eanes. E, portanto, para mim e para as pessoas que fazem parte da minha área política, acho importante fazer essa correção histórica, porque é uma correção necessária, decisiva. Porque, mais uma vez, estamos a ser sectários, ou seja, querem combater o sectarismo, querem combater uma visão unilateral da história e, ao mesmo tempo, estão a esquecer factos relevantes da história. Qualquer manual dirá isto, não é preciso consultar grandes manuais. E há ainda outros homens importantes, uns mais conhecidos, outros menos conhecidos. Mas era importante que a data marcante da consolidação da democracia ficasse também ligada a dois homens maiores, a Mário Soares e a Ramalho Eanes e, para mim, esta moção só deve ser aprovada se for corrigida. Muito obrigado. -----

O Voto de Saudação foi rejeitado por maioria com trinta e oito votos contra onze abstenções e onze votos a favor. -----

No uso da palavra, o Deputado Municipal, **José Pimentel Sarmento**, pelo **PPD/PSD**, efetuou uma declaração de voto. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhora Vereadora, senhoras e senhores Deputados Municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, comunicação social, funcionários e todos os presentes. A razão da minha intervenção é muito simples. Não estou contra o 25 de novembro, mas esta Moção não diz nada daquilo que é a realidade do 25 de novembro. Esta Moção tem um objetivo, o de querer salvaguardar a situação de um Partido que, de facto, tem tomado posições muito antagónicas e que por vezes não respeita os princípios nem os ideais do 25 de novembro, nem do 25 de abril. Por conseguinte, não podia deixar passar isso e quero lembrar ao Partido Socialista, que já se esqueceram, mas deve haver aqui algum documento que eu conheço, que nós, aqui em Chaves, virmos para a rua, o PPD e o Partido Socialista, só lembrar que, de facto, nós viemos para a rua. Quero subscrever também a falta de individualidades como Salgueiro Maia, o General Ramalho Eanes, Pires Veloso e Pinheiro de Azevedo e muitos mais que, de facto, defenderam o 25 de novembro. Não estou contra o 25 de novembro que fique muito bem esclarecido. Mas para mim, estou como disse o meu líder municipal, o 25 de abril foi aquele que, de facto, nos libertou. Nós tivemos que infelizmente vir para a rua por outras razões, que todos conhecemos, e,



por conseguinte, há outra data que é o 25 de novembro que deve ser respeitada. Muito obrigado. -----

Pelo Grupo Municipal do PS, Moção – Pela Defesa do Ensino Superior no Interior e da Coesão Territorial” - tendo sido lida por **Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, Deputado Municipal do **PS**. ----
Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, caras e caros Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pessoal de apoio, trabalhadores, comunicação social e público, se presente, bom dia, a todos os meus cumprimentos. -----

Moção -----

“Pela Defesa do Ensino Superior no Interior e da Coesão Territorial” -----

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em sessão ordinária, vem manifestar a sua profunda preocupação relativamente à intenção do Ministério da Educação, Ciência e Inovação de permitir um aumento até 10% das vagas no ensino superior para o ano letivo 2026/2027, de forma indiscriminada e sem critérios de equidade territorial. -----

I – Enquadramento -----

Considerando que: -----

1. O Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) emitiu um parecer fortemente crítico relativamente à proposta do Ministério da Educação, Ciência e Inovação que prevê a possibilidade de aumento até 10% do número de vagas no ensino superior para o ano letivo de 2026/2027, aplicável de forma generalizada e sem qualquer critério de diferenciação territorial, alertando para os impactos negativos e potencialmente “demolidores” que essa opção poderá ter na sustentabilidade das instituições de ensino superior localizadas no interior do país; -----

2. O sistema de acesso ao ensino superior foi objeto de uma profunda revisão legal nos últimos anos, com a publicação de novos diplomas em 2023 e 2025 que alteraram os critérios de seriação e de cálculo das médias, aplicando-se já ao concurso nacional de acesso de 2025/2026, o que tem produzido impactos relevantes nos padrões de colocação dos estudantes, com efeitos particularmente negativos nas instituições localizadas fora dos grandes centros urbanos; -----

3. Um aumento generalizado de vagas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, que concentram já mais de metade da oferta nacional, tenderá a agravar as assimetrias territoriais, contribuindo para o esvaziamento demográfico, económico e social do interior do país; -----

4. O ensino superior, e em particular o ensino politécnico, desempenha um papel determinante na qualificação dos recursos humanos, na atração e fixação de população jovem e no reforço da competitividade dos territórios de baixa densidade, como é o caso do concelho de Chaves, da região do Alto Tâmega e Barroso e da região de Trás-os-Montes; -----

5. Em 2018, foi seguida uma política pública responsável que reduziu vagas nos grandes centros urbanos, com o objetivo de promover uma melhor distribuição territorial dos estudantes, política essa que contribuiu para a coesão territorial e que agora se encontra em risco de retrocesso. -----

II – Proposta -----

Em coerência com as razões de facto e argumentos aduzidos nos pontos anteriores, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 17 de dezembro de 2025, delibera: -----

1. Manifestar a sua discordância face à ausência de critérios e de criação de requisitos que sustentem a proposta de aumento indiscriminado de vagas no ensino superior, por considerar que a mesma compromete a coesão territorial e a sustentabilidade das instituições de ensino superior do interior; -----

2. Apelar ao Governo para que reavalie urgentemente esta medida, introduzindo critérios territoriais claros que salvaguardem o equilíbrio do sistema de ensino superior e promovam a igualdade de oportunidades entre regiões; -----

3. Reafirmar a importância estratégica das instituições de ensino superior do interior como motores de desenvolvimento económico, social e demográfico; -----

4. Remeter a presente moção ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação, ao Ministério da Economia e Coesão Territorial, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, à Comissão Parlamentar de Economia e Coesão Territorial e às Direções Parlamentares da Assembleia da



República, para conhecimento e efeitos tidos por adequados, apelando à adoção de políticas públicas que garantam a equidade territorial no acesso ao ensino superior e a sustentabilidade das instituições de ensino superior localizadas no interior do país. -----

Assembleia Municipal de Chaves, em 17 de dezembro de 2025” -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----
Renovo cumprimentos naturalmente ao senhor Presidente da Mesa, à senhora e ao senhor Secretários, também à senhora e aos senhores Vereadores, aos Membros desta Assembleia Municipal, naturalmente eleitos e também às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta, comunicação social, público e estrutura de apoio. Esta proposta, na minha perspetiva, tem em si mesma várias dimensões de grande relevância. Estamos a falar de uma proposta que, aparentemente, é uma proposta que cumpre o princípio da igualdade, porque, na prática, o que está aqui a preconizar é um incremento de 10% das vagas do Ensino Superior. Mas, ao fazê-lo, não em linha, mas em sentido inverso daquilo que acontecia anteriormente, que era haver critérios e cotas específicas para Instituições de Ensino Superior que estão localizadas em territórios do interior, designadamente os chamados territórios de baixa densidade, em muitos casos ocupados por Politécnicos ou também por Universidades, mas mais do interior. O que está a fazer, neste caso, é que estas vagas, ao serem criadas, estão a induzir ou permitir uma concentração da comunidade estudantil, sobretudo, onde? Lisboa, Porto e Braga. E, portanto, nessa perspetiva, o que nós entendemos é que a proposta de incremento dos 10% é de saudar, mas devia, na nossa perspetiva, ser concretizada nos moldes anteriores ou, se possível, melhorada no que diz respeito a questões de coesão territorial, coesão social, da atração no interior e da disseminação do conhecimento, do impacto positivo que as Instituições de Ensino Superior têm nos respetivos territórios, nas respectivas atividades e nas respectivas instituições. E, por isso, parece-nos que era fundamental que essa medida pudesse ser corrigida e, daí que, na minha perspetiva e na minha avaliação, é uma Moção que merece o apoio por parte de todos quantos defendem um território nacional mais coeso nas dimensões todas, social e económica, mas também defendem um território mais capaz, com maior capacidade de aprendizagem e com maior capacidade de podermos fazer esse crescimento de forma harmoniosa e em conjunto e, por isso, acho que é merecedora de um sentido positivo. Obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Renovo os meus cumprimentos. Dar nota à Mesa e a toda a Assembleia que, sensível ao argumento que comigo comentou o Deputado desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha da CDU, fiz aqui rapidamente uma alteração à proposta no seu número 1, para que fique clara que a posição desta Assembleia não é contra o aumento de vagas e para que se perceba a redação. Onde estava “*manifestar a sua discordância face à proposta de aumento*”, portanto, retirei esta redação e passará a estar “*manifestar a sua discordância face à ausência de critérios e de criação de requisitos que sustentem a proposta de aumento*” para que, de forma clara, se perceba que a posição não é contra o aumento do número de vagas, mas sim contra a ausência de critérios, de requisitos que sustentam esse mesmo aumento, pondo, quanto a nós, em causa a sustentabilidade do sistema de ensino e a coesão territorial como foi dito nos considerandos e, portanto, era apenas esta nota de alteração da redação do número 1 da proposta em concreto. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PPD/PSD**, uso da palavra disse: -----
Obrigado, senhor Presidente, apenas um reparo à Mesa, na Saudação do voto apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA, foi contabilizado o tempo todo de todos os intervenientes, na Moção apresentada agora pelo Partido Socialista, só agora, na segunda intervenção, é que o tempo foi contado, fica a observação. -----

Relativamente ao que está em discussão, que é o que importa, o Grupo Municipal do PSD, após a correção do ponto 1 e o esclarecimento prestado pela Bancada subscritora da proposta, o Grupo Municipal do PSD irá votar favoravelmente a Moção apresentada após a correção que aqui foi referida. -



Sempre defendemos no passado, defendemos no presente e continuaremos a defender no futuro, independentemente de quem esteja a governar a nação, independentemente de quem esteja a governar o nosso município, o ensino superior a bem das populações, dos nossos jovens, dos funcionários, dos professores e de toda a comunidade escolar, o Grupo Municipal do PSD estará sempre, mas mesmo sempre a favor desse desenvolvimento. E, por isso, votamos favoravelmente e sem reserva esta Moção.

A Moção foi aprovada por unanimidade. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Anselmo José Martins**, efetuou um pequeno esclarecimento à intervenção do Deputado da Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD: -----

Muito obrigado senhor Deputado, mas permita-me que o corrija, o tempo para a leitura da Moção/Saudação não foi contabilizado! Neste momento, o CHEGA tem seis minutos disponíveis, o PSD não fez leitura de Moção, o PSD entreviu na Moção. Uma coisa é a leitura outra coisa é intervir sobre a Moção. O que está acordado, e há muito tempo e vai constar do Regimento, porque já era entendimento da Mesa, é que a leitura não conta. Para além disso, esta Assembleia ainda está a funcionar com o Regimento anterior, e foi sempre entendimento desta Assembleia que o tempo usado na leitura das Moções não seria contabilizado. Em toda e qualquer outra intervenção posterior, o tempo já é contabilizado. Creio que estamos esclarecidos! -----

Pelo Grupo Municipal do CHEGA, Moção - tendo sido lida por Ana Maria Pires de Almeida, Deputado Municipal do CHEGA. -----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, -----

O Grupo Municipal do CHEGA expressa a sua indignação e preocupação com a grave situação de abandono da unidade hospitalar de Chaves, desprovida de profissionais em número suficiente em diversas especialidades, e recentemente atingida por mais uma perda no Serviço de Imunohemoterapia, com a saída da médica responsável para outro Hospital há mais de dois meses, tendo ficado o Serviço sem médico residente em Chaves, contando apenas com a vinda de um médico de Vila Real quatro dias por mês, o que é claramente insuficiente para o acompanhamento de todos os utentes com necessidade. de fazer o controlo do sangue e as consultas e procedimentos associados. Hoje, a maioria dos utentes está sem esse controlo feito, o que os deixa expostos a inúmeros riscos, incluindo risco de vida. Neste momento, quem tem necessidade de fazer o controlo do sangue tem de recorrer ao privado e a maioria dos utentes não tem essa possibilidade por condicionalismos económico-financeiros, sendo que muitos nem têm consciência dos riscos que correm ao não fazer o controlo do sangue de que necessitam por terem patologias do foro cardíaco e outros. -----

Este Serviço faz o diagnóstico e tratamento de doenças relacionadas com o sangue, coagulação (trombose, hemorragias) e resposta imune, através de transfusões, terapias com componentes sanguíneos e estudos laboratoriais complexos, sendo essencial no suporte a diversas outras áreas médicas, como a oncologia. É, pois, um Serviço de extrema importância e não podemos ficar em silêncio perante mais esta perda. -----

É urgente que os eleitos locais sejam a voz destes utentes e tomem posição clara sobre esta matéria. Eu própria sou doente cardíaca, necessito fazer o controlo do sangue todos os meses, e neste momento sinto-me totalmente abandonada. É urgente que esta situação seja resolvida com a maior brevidade possível e que o Serviço seja normalizado. -----

Os doentes merecem atenção e respeito, e ser tratados de uma forma eficaz e condigna! Requeremos que esta Assembleia faça chegar ao Conselho de Administração da ULSTMAD e ao Ministério da Saúde as preocupações e indignação desta população e exija a reposição no Hospital de Chaves desta e outras valências fundamentais. -----

Mais se requer que o Sr. Presidente da Câmara assuma esta causa com toda a determinação, em defesa dos utentes, e dê nota regular a esta Assembleia dos contactos e ganhos daí resultantes e da evolução da situação. -----

O Grupo Municipal do CHEGA estará sempre disponível para a defesa de melhores serviços para a região. Os Flavienses contarão sempre com o nosso empenho e firme determinação. -----

Chaves, 17 de dezembro de 2025. -----



Os eleitos do Partido do CHEGA na Assembleia Municipal de Chaves.” -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

David Tavares Teixeira da Silva, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos. Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhores Secretários e a todos os presentes. Apenas uma nota muito breve, efetivamente não há como discordar do que aqui foi dito pela Deputado Municipal, Ana Maria, do CHEGA, apenas salientar que, de facto, isto é uma verdade. Trabalhando no Hospital de Chaves e, efetivamente, tudo o que se possa ser feito para permitir mais valências no Hospital, deve ser feito, temos que concordar com o que foi dito. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Renovo os meus cumprimentos, a todos. Dizer apenas que sem prejuízo do que de relevante foi dito pela representante do Grupo Municipal do CHEGA, a verdade é que aquilo que aqui nos trouxe e com os considerandos que teceu, com todo o respeito, ficam aquém, na verdade, daquela que é a história que tem sido nos últimos anos desta instituição de saúde e também das múltiplas situações que há ainda a resolver. Mas também aquém do reconhecimento necessário do investimento que nos últimos anos ali se fez. O Grupo Municipal do PS votará a favor desta proposta. Efetivamente, também como foi dito anteriormente, o assunto é incontornável. Não obstante, não posso deixar de dizer que a fundamentação é escassa e não sublinha também o muito, designadamente por esta Assembleia Municipal, não neste mandato, é certo, que está agora a iniciar, tem sido feito e as posições que têm sido tomadas não só por esta Assembleia Municipal e não só pelos eleitos locais, mas também pela própria CIM, e desde logo pelos cidadãos, inclusivamente com manifestações e concentrações na via pública, não há assim tanto tempo. -----

Dizer que, e vou já adiantando, constando da atividade do senhor Presidente da Câmara, no ponto em que a apreciaremos, consta uma reunião com a senhora Ministra da Saúde e sobre a qual, pelo menos, o Grupo Municipal do Partido Socialista formulará a questão do que é que daí redundou. Eventualmente, possamos ter também já sobre este assunto algumas novidades. É essa a nossa expectativa! É com expectativa também que assistimos à já anunciada alteração no Conselho de Administração da entidade. Muito obrigada. -----

Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos. Dizer aqui, e só para reforçar que, efetivamente, estamos a favor, e como foi dito pelo Deputado Municipal, David Silva, do PPD/PSD, reforçar o esvaziamento que neste momento a ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro tem feito da Unidade Hospitalar de Chaves. Reforçar que esse esvaziamento é cada vez maior, está presente, está aí, é preciso agir e agir rapidamente desde o serviço de pediatria, desde o serviço de cuidados intermédios, desde, agora, com a parte da imunoterapia também. Portanto, é urgente, é premente atuar a este nível e haver uma intervenção célere e rápida, porque vamos continuar a ficar sem mais valências. Muito obrigada. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----

Endereçar novos cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente, à senhora Secretária, ao senhor Secretário, à senhora e aos senhores Vereadores, e a todos os Membros desta Assembleia Municipal e a quem ainda nos acompanha. -----

Sabemos todos que se há matéria que tem congregado e que tem, de alguma forma, permitido a existência de um consenso sobre alguma matéria a nível concelhio, eu diria que é mesmo a matéria relativa à Saúde. É aquela que entre, particularmente, o PS e o PSD, independentemente de quem lidera o Governo e por esta via o Ministério da Saúde ou quem está à frente dos destinos da Autarquia, é sobre esta matéria, que existe, existiu sempre um grande alinhamento. Eu queria recordar que esse alinhamento existe desde a integração do então Hospital Distrital de Chaves naquilo que era o Centro Hospitalar. Eu lembro-me bem também das posições assumidas pelo PSD, posições assumidas por mim, enquanto líder do PS, no sentido de ser contra essa decisão. Entendíamos na altura, entendemos agora que essa foi uma má decisão e a essa decisão sucederam-lhe um conjunto de más decisões. Mas é verdade que



estamos a falar de uma questão absolutamente essencial, mas existem, na minha perspetiva, para além de todas as decisões que foram tomadas, dois aspetos essenciais. Por um lado, uma falta de contratação de recursos humanos suficientes para fazer face à carteira de serviços em saúde que, na minha perspetiva, são todo o universo de utentes que são servidos por esta Unidade Hospitalar, serve não apenas a que foi referida pela Deputada desta Assembleia Municipal, Ana Maria, do CHEGA, não apenas a questão da área médica, não apenas a questão do fim da consulta do sangue, mas muitas outras dimensões que eu já passarei a enunciar. Reconhecendo ainda que, nos últimos anos, foi feito um grande esforço e um grande investimento em termos infraestrutural, tecnológico e de equipamentos, mas, no essencial, a questão assistencial, seja na área cirúrgica, ou seja, na área médica, continuamos, na minha perspetiva, como Unidade incapaz, insuficiente de responder àquilo que são as necessidades, em termos de saúde, das nossas populações. Os sinais de preocupação são crescentes porque se é certo que todos nós, o País e uma parte dos cidadãos, têm manifestado alguma insatisfação sobre a forma como o Serviço Nacional de Saúde se tem desempenhado, como tem conseguido responder a questões críticas, seja em questões que ocorrem mais em períodos sazonais, como são as gripes e doenças respiratórias, com grande incapacidade de resposta, seja no que diz respeito à assistência no transporte de emergência do INEM que antigamente já se criticava tanto, mas hoje, afinal, nós percebemos que os tempos médios de resposta são absolutamente inaceitáveis. Nós temos tempos de resposta nas urgências absolutamente inaceitáveis. Continuamos a ter uma incapacidade gritante e, na minha perspetiva, ela tem vindo a aumentar nos últimos anos. -----

Dizer também, e esta é uma afirmação minha, que só a mim me vincula, este Governo e este Ministério da Saúde não aposta da forma como devia no Serviço Nacional de Saúde. Tem, na minha perspetiva, colocado aqui outros interesses, na tal lógica do sistema, não do serviço nacional de saúde, o que faz com que, na minha perspetiva, o privado e o setor social da saúde não sejam complementares, mas estejam ao mesmo nível. Sou daqueles que defende que o Serviço Nacional de Saúde deve ser o serviço central da resposta da saúde em Portugal e depois, de forma complementar, os privados e o setor social. O que nós temos hoje, naquilo que são as políticas públicas, os macro em termos de saúde, é que, efetivamente, na minha perspetiva, estão todos a ser alinhados pelo mesmo nível e, portanto, o que nós estamos a fazer é a desqualificar o Serviço Nacional de Saúde. Isso é mais visível naquilo que são as chamadas unidades de saúde mais periféricas. As unidades de saúde mais periféricas, aquelas que estão nos territórios mais distantes dos grandes centros, territórios em que é mais difícil atrair recursos humanos qualificados, particularmente médicos, e é isso que se passa, na minha perspetiva, na Unidade Hospitalar de Chaves, agora integrada na ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro. E, portanto, achar que a resposta é uma resposta simplista, achar que a resposta passa por contratar um médico, dois médicos ou três médicos, na minha perspetiva, é continuar a querer enganar-se quanto à resposta decisiva, essencial para a Unidade Hospitalar de Chaves. Na minha perspetiva, e teremos oportunidade, se assim o entenderem, de falar sobre aquilo que foi abordado numa longa conversa com a senhora Ministra, e também lhes posso dizer aquilo que foi dito, mas também aquilo que foi percecionado por mim, porque uma coisa são as palavras, outra coisa é a interpretação de cada um de nós. Mas, na minha perspetiva, neste momento, há uma espécie de baixar de braços, há uma manifesta incapacidade de resolver os problemas. Identificam-se, mas não se resolvem. Só para falar desta Unidade, não vou falar de outras, nós temos que falar de uma coisa essencial, que é a Urgência. O serviço mais qualificante, mais importante e decisivo para a viabilidade de uma unidade hospitalar é a urgência, naquilo que é o serviço médico cirúrgico que nós temos, e nós sabemos, todos sabem, e sabem ainda melhor os dois médicos que aqui estão e, também estão aqui outros profissionais de saúde, pelo menos três enfermeiros, nós sabemos bem que as determinações técnicas relativamente à forma como o serviço médico cirúrgico tem que se organizar não estão a ser cumpridas! Não estão a ser cumpridas! E, portanto, se falham e se faltam recursos essenciais nas urgências, desde os internistas até outras respostas como cardiologia, e outras muitas respostas, às vezes naquilo que são os meios complementares de diagnóstico, porque, às vezes, a TAC não funciona, porque, às vezes, a ressonância também não é possível de usar. E, portanto, nós estamos a falar de situações críticas. Achar aceitável? O que era inaceitável, continua inaceitável, mas nada se resolveu e parece que a culpa é do Presidente da Câmara. Enfim, algumas das coisas que foram ditas aqui, até parece que a culpa é do Presidente da Câmara. Mas a culpa é de quem lidera a saúde, a culpa é de quem gere a saúde e não venham dizer que a responsabilidade é de quem não



protesta, de quem não exige! Não, a responsabilidade é de quem tem a competência para resolver e não resolve. E, portanto, nesta matéria, dizer que, relativamente a uma das respostas que nós há muito tempo ambicionávamos, que é urgência pediátrica, nós continuamos hoje numa situação absolutamente crítica. Não estamos a ver horizonte de solução, como não estamos a ver horizonte de solução para o internamento no âmbito da pediatria. Como não estamos a ver solução para os cuidados intermédios. O problema era um problema de orçamento, depois era um problema de recursos e depois um problema de autorização das finanças. Se é verdade que nós ouvimos isso do anterior Ministro da Saúde, António Pizarro, do PS, estamos a ouvir o mesmo desta Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, do PSD. Eu pergunto, qual é a diferença? Para pior, eu acho que ficou pior. Eu acho que ficou pior, sim. Eu passei um fim de semana, não há muito tempo, lá e para pior. E, portanto, entendamo-nos que, sobre esta matéria, eu acho que não devemos fazer política. A única coisa que temos que fazer é união, consenso, compromisso, dedicação, luta, é o que temos que fazer nesta matéria. Depois, tentar aproveitar aqui e acolá, alguns aspetos de minudência para dizer eu sou o melhor, tu és o melhor, nós fizemos mais, nós fizemos menos, isso é o princípio da desunião. E é o princípio de que, de facto, nós estarmos mais interessados nas questões político-partidárias do que no essencial. Para qualquer território, e sobretudo para os territórios do interior, o mais essencial é a saúde. Não apenas a saúde em si mesma, mas a saúde enquanto fator de segurança, enquanto fator de atração, enquanto fator de diferenciação, enquanto fator de esperança e enquanto fator de futuro. Isso é absolutamente essencial. Por isso, queria dizer-vos que a saúde, e eu já disse isto à senhora Ministra, vai ser o tema mais importante da nossa ação política nos próximos 4 anos. Será saúde! Esperamos que a senhora Ministra não faça uma coisa que é inaceitável, andou doze meses para marcar uma audiência, acham isto aceitável? Pergunto ao PSD, acham isto aceitável? Mas defendem-na, e nisto não pode haver cores partidárias. -----

Acham aceitável que uma senhora Ministra esteja doze meses para atender ao pedido de audiência de um Presidente de Câmara? E só foi aceite porque a senhora Ministra foi interpelada em público duas vezes quanto a esta matéria. Pois bem, dessa reunião ficou um compromisso, que daqui a três meses falaríamos outras vez e que nos daria nota da evolução que teriam os dossiers com condições para evoluir mais favoravelmente: o da pediatria e, portanto, daqui a três meses falaríamos sobre a pediatria, e que até ao final do ano, falaríamos sobre a questão dos cuidados intermédios, porque há muita gente que ainda não percebeu a relevância dos cuidados intermédios. Mas os cuidados intermédios estão ao mesmo nível que os serviços de urgência, aliás, estão interligados. E, portanto, dizer-vos que se a Unidade Hospitalar tiver uma unidade de cuidados intermédios isso é, na minha perspetiva, uma aposta decisiva do Ministério da Saúde e do respetivo Conselho de Administração. Eu até sugeri um responsável, um internista para que pudesse coordenar esse serviço. Porque não um aposentado, ou que se vai aposentar, o que já se aposentou e que possa desenhar, preparar, implementar e coordenar esse serviço? Porque de outra forma, sinceramente, o que nós vamos fazer é passar aqui o tempo em discussões, a fazer propostas, moções, eu trago aqui isto e aquilo, quantas moções já foram apresentadas aqui na Assembleia Municipal sobre a saúde? Já foram muitas, muitas e com considerandos muito fortes e com uma estrutura lexical muito afirmativa. Mas isso, na minha perspetiva, não é suficiente. Teremos que tomar esta posição e teremos depois, se for necessário, passarmos para ações mais concretas, como voltarmos outra vez à manifestação na rua, voltarmos à crítica com alguma criatividade, provavelmente através de outras soluções, para que possamos sempre por em evidência a importância da saúde e que ela só pode ser assegurada, na minha perspetiva, através do Serviço Nacional de Saúde, no nosso caso, através da Unidade Hospitalar de Chaves. Muito obrigado. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde, senhor Presidente. Senhor Presidente da Câmara, Doutor Nuno Vaz Ribeiro o Grupo Municipal do PSD não poderia estar mais de acordo com quase tudo o que Vossa Excelência disse. Se há matéria que nos une é a saúde. Fizemo-lo no passado, o PSD sempre o disse, sempre fez Moções, do histórico que o senhor Presidente aí traz, terá muitas do PSD, como do PS, como da CDU. Nesta Assembleia nunca quisemos partidizar uma matéria tão importante, tão fundamental para os cidadãos, tão essencial para os flavienses como a matéria da saúde e, o senhor Presidente da Câmara, independentemente do Governo que esteja a governar o nosso país, que hoje é do meu partido, mas também já foi do seu! E nós estivemos, estamos e estaremos ao seu lado, para encetar as mais variadas formas de luta, sempre e



quando os flavienses sejam beneficiados. Vamos para a rua, já fizemos manifestações, estamos disponíveis, não olhámos e não olhamos a quem está a governar para ir para a rua. Primeiro estão os flavienses, estão os nossos cidadãos, e do PSD pode contar sempre, como pôde contar no passado, pode contar sempre connosco para irmos para a rua a seu lado para defender a saúde dos flavienses, porque esta matéria não é partidária, esta matéria é de todos e não só dos flavienses é do Alto Tâmega e Barroso, a todos nos toca. -----

O nosso Hospital está a perder cada vez mais profissionais, não adianta fazer obras, não vou falar de quem vem inaugurar placas e convites e tirar aproveitamento político até com o nosso governo. Não somos nós, não fizemos, não o faremos, mas estaremos a seu lado sempre e quando para defender as populações. A saúde do Alto Tâmega e Barroso é fundamental para todos, estou em crer que a sua bancada, as bancadas com assento municipal nesta Assembleia estarão a seu lado, senhor Presidente, saiba o senhor liderar e encetar as mais variadas formas de luta. Não esqueço o que a atual Ministra foi candidata a este distrito como deputada, mas, mesmo assim, estarei ao seu lado. Estaremos ao seu lado para defender os flavienses. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----
Renovando cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores e à Senhora Vereadora e a todos os membros desta Assembleia Municipal. Dizer que espero que essas palavras emotivas depois tenham tradução nas ações, porque as palavras sem ação e sem consequência são vazias e são absolutamente inúteis. Portanto, queria dizer que no passado foi assim e esperamos que no futuro assim seja. Quero lembrar que, não há muito tempo, eu próprio liderei uma manifestação, mas a verdade é que a nossa sensação é que às vezes quem decide não nos escuta, não quer saber. Os números são pequenos, nós contamos pouco e, portanto, dizer claramente, olhos nos olhos, foi isso que eu fui dizer à senhora Ministra. Ela tem uma dupla responsabilidade, não é só Ministra da Saúde, mas é também a primeira eleita pelo Distrito de Vila Real, mas parece que se esqueceu logo. Esqueceu-se logo na relação com um dos seus representantes, que não só era Presidente da Câmara Municipal de Chaves, mas também era Presidente da CIM. Portanto, nessa perspetiva, esqueceu logo o princípio do respeito e o cumprimento do seu compromisso ficou logo posto e colocado em causa. Então se alguém não recebe, depois está disponível para fazer? Duvido! E, portanto, espero que o futuro seja diferente e que o começo tenha sido apenas um ligeiro percalço, que perceba que o Nuno Vaz não é o Presidente da Câmara do PS, é o Presidente da Câmara de todos os flavienses. É nessa perspetiva que eu quero que a senhora Ministra olhe para mim, porque não estava a olhar, estava a ser demasiadamente político-partidária. Sim, e foi isso que eu disse à senhora Ministra e vamos estar com ela na sexta-feira, vem inaugurar, pelos vistos, qualquer coisa aqui no Hospital, veremos o que é. Se quiserem fazer uma receção, uma receção crítica, na sexta-feira à tarde, ela estará em Chaves junto ao Hospital, portanto, podemos já começar por isso, se assim o entenderem. Mas queria concluir dizendo-lhe o seguinte, é que veremos, de facto, naquilo que nós seremos capazes de concretizar, mas, sobretudo, nestas matérias, mais importante do que falar, é quem tem que ouvir, tem que se fazer ouvir, diferenciar e, portanto, esperamos nós que se possam fazer as mudanças. Sinceramente, acho que aquilo que é o desempenho da senhora Ministra deixa muito a desejar em diversos e em diferentes domínios. Parece-me que não tem incrementado uma defesa do Serviço Nacional de Saúde, mas veremos se é assim ou se é de outra maneira. Esperemos que os desenvolvimentos futuros das ações possam, sobretudo, concretizar-se em aspetos muito mensuráveis: urgência pediátrica, internamento pediátrico, ao nível dos cuidados intermédios, depois fazer muito mais na cirurgia de ambulatório, termos mais resposta nas áreas médicas, na cardiologia, na pediatria, na questão da imunoterapia, enfim, noutras valências em que temos carência neste momento, se calhar urologia e outras que ainda estão piores. É nessas áreas que nós esperamos que venham respostas, ainda que numa fase inicial as respostas possam ser através da contratação de prestadores de serviços, sempre e quando seja uma solução intermédia, provisória e calendarizada. Porque é isso que as nossas populações esperam: respostas, respostas com acessibilidade, com equidade e com qualidade. É isso que elas esperam. Muito obrigado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU, no uso da palavra disse: -----



Bom dia, cumprimento o Presidente da Assembleia, o Presidente da Câmara, os Vereadores, os novos Vereadores, os novos eleitos, desejando um bom trabalho a todos. É importante tudo o que foi dito aqui e é importante agora a concretização. Nós percebemos que neste momento têm que ser as populações a manifestar de forma inequívoca e maciça o apoio e a exigência que o Serviço Nacional de Saúde responda ao interesse das populações nos cuidados primários e na Unidade Hospitalar. E só uma manifestação de força, uma manifestação participada, com objetivos concretos de defesa do Serviço Nacional de Saúde pode ter impacto e ajudar a Região e o País a defender um Serviço Nacional de Saúde que continua a ser tão importante para todos nós, mas que está nitidamente numa fase de queda. Essa queda é generalizada pelo País todo, é objetivada no Hospital de Chaves. E tal como a CDU disse aqui, às vezes sozinha, que não desfocássemos do essencial, já ninguém fala da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, porque esse não é o foco essencial. O foco inicial é o reforço do Serviço Nacional de Saúde e o respeito pela Unidade Hospitalar de Chaves, pela autonomia da Unidade Hospitalar de Chaves por projetos, por carreiras profissionais, por salários dignos, por todo um conjunto de ações que defendam a saúde das populações dentro de uma responsabilidade do Estado, tal como diz a Constituição, a defesa de saúde das populações através do Serviço Nacional de Saúde. Marque-se uma data, mobilizem-se os Presidentes de Junta, mobilizem-se os Membros da Assembleia Municipal e faça-se uma grande iniciativa de rua em defesa do Serviço Nacional de Saúde, contarão seguramente com a CDU. -----

Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, cumprimento o nosso Presidente da Mesa, cumprimento o primeiro Secretário, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, em nome dos mencionados também cumprimento todos os elementos presentes. Não poderia deixar de dar uma palavra de apoio ao nosso Serviço Nacional de Saúde. Delegar a responsabilidade do Serviço Nacional de Saúde nos utentes é algo perverso, porque nós precisamos primeiro de fomentar a literacia em saúde. Os utentes precisam é de ajuda e claro neste contexto de promoção da literacia, por inerência de função, a promoção da literacia em saúde terei que elevar o bom nome da enfermagem, que tem a seu cargo esclarecer e elucidar com clareza as dúvidas dos utentes face à sua condição de saúde/doença. São os enfermeiros que estão no terreno, somos nós que diariamente vemos a evolução do Serviço Nacional de Saúde, somos nós, os enfermeiros que vemos questões que são realmente dignas de uma boa reflexão, de sentido crítico, de massa crítica bem-intencionada e não só a pensar a saúde como um trabalho para defender os seus próprios direitos individuais. Efetivamente ser coerente e congruente com aquilo que dizemos. Só quero lembrar que os profissionais que defendem o Serviço Nacional de Saúde são, como diz o senhor Presidente da Câmara, os que fazem intervenções e que há coerência e, coerência interna entre o que nós advogamos e depois o que fazemos. Quem cuida, os enfermeiros, são essenciais, trabalham e nem o dinheiro, lhes queima as mãos. De facto, os partidos fazem a diferença e ser socialista faz diferença. Temos muito mais consultas, maior número, mas será que são melhores consultas para os utentes? Será que não há uma série de consultas que os utentes estão a ter para dar resposta à tal parceria público/privada que não sei se tem alguma auditoria em termos de necessidades coerentes que comprovem o seguir um utente nas suas necessidades afetadas? A nossa consulta externa, neste momento, também deveria ser um grande investimento porque se nós falarmos de promoção e educação para a saúde é na promoção da saúde e na prevenção da doença que nós deveríamos investir. A mim assusta-me seriamente quando vejo grandes obras que são fundamentais, é preciso que isto seja dito, também são fundamentais e trazem uma dignidade muito maior à prestação de cuidados em saúde. Grandes obras nos serviços de urgência, muitas vezes são é mais salas de espera. Mais tempos de espera. O investimento gerado com a ULS como um grande modelo teórico subjacente de união entre cuidados primários e cuidados hospitalares e cuidados primários e cuidados de continuidade, estão criadas as estruturas, agora é só preciso operacionalizá-las. A parceria público/privada faz sentido? Se calhar faz. Mas vamos operacionalizá-la devidamente. Revejo-me em tudo o que disse o senhor Presidente da Câmara, às vezes sinto que fala como um grande profissional de saúde e revejo-me muito nas políticas socialistas efetivas ou seja, olhar para o doente como um todo e não estar a dividir o doente em usuário de especialidades e subespecialidades por si só, nesta consulta naquela consulta e sentir que não existe um acompanhamento de continuidade e, mais ainda, de proximidade. Há um espartilho muito grande entre o que nós dizemos cuidar dos doentes e, às vezes, o que conseguimos fazer. Todos os



profissionais são bem-vindos, na produção de ganhos em saúde para os doentes, o problema continua a ser também a sobrecarga dos médicos que têm um trabalho enorme, que estão também sobrecarregados em conseguir dar resposta no público e no privado. Assim como os restantes profissionais, enfermeiros, técnicos auxiliares de saúde, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes operacionais que com remunerações insatisfatórias têm que trabalhar em mais instituições. Congratulo-me imenso que estejamos todos unidos neste tema. As políticas têm que ser reais e fico muito triste que, a Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso não continue a ser um tema para a senhora Ministra. Efetivamente quer queiramos quer não, Vila Real vai usar o seu direito de centralizar todos os profissionais que têm voz ativa e que têm poder ficarem sediados em Vila Real. Eu sou a favor da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, serei sempre, mas com condições obviamente e com uma distribuição equitativa dos profissionais que têm poder e têm voz ativa. Muito obrigada por me ouvirem. -----

A Moção foi aprovada por unanimidade. -----

Pelo Grupo Municipal do PS, Moção – Pela Defesa do direito à informação e da distribuição de imprensa em todo o território nacional” - tendo sido lida por Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Deputado Municipal do PS. -----

Moção "Pela defesa do direito à informação e da distribuição de imprensa em todo o território nacional" - I – Enquadramento -----

Considerando que: -----

1. A empresa VASP, principal operadora na distribuição de jornais e revistas em Portugal, anunciou recentemente estar a reavaliar as suas rotas diárias de distribuição em oito distritos do interior do país, incluindo o distrito de Vila Real, por as considerar economicamente deficitárias, tendo colocado em cima da mesa vários cenários que poderão culminar na interrupção da distribuição regular de imprensa a partir de 2026; -----

2. Tal decisão, caso se concretize, poderá privar milhares de cidadãos do acesso regular à imprensa escrita, agravando desigualdades territoriais já existentes e comprometendo seriamente o acesso regular e plural à informação em vastas zonas do interior, com particular impacto em populações mais envelhecidas e com menor acesso aos meios digitais; -----

3. O acesso plural, regular e territorialmente equilibrado à informação constitui um pilar fundamental do Estado de direito democrático, estando constitucionalmente protegido enquanto condição essencial para o exercício de uma cidadania informada, livre e participativa; -----

4. O aprofundamento das assimetrias entre o litoral e o interior, também no acesso à informação, contraria os princípios da coesão territorial e social, amplamente assumidos pelo Estado português e reiterados em sucessivos instrumentos de política pública; -----

5. Sendo a VASP uma empresa privada cujas decisões decorrem de critérios de viabilidade económica, tal circunstância não exonera o Estado das suas responsabilidades públicas quando estejam em causa serviços essenciais à democracia, ao pluralismo informativo e à igualdade entre cidadãos; -----

6. Compete, por isso, ao Governo estudar, promover e implementar medidas compensatórias, mecanismos de apoio ou soluções alternativas que assegurem a continuidade da distribuição de imprensa em todo o território nacional, sempre que o mercado, por si só, se revele incapaz de o garantir; -----

6. As autarquias locais, enquanto representantes diretas das populações e defensoras do desenvolvimento equilibrado do território, não podem ficar indiferentes a uma situação que ameaça o direito à informação e aprofunda a exclusão territorial; -----

8. A Assembleia Municipal de Chaves, no exercício das suas competências políticas e de representação democrática, deve afirmar-se como voz ativa na defesa dos interesses das populações, apelando ao diálogo institucional e à intervenção responsável do Estado. -----

II – Proposta -----

Em coerência com as razões de facto e argumentos aduzidos nos pontos anteriores, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 17 de dezembro de 2025, delibera: -----

1. Manifestar a sua solidariedade com os municípios e populações afetadas, bem como com os profissionais dos media, reconhecendo a importância do acesso regular à informação para a coesão social e territorial; -----



2. Exigir ao Governo que promova com urgência, em conformidade com os instrumentos legais e orçamentais à sua disposição, medidas que assegurem a continuidade da distribuição de jornais e revistas em todo o território nacional, nomeadamente nos distritos ameaçados pela VASP, de modo a prevenir o isolamento informativo de populações em territórios de baixa densidade populacional; -----

3. Remeter a presente moção ao Ministério da Cultura, Juventude e Desporto, enquanto responsável pela área da Comunicação Social, ao Ministério da Economia e Coesão Territorial, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, à Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, à Comissão Parlamentar de Economia e Coesão Territorial, às Direções Parlamentares da Assembleia da República e à Associação Nacional de Municípios Portugueses, para conhecimento e efeitos tidos por adequados, apelando à adoção de soluções que assegurem a continuidade da distribuição de imprensa no território nacional. ---
Assembleia Municipal de Chaves, em 17 de dezembro de 2025.” -----

Não se registaram intervenções. -----

A Moção foi aprovada por unanimidade. -----

Ainda no período de Antes da Ordem do Dia, seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados Municipais: -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Obrigado senhor Presidente da Mesa, na sua pessoa, cumprimentar os restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores do Executivo, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Membros da Assembleia, colaboradores da autarquia, público em geral, órgãos de comunicação social presentes, a todos cumprimento de igual forma. Senhor Presidente, esta é a primeira Assembleia após as eleições autárquicas de 12 de outubro e, nesse sentido, em nome do Grupo Municipal do PPD PSD, queremos felicitar o Partido Socialista e o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, pela vitória clara e expressiva nestas eleições, desejando que este novo ciclo traga a estabilidade, a responsabilidade, o compromisso com o bem comum de todos os flavienses. Queremos agradecer o trabalho, o empenho e a dedicação de todos os militantes, simpatizantes, apoiantes, todos sem exceção, candidatos às Assembleias de Freguesia, à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, os eleitos e os não eleitos dos Partidos da Coligação Chaves Mais do PPD, PSD, do CDS, PP e da Iniciativa Liberal e que, apesar da derrota, quer para a Câmara, quer para a Assembleia e para algumas Freguesias, há que dizê-lo e assumi-lo, contribuíram de forma decisiva para o debate democrático e para o fortalecimento das nossas instituições do poder local. -----

Queremos louvar também a postura e a atitude do nosso candidato à Câmara, o Dr. Marcelo Delgado. Caro Dr. Marcelo Delgado, obrigado pela sua coragem, pela sua disponibilidade, pelo seu dinamismo e pela sua forma de estar na política. Foi e estamos certos que será uma lufada de ar fresco, uma nova forma de fazer política dentro da política partidária. Foi uma campanha difícil, mesmo muito difícil, como a música da nossa campanha dizia, “bairro a bairro, rua a rua”, mas foi feita com convicção, com paixão, com entusiasmo, com verdade, com seriedade e com honestidade. Sim, a mudança era possível, mas não aconteceu. Os flavienses assim não o quiseram, e o povo como bem se diz, é soberano, e a vontade popular sempre foi e será por nós respeitada. Uma palavra de apreço, também de estima e de consideração, para uma amiga de longa data, companheira Dra. Marília. Obrigado, bem sabe que continuaremos na nossa luta pelos ideais da social democracia. Naturalmente, quero em meu nome pessoal e em nome do Grupo Municipal felicitar o nosso companheiro Hugo Silva e a sua equipa pelo resultado histórico alcançado na Freguesia de Santa Maria Maior e os demais companheiros e amigos que venceram nas nove Freguesias do Concelho de Chaves. Uma palavra também para aqueles que perderam, uma palavra de ânimo, continuem a lutar pelo vosso projeto político nas vossas Freguesias, junto dos vossos concidadãos e defendam aquilo que é a matriz social democrata, aquilo que é melhor para as suas populações em cada momento e em cada local, bem-hajam. Quando há princípios e valores democráticos, tanto servem as populações no exercício do poder como exercendo uma oposição séria, credível, capaz, responsável, o Partido Social Democrata tem uma história neste País, tem uma história neste Concelho. Não nos sentimos minorizados pelo tamanho da derrota, nós sentimo-nos valorizados pela defesa dos nossos princípios e ideais junto dos cidadãos. A democracia prevalece sempre que o



povo fala e o povo falou e é tempo de respeitar essa escolha. Senhor Presidente, da minha parte, da nossa parte, ficou o reconhecimento pelo esforço e pela luta democrática, as derrotas também nos ensinam, também nos fortalecem e de que maneira. A democracia vive do confronto de ideias. Que este resultado sirva de estímulo para uma política mais próxima das pessoas, mais justa, mais focada no futuro e no desenvolvimento sustentável do nosso Concelho, a todos obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----
Muito bom dia, até já fiquei mais estimulado, eu estou a começar bem. Estou ligeiramente gripado, é certo, mas estas intervenções são um ânimo importante. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social, convidados, estrutura de apoio. Por breves momentos achei que o PSD/Coligação Chaves Mais tinha ganho as eleições. De facto, a forma vibrante, a energia e a combatividade da intervenção, levaram-me a pensar que o PSD tinha tido um grande resultado. Mais uma vez eu digo, as palavras só têm valor se forem verdadeiras, se forem sentidas, se tiverem substância. Eu quero dizer aqui, de forma clara, olhos nos olhos, a todos, a campanha não foi nada do que disse aqui o Deputado Municipal Nelson Montalvão do PPD/PSD. A campanha foi suja, foi indigna, foi imprópria e por muitos daqueles que agora vêm dizer que foi uma campanha elevada, uma campanha diferente, de forma distinta, com novos paradigmas. Pois os paradigmas foram na maledicência, sim, nas redes sociais, nos grupos, em todos os domínios. Sim, alguns estão aqui nesta sala, alguns estão aqui nesta sala, sem dignidade, sem elevação, sem ética, sem correção, sem urbanidade. E, portanto, vir aqui hoje, fazer uma correção, vir aqui hoje limpar a história, mudar tudo. A verdade acima de tudo, a mentira nunca se transformará em verdade, ainda que seja dita de forma muito reiterada, ainda que seja dita de forma floreada, ainda que seja dita de forma ousada, ela continuará a ser sempre uma mentira. Claro que estas palavras não são extensivas a todos, há aqueles que fizeram política e que tiveram um combate sério, elevado, porque também os houve e houve muitos, eu sei de muitos desses que fizeram essa política séria, elevada, combativa, defendendo projetos diferentes, com equipas diferentes, com propósitos diferentes, dignos, mas sobretudo leais e respeitosos. Mas em muitos casos isso não aconteceu. Só quem não tem memória é que não sabe o que aconteceu nos quatro ou cinco meses antes das eleições, antes do tal dia 12 de outubro. Se calhar era melhor olhar para dentro, fazer uma reflexão, ler alguns documentos, ler algumas intervenções, porque eu tenho-as todas gravadas, estão todas gravadas, estão todas digitalizadas e se alguém tiver dúvida, eu cedo-lhe o meu arquivo para consultar, para ver se, de facto, o que aqui se disse é verdade ou é mentira! E é necessariamente uma mentira. Claro que eu já tive oportunidade de agradecer, e muito, a todos quantos laboriosamente, desinteressadamente estiveram comigo no combate à Câmara, todos aqueles que fizeram parte dos catorze, com uma vontade determinante de superação. E é verdade que, provavelmente, eu tenha até que agradecer a essa campanha suja, porque isso deu-nos mais estímulo, mais determinação, mais força para mostrar que afinal não era aquilo que se dizia, era uma coisa muito diferente. Mas também os que fizeram parte da Assembleia Municipal que estão aqui eleitos nesta bancada, que são muitos, estão os autarcas de freguesia, com as suas equipas fortes, determinadas, combativas, resilientes, próximos, sim, próximos, porque nada acontece por acaso e para eles todos que aqui estão e para os muitos que ficaram também lá fora, que não foram eleitos, enfim, para essa mola humana, para essa grande mobilização que aconteceu, para essa vitória histórica, o meu muito, muito obrigado. Eu disse já várias vezes grato, grato, sempre grato e estou muito grato a quem, de facto, está de boa fé e tem boas intenções. Mas não esqueço a quem, de má fé, me quer prejudicar, eu não esqueço. Quem me conhece sabe que eu sou assim. Fui assim nos oito anos anteriores e vou ser assim nos próximos quatro, com frontalidade, com verdade. Claro, não temos que estar de acordo sobre tudo, mas temos que estar de acordo numa coisa essencial, quanto à verdade, quanto a essa temos que estar de acordo. Num determinado momento dei por mim a fazer uma reflexão muito grande, sabem-me dizer quantas vezes o Partido Social Democrata se coligou para defender os valores e os princípios da social democracia aqui no nosso Concelho para as autárquicas? Fez uma coligação pela primeira vez em 2021, com o CDS lembram-se? Conhecem o resultado, não conhecem? Não? Não foi? Bem, é que se eu estiver errado, digam-me. Sabem o resultado, mas se essa coligação não era suficiente, em 2025 tiveram necessidade, porque o partido era forte, era capaz era robusto e como era capaz e robusto teve que associar a mais um partido, portanto, PSD, CDS



e agora a IL, isto foi o reconhecimento da força do PSD. O que aconteceu foi o que conhecem dos resultados eleitorais, as pessoas, o povo sabe ler, as pessoas sabem ler pessoas. E, portanto, eu quero dizer aqui, de forma clara, eu sinto-me muito honrado, muito grato, sobretudo com este exercício de uma grande elevação democrática da nossa população. Eu hoje posso reconhecer que estávamos preparados para ter uma vitória, sempre uma vitória, mas com uma expressão eleitoral menor. Pois bem, tivemos a maior vitória das três eleições. Isso dirá muito daquilo de que fui acusado, que não fazíamos obra, que não tínhamos intervenção, que não éramos próximos, que éramos distantes, que não éramos capazes. Afinal as pessoas fizeram outra avaliação, ainda bem que as pessoas têm essa capacidade de esclarecimento para perceber exatamente a diferença. E, portanto, eu espero verdadeiramente que aqui, neste espaço, neste espaço da democracia, neste espaço de debate, um debate sério, mas um debate respeitoso, um debate urbano, espero que efetivamente as palavras aqui do Deputado Nelson Montalvão, do PSD, traduzam a verdade, mas, como já disse na Câmara, vou dizer na Assembleia, para mim, mais importante que as palavras, são os comportamentos e as ações. Vamos ver para crer. -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

*"Cumprimentos, -----
Aproveito para desejar um bom mandato a todos os Partidos, designadamente àqueles que iniciam o seu primeiro mandato nesta Assembleia Municipal. -----*

O Grupo Municipal do Partido Socialista entende que a democracia local se alimenta não apenas da legitimidade do voto, mas também da responsabilidade na ação e da seriedade no debate. -----

É neste espírito, de afirmação clara dos valores em que acreditamos, que, hoje, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista desejo usar este momento do Período Antes da Ordem do Dia para expressar publicamente um reconhecimento claro e firme ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em Chaves, sob a liderança do Executivo Municipal presidido pelo Senhor Presidente Dr. Nuno Vaz. ----

Vivemos tempos exigentes. O contexto nacional e internacional tem colocado desafios a todos os níveis: económicos, sociais, ambientais e, como é natural, também à gestão municipal. Mas é precisamente nestes momentos que se distingue a política feita com visão, com coragem e com sentido de missão. ---

Assim, não posso deixar de sublinhar os excelentes resultados autárquicos alcançados em Chaves e o trabalho notável que tem vindo a ser desenvolvido pelo agora reeleito Executivo Municipal de Chaves, liderado pelo Senhor Presidente Dr. Nuno Vaz. -----

Nas eleições autárquicas de 2025, o Partido Socialista alcançou 13 300 votos, correspondentes a 54,55 % do total da votação para a Câmara Municipal de Chaves, assegurando 5 mandatos e uma clara maioria absoluta, consolidando assim a sua liderança. -----

Este crescimento eleitoral é particularmente significativo, pois confirma que os flavienses reconhecem e valorizam o trabalho que tem vindo a ser feito. Em contraste, a coligação opositora, Chaves Mais (PPD/PSD-CDS-PP-IL), registou uma quebra face a 2021, descendo de 36,43 % para 31,44 %, uma perda de mais de 1 000 votos. -----

Os resultados falam por si e estes números traduzem um forte voto de confiança por parte dos flavienses no PS, que, pela terceira vez consecutiva, optaram por renovar o seu apoio. Um sinal claro do apreço pelo trabalho sério, transparente e próximo, que marcou os dois mandatos anteriores, refletindo um executivo presente, que ouve, decide e concretiza. É também um reflexo da aceitação generalizada das políticas públicas implementadas. -----

Mas não estou aqui para proferir discursos vagos, nem para pintar uma realidade cor-de-rosa. Estou aqui para reafirmar com clareza: -----

Chaves mudou. -----

Chaves está a mudar. -----

E continuará a mudar para melhor. -----

A verdade é que os flavienses confiaram no PS e no Nosso Presidente para liderar este concelho. E fizeram-no com consciência, depois de verem resultados concretos, pois bem sabemos que o Dr. Nuno Vaz não promete para agradar, faz para cumprir. Não promete, mas faz. -----

E, apesar das dificuldades herdadas, e da burocracia que por vezes atrasa processos e compromissos, o executivo municipal, ao longo dos últimos 8 anos, tem demonstrado que é possível fazer diferente, com trabalho sério, planeado e com sentido de responsabilidade. -----



Vejam os factos, que teimam em contrariar o ruído das críticas fáceis e das oposições que muitas vezes preferem o ataque gratuito à análise objetiva: -----

- Temos hoje um concelho mais coeso, com obras nas freguesias que durante anos foram esquecidas por sucessivos executivos de outros quadrantes; -----

- Temos uma cidade mais organizada, mais atrativa e com melhor qualidade de vida, graças à reabilitação de espaços públicos, à mobilidade mais eficiente e ao investimento na regeneração urbana; -----

- Houve uma valorização da rede viária, com intervenções que há muito eram reclamadas pela população; -----

- Criaram-se condições para fixar mais pessoas e atrair investimento, com projetos concretos no Parque Empresarial, no turismo, na cultura e na transição digital; -----

- Foi consolidada a presença do ensino superior público em Chaves, com o reforço da oferta formativa e a integração de mais estudantes, contribuindo para a dinamização da cidade e para a retenção de talento jovem; -----

- O setor do turismo registou um crescimento muito expressivo entre 2019 e 2024, com um aumento significativo do número de visitantes, das dormidas e da notoriedade de Chaves enquanto destino turístico, impulsionado por eventos, requalificação patrimonial e promoção externa. (Estudos recentes do pordata/Fundação Francisco Manuel dos Santos) confirmam esta evolução). -----

- Apostou-se continuamente na educação, com a renovação de escolas e equipamentos escolares, criando melhores condições para alunos, professores e funcionários; -----

- Houve lugar a um grande reforço do investimento na área social, com respostas inovadoras para as famílias, os seniores e os mais vulneráveis, colocando as pessoas no centro da ação política; -----

- Foram modernizados os serviços municipais, aproximando a administração local dos cidadãos, com mais eficiência e transparência. -----

- Uma governação participada e dialogante, que o Executivo tem mantido com todos os agentes locais, incluindo esta Assembleia. -----

As transformações que têm ocorrido no nosso concelho são fruto de um projeto político sólido, com visão e com capacidade de execução. -----

Reconheço, porém, que há sempre mais a fazer. Mas também sei que existem vozes que procuram desvalorizar tudo o que foi feito e conquistado. No entanto, a crítica sem proposta, o populismo fácil e a demagogia sem fundamento já não têm o impacto de outrora, nem colhem como antes. A nossa população está mais atenta, mais exigente e reconhece quem trabalha com seriedade. -----

O futuro impõe ambição e visão estratégica! -----

Nesta senda, o Grupo Municipal do PS não abdica de defender a verdade, a justiça e o progresso de Chaves. Estaremos sempre na linha da frente para apoiar o que está bem, para melhorar o que pode ser melhorado, e para combater com firmeza tudo o que for contrário aos interesses do concelho e da sua população, sempre com o foco na coesão territorial, no combate às assimetrias e na promoção de um concelho mais justo, solidário e preparado para os desafios ambientais e tecnológicos do século XXI. ----

Neste novo ciclo, mantemos o nosso compromisso com os flavienses: continuar a ser uma força construtiva, vigilante e empenhada na valorização da democracia local e no progresso de Chaves. -----

A política faz-se com coragem. E é com essa coragem que o Presidente Nuno Vaz tem liderado, enfrentando obstáculos com serenidade, respondendo com trabalho e apresentando resultados. -----

Termino com um apelo a todos os presentes: que saibamos colocar Chaves acima das conveniências partidárias. -----

Que saibamos respeitar o voto popular. Que saibamos, nesta casa da democracia, construir com verdade e não destruir com insinuações. -----

O Grupo Municipal do PS reafirma o seu apoio político ao trabalho do Executivo liderado pelo Presidente Nuno Vaz, reconhecendo a sua dedicação, competência e empenho em servir os interesses do concelho. Acreditamos que Chaves está no caminho certo, com um projeto político que continuará a transformar positivamente o nosso concelho. -----

Muito obrigada.” -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela CDU, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, em nome da CDU queria deixar aqui uma saudação a todos aqueles que participaram na grandiosa greve geral do passado 11 de dezembro contra um pacote laboral iníquo que ataca os



direitos da maternidade e da paternidade, que empurra os jovens para a precariedade, para os baixos salários e para a emigração. Uma greve geral na defesa dos serviços públicos que, nós aqui já vimos, são tão importantes em relação à saúde e que culminou em várias manifestações, nomeadamente em Lisboa. Eu estive presente, uma grandiosa manifestação de defesa dos direitos de quem trabalha. -----

Maria Teresa Sarmento Campos, pelo **CDS/PP**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhor Presidente da CIM que ainda não tinha sido cumprimentado por ninguém aqui, senhoras e senhores Deputados Municipais senhora e senhores Vereadores, Caros Múncipes. -----

“Gostaria de iniciar a minha intervenção fazendo cumprir os valores democráticos pelos quais nos regemos e felicitar o Partido Socialista pelos resultados obtidos no passado dia 12 de outubro. Igualmente cumprimentar todos os autarcas eleitos de todos os partidos pelos resultados obtidos e desejar a todos um bom mandato.” -----

Quero também dizer que o facto de irmos coligados não nos diminui em nada, portanto. -----

“É com sentido de responsabilidade e profundo respeito pelos resultados eleitorais obtidos no passado dia 12 de outubro que o Grupo Parlamentar do CDS-Partido Popular assume hoje o mandato que lhe foi confiado pelos flavienses.” -----

Acreditamos que o centro da ação municipal se deve ao esforço das famílias e, por esse motivo, é necessário criar políticas de aproximação das pessoas, na valorização do trabalho, no apoio ao investimento e no respeito por quem vive e trabalha nas nossas freguesias. -----

O CDS-PP compromete-se a exercer este mandato com seriedade, respeito e dedicação ao interesse público. Estaremos atentos, participativos e disponíveis para contribuir com propostas que reforcem a justiça social, o desenvolvimento sustentável e a identidade do nosso concelho.” -----

Paula Alexandra dos Santos Chaves, pelo **Plano C**, no uso da palavra, disse: -----

Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Antes demais, fazer só um pedido, que haja algum respeito por quem nos elegeu e por aquilo que devem ser os trabalhos desta casa, ralhete e galhardete, apelar aqui a alguma capacidade de síntese, porque estamos aqui para, efetivamente, trabalhar e construir uma sociedade. -----

“Queria aproveitar este momento, antes do início da primeira sessão da Assembleia Municipal com a participação do Plano C, para vos dirigir algumas palavras. O Plano C chega a esta Assembleia com um profundo sentido de responsabilidade. Estamos aqui para dialogar, para colaborar e para participar de forma construtiva, sempre guiados pela voz dos cidadãos e pelo respeito por todos aqueles que confiaram em nós o seu voto.” -----

Sabemos que a confiança se constrói. E é com trabalho, escuta e compromisso que queremos provar que somos merecedores dessa vossa confiança, porque é nela que vive a democracia. -----

Esperamos encontrar e ajudar a criar um espaço de cordialidade, respeito mútuo e verdadeiro diálogo democrático, onde as diferenças se transformem em contributos para o bem comum à semelhança do Grupo de cidadãos que represento e que prova que é possível construir pontes e caminhos se todos tiverem a humildade de reconhecer que não estamos sozinhos e a ambição de participar na construção colectiva deixando de parte os interesses individuais ou partidários. -----

Acredito sinceramente que a presença do Plano C nesta Assembleia pode contribuir para um concelho mais coeso, mais justo, mais plural, inclusivo e participativo. -----

Deixar nota de louvor a todos os cidadãos que todas as quintas feiras desde o dia 20 de maio se manifestam em Chaves denunciando o Genocídio em Gaza, alertando contra só crimes e guerra, bem como a violação dos direitos Humanos por parte de Israel contra o povo Palestiniano. -----

Um bem-haja a todos e um bom resto de dia, que se adivinha longo, mas esperamos que também produtivo e construtivo.” -----

Pedro Miguel Albino Figueiredo, pelo **IL**, no uso da palavra disse: -----

“Bom dia a todos, saudar o Presidente e a Mesa da Assembleia, o Presidente da Câmara e restante Executivo da CMC, Deputados Municipais, Presidentes de Junta, OCS e flavienses que nos acompanham, bom dia.” -----



- Começar por saudar e parabenizar todos os eleitos nas últimas eleições de 12Out. A população foi chamada às urnas e expressou a sua vontade. Cabe aos eleitos fazê-la cumprir. -----

- O actual executivo obteve um resultado expressivo, e, como tal, os flavienses escrutinarão na mesma grandeza o trabalho efectuado por este e execução do programa apresentado a estas eleições. -----

-Da minha parte, independentemente de resultados, estarei presente neste órgão e em outros que venham a surgir com uma postura de integridade, vontade de contribuir e construir um município + forte + próspero + jovem e + dinâmico. Assumo que estou aqui para somar, agregar e não para destruir e lavar vestes. Quero assim, deixar a minha expressa disponibilidade para participar em qualquer que seja o projecto que considerem que eu possa acrescentar e valorizar o mesmo. Obviamente, pro Bono. -----

- Referir também que esta disponibilidade não vem de agora, mas sim de sempre, sabendo alguns de vocês que já tenho feito uma coisa ou outra no município, se me permitem dar um exemplo mais pessoal: Em 2017 pouco depois da tomada de posse do actual PCMC Dr. Nuno Vaz, tive a oportunidade de reunir com o mesmo e apresentar um projecto para a cidade. Não sei se o presidente ainda se recordará. Recorda-se? Qual o tema? Lembra-se da resposta que deu? O projecto não avançou de maneira nenhuma, pelo é uma das razões de eu estar aqui hoje. Apesar de tarde, ainda vamos a tempo de avançar com este e outros projectos que tenho em mente, teria todo o gosto em polos em prática, mas por favor, não me deixe a mim e aos flavienses é à espera mais 8 anos. -----

- Antes do início dos trabalhos da ordem do dia, apenas duas notas: -----

- Por erro ou lapso, não importa agora as razões, não estivemos presentes na reunião de direito de oposição, uma vez que a convocatória da mesma foi enviada para um email do partido Iniciativa Liberal que não existe. Referir também que apenas tive acesso à pasta e ordem do dia da presente reunião segunda feira dia 15 Dez, pelo que infelizmente não tive a disponibilidade plena para analisar toda a documentação. Assim devo já anunciar a abstenção em matérias referentes ao anterior mandato, bem como de matérias que considere que não me consegui inteirar na profundidade necessária. Voltando do tema das comunicações e envio de documentação para análise, já tive a oportunidade de questionar as responsáveis pelo envio das mesmas, esperando que o tema esteja encerrado e que a partir de agora enviem, até instruções em contrário, todas as comunicações para os contactos indicados por mim. Erros acontecem, e quero deixar claro que não guardo qualquer ressentimento às pessoas envolvidas por esta situação que, com certeza o fizeram de boa fé.” -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo PPD/PSD, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente da Câmara, dizer-lhe que nas páginas oficiais do PPD/PSD, nas páginas oficiais da candidatura Chaves Mais, a campanha foi feita com toda a transparência, com toda a lisura. Apoiantes que fazem o que fazem, dizem o que dizem, escrevem o que escrevem, são responsáveis individualmente. Eu próprio partilhei muitas situações, partilhei, assumo, não tente distorcer o mensageiro, mas foque-se na mensagem. A mensagem dita em campanha eleitoral, muitas das vezes, citando o senhor Presidente, referem-se a compromissos desde 2017 e que voltam a vir em 2025, como as piscinas, como o pavilhão Multiusos. Como não tenho tempo e há mais intervenientes, fico-me por aqui. Mas, se calhar, algumas das campanhas sujas que foram feitas nas redes sociais, senhor Presidente, foi do seu ex-Vereador do Urbanismo. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----

Queria saudar a Mesa, a senhora e os senhores Vereadores e todos os Membros desta Assembleia Municipal. Quero dizer algo em relação às questões que aqui foram suscitadas por alguns dos intervenientes. Quanto à intervenção do Membro desta Assembleia Municipal, Paula Chaves, pelo Plano C, que não me revejo nas suas considerações, não sei onde está, nem legitimidade, nem idoneidade para dizer o que seja Eu não dou ralhetes, o que eu faço, faço, e quem não se sente não é filho de boa gente, sabe? Eu não sei como é a Membro desta Assembleia Municipal, Paula Chaves, mas eu sinto-me e, portanto, quando a minha dignidade, quando a minha honra, está colocada em causa, eu sinto-me, eu indigno-me. E gostaria naturalmente que numa sociedade democrática, numa sociedade respeitosa, numa sociedade livre, numa sociedade de cidadãos maiores, isso não acontecesse e acontece, não é ralhete, é indignação. Já houve um Presidente da República que dizia “temos direito à indignação”, e eu acho que temos, não é ralhete. Quanto ao demais, quanto às palavras, eu tenho pena que o Plano C só



tinha eleito um membro e só tenha direito ao tempo correspondente, é o que é, é da vida, é da democracia. Os outros têm outro tempo, mas isso é da vida. Mas tem um longo caminho para percorrer e, portanto, tem um destino a alcançar. Depois, queria dizer também ao senhor Membro desta Assembleia Municipal, Pedro Figueiredo, do IL, o seguinte, e estou a responder naturalmente no que diz respeito a questões da comunicação, da Assembleia Municipal não me vou pronunciar, não é da minha competência, quanto às questões de agendamento para a reunião que foi convocado, estamos a falar sobre a questão da proposta, do orçamento, das grandes opções do plano, foi feito para o único e-mail que tivemos, não tínhamos mais nenhum contato. Nós fizemos isso para os parceiros da coligação, podiam ter partilhado consigo, não percebo exatamente que coligação é, se não partilham coisas básicas e, portanto, dizer só assim desta maneira, não tínhamos outro contato. Fá-lo-emos com certeza, não houve nenhuma intenção de sonegar informação ou não permitir a discussão, ela far-se-á com certeza. O PSD esteve cerca de uma hora comigo nessa discussão e, portanto, fizemo-lo de forma muito serena e fá-lo-emos com certeza no futuro. Quanto à questão do espaço de coworking, às vezes também fico preocupado, porque há pessoas que, provavelmente, não conhecem bem tudo o que vai sendo feito no território. Primeiro, por exemplo, a Membro desta Assembleia Municipal, Maria Teresa, do CDS/PP, já apercebi que não consegue distinguir aquilo que na Comunidade Intermunicipal é o Presidente do Conselho Intermunicipal do Primeiro Secretário Executivo. Parece que não percebeu a diferença, é que o Presidente do Conselho Municipal sou eu, o Primeiro Secretário é o Professor Ramiro. Já devia ter essa noção e percebido a diferença. O segundo lapso é que já tinha sido cumprimentado por mim, segundo lapso. Não sei se é falta de atenção, se foi outra descoordenação, não faço ideia. Portanto, chamar a atenção dos outros quando os próprios já cometeram uns lapsos parece-me um pouco deselegante, no mínimo deselegante. Mas queria, quanto ao senhor Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PPD/PSD, dizer o seguinte, essa sua defesa, da forma como a fez, traduz exatamente isso, é que nas páginas oficiais, naquilo que é a comunicação, isso é verdade, sendo certo que alguns dos permanentes militantes do PSD partilharam publicações na minha perspetiva indignas, porque a política faz-se combatendo ideias e projetos. Se a discussão fosse, não fez este projeto, não concretizou aquilo, mas não era só isso. Era mais, era mais, muito mais que isso e, portanto, algum dia terão que esclarecer e deverão esclarecer como é que o PSD ou a Coligação contratou uma Consultora Nacional. Para fazer o quê? E qual foi a intenção? Ainda havemos de falar sobre isso. Obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, **Anselmo José Martins**, efetuou um pequeno esclarecimento, relativamente à cedência de tempo por parte do Grupo Municipal do CDS-PP ao Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Só em casos excecionais e é competência da Mesa a autorização para a cedência de tempo. Se a senhora Deputada considera que este é um caso excecional, concedo, mas não gaste este instrumento regimental, porque eu não vou deixar abusar deste instrumento. Se considera que é excecional e quer ceder o seu tempo, faça favor, mas é a senhora que o cede. Considera que é excecional e que o cedeu, senhor Deputado tem a palavra. E neste caso, fica com 2 minutos e 34 segundos. faça favor senhor Deputado. -----

Jaime Esteves Abreu, pelo PPD/PSD, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, cumprimento a respetiva Mesa, senhora e senhores Vereadores, em síntese a todos cumprimento com muita alegria neste início dos nossos trabalhos. Isto da sujidade, senhor Presidente da Câmara, dá um tratado, porque tenho que lhe dizer que na cerimónia de tomada de posse, fez precisamente aquilo que não devia. Nós estamos numa luta desigual, desta vez ainda mais desigual, mas também há muita alegria na luta desigual. E o senhor Presidente da Câmara, que não devia ter feito na cerimónia de tomada de posse, fez questão de chamar ao seu discurso, à sua intervenção, que era uma intervenção unilateral, sem contraditório, sem hipótese de nós podermos responder àquilo que disse e fez questão de logo aí falar na sujidade e no ataque baixo e tudo isso. Portanto, acho que isso não devia ter feito, isso é sujidade e mais ainda, mais ainda, espero, já estou aqui há alguns anos nesta Assembleia, estamos no início dos trabalhos, basicamente espero que aquela linha, que é a linha do respeito por todos, porque as pessoas estão aqui a exercer a sua cidadania, a fazer o melhor que podem com os meios que têm, que não são



os seus, espero que nunca baixe dessa linha do respeito por todos os presentes e que estes trabalhos decorram com a máxima elevação que se exige, dignificando inclusivamente a posição do senhor Presidente da Câmara que muito respeitamos. Obrigado. -----

Encerrou a discussão o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Renovando os cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, à senhora e ao senhor Secretários, também à senhora e aos senhores Vereadores e a todos os Membros desta Assembleia Municipal. Dizer o que já disse antes de forma ainda mais enfática: quanto às palavras, estamos de acordo, vamos ver os comportamentos, o passado não deixa grande expectativa. Porque aquilo que foi a campanha e, reitero aqui outra vez o que disse e como o disse na tomada de posse, reitero aqui tudo o que disse, tudo o que disse. Já teve oportunidade de falar e ouvi-o com atenção, reitero tudo o que disse. Posso até dizer que disse por defeito. Ainda bem que a minha mulher olhou para o texto porque, provavelmente, ainda seria mais violento, acreditem. Provavelmente diria coisas mais concretas, não foi dito, mas se quiserem, podem ser, eventualmente, ditas, circunstanciadas, objetivadas, identificando as pessoas, os contextos, os momentos, os locais, se assim quiserem. E, portanto, espero que o futuro deixe para trás esse momento de exagero, esse momento em que acharam que tudo era válido, tudo era possível, para ganhar eleições. Eu sei que no afã de ganhar eleições, parecia tudo possível, absolutamente tudo possível, não havia nada que merecesse o respeito de ninguém. É tudo arma de arremesso. Disseram e afirmaram, a eleição em Chaves está muito discutida, debatida, está mesmo ao milímetro, nós estamos mesmo na meta, nós vamos chegar e para isso usavam todos os argumentos e mais alguns. Pois bem, afinal, a meta estava muito longe. Muito obrigado. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 17 DE SETEMBRO DE 2025; -----
A Ata número quatro, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 17 de setembro de 2025, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----
Vinte e cinco Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – APRECIÇÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO MANDATO DE 2025-2029; -----

A Ata da primeira reunião do mandato de 2025-2029, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 28 de outubro de 2025, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. Na Ata de Instalação da Assembleia Municipal de Chaves, Quadriénio de 2025/2029, aonde se lê “da Freguesia de Águas Frias – Romeu Alves Pires Rodrigues Gomes, deverá ler-se “da Freguesia de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes”. Treze Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

PONTO 3 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SECRETÁRIO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA E BARROSO RELATIVA ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2025; -----
O 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves, prestou informação sobre as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2025. -----

Muito bom dia, senhor Presidente da Mesa, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados. É com muito gosto que estou novamente aqui para cumprir, uma obrigação e, também, para poder partilhar com todos aquilo que foi a atividade da Comunidade Intermunicipal nestes últimos doze meses. Gostava de, em primeiro lugar de relembrar a todos que a Comunidade Intermunicipal compõe os seis Municípios do Alto Tâmega e Barroso, que tem um objetivo



que resulta da criação de todas estas entidades. Numa fase inicial, passaria por gerir aquilo que são os pacotes de fundos europeus de uma forma supramunicipal, acrescentando valor através da interação dos seis municípios e, procurando criar a maior parte de sinergias entre todos eles. E que depois, fruto de um processo de descentralização e de passagem de algumas competências, quer para os Municípios, quer para as Comunidades Intermunicipais, a própria CIM acabou por assumir um conjunto muito alargado de tarefas, tendo hoje tarefas que são muito variadas e que vão desde o turismo à educação, àquilo que é a gestão dos fundos europeus, à floresta, aos transportes. Portanto, tem hoje um leque muitíssimo alargado de competências, onde tenta todos os dias cumprir o mesmo propósito que é, tirar o máximo proveito dos recursos que são disponibilizados e, também, captar mais recursos para o território. Porque, como nós todos sabemos, uma parte dos recursos que estão disponíveis são recursos que são competitivos, ou seja, não estão totalmente disponíveis, nem divididos, à partida. São recursos sobre os quais temos que fazer uma luta diária na tentativa de demonstrar que somos, por um lado, merecedores dos mesmos e por outro lado, capazes de os poder executar com todo o cuidado e com todo o propósito. Assim, a Comunidade Intermunicipal em 2018 tinha uma dotação de 8 profissionais. Hoje é uma entidade com uma dotação de 53 trabalhadores, dos quais 28 são sapadores e 2 engenheiros florestais, totalizando 30, 21 técnicos superiores que permitem desenvolver as atividades nestas múltiplas dimensões, que já fui elencando. Questões que são muito relevantes em cada uma das áreas, ou pelo menos aquelas que nos parecem ser mais relevantes para aquilo que foi a atividade do ano 2025. Em primeiro lugar, no que diz respeito à gestão dos fundos europeus, foi o ano do início da execução do Norte 2030. O Norte 2030 é um programa muito importante para o território e é importante por uma razão, porque é aqui que está o principal bolo de financiamento para as diferentes atividades dos diferentes Municípios que compõem esta entidade intermunicipal. Fruto de um processo de negociação encetado pelos 6 Presidentes, que à data estavam como Presidentes dos diferentes Municípios do Alto Tâmega e Barroso, foi possível transformar um envelope que no Norte 2020 era de 52 milhões de euros, num envelope que passou a ser no Norte 2030 de cerca de 90 milhões de euros. É importante realçar este aspecto, embora os números possam ser vistos de forma diferente. Na verdade, este Norte 2030 tem também mais competências do que o Norte 2020 tinha anteriormente e na verdade, algumas dessas competências, se as mensurarmos, não permite observar os números com esta dimensão de intervalo, mas é assim mesmo um intervalo mais relevante e mais importante. Mais do que ver os valores absolutos, o que nos interessa é ver os valores percentuais por cada NUTIII, dentro da Região Norte e aí sim temos tido uma aproximação muito significativa daquilo que valem percentualmente na distribuição do dinheiro comparado com outras NUTs que nos rodeiam. O início deste programa comunitário de apoio, como sabem, é o início, por um lado complexo, porque a negociação demora sempre muito tempo. A regulamentação em Portugal, em todos os setores, demora muito tempo. O tempo restante para executar e para aprovar as candidaturas é sempre menor. Estávamos com um grande desafio, lembro-me que no ano passado, quando falei com todos nesta sala, referi que o maior desafio para o ano seguinte seria conseguirmos executar, convictamente o dinheiro que teríamos disponível e hoje a esta data, podemos dizer que o Alto Tâmega e Barroso e que o Norte conseguiu executar o dinheiro que tinha para este ano. Continuamos a ter uma pressão muito significativa de execução no próximo ano e nos anos seguintes. Tudo isto resultou de um atraso no início do programa. Estamos a falar de um programa que devia ter começado em 2022 e na verdade, começou há um ano e meio. Por outro lado, estamos a falar também de uma concorrência que o PRR acabou por gerar na atribuição e na afetação de dinheiros a muitos projetos, tornando muito difícil haver em Portugal empresas suficientes nas diferentes áreas de negócio, com capacidade instalada para executar tudo aquilo que toda a gente quer executar. São normalmente serviços ou obras que têm que ser disponíveis para todas as populações. Em 2025 está resolvido, 2026 tem novamente um grande desafio de execução que todos os Municípios do Alto Tâmega vão ter pela frente e, portanto, será sempre um exercício muito relevante. A esta data posso-lhes dizer, no entanto, e com satisfação, que o Alto Tâmega e Barroso é, a esta data no ano de 2025, em relação ao 2030 a Comunidade Intermunicipal de toda a Região Norte que tem maior taxa de aprovação de projetos, quase 60%. E tem a terceira maior taxa de execução desses mesmos projetos, 11,22%. Isto à data de ontem em reunião que ocorreu com os membros da Comissão de Coordenação da Região Norte. Isto deixa-nos por um lado contentes, mas não nos deve inibir em relação àquilo que tem que ser o esforço dos municípios e também dos privados em poderem executar estas iniciativas no próximo ano e nos anos subseqüentes. Em relação, ainda, ao



organismo intermédio, neste momento, não se trata apenas de executar o programa comunitário 2030, trata-se de negociar já aquilo que serão os racionais para o quadro comunitário 2028 a 2035, que já está a ser discutido na União Europeia e que em Portugal será o programa 2030/2040. Por quê? Porque os racionais, enquanto nós iniciamos um quadro em Bruxelas, já estão a ser definidos para o próximo quadro. E sobre isso darei uma pequena nota no final da minha apresentação, porque me parece ser muito importante que todos nós consigamos perceber o que é que vem aí da Europa para o futuro e quais são, hoje em dia, as discussões que se tem em Bruxelas para tentar perceber também como é que nos podemos ir adaptando a toda essa circunstância. Em 2018, a Comunidade Intermunicipal tinha sobretudo esta função que eu acabei agora de resumir, que era gerir todo este pacote, um pacote muito relevante para o território. Hoje tem muitas mais atividades. Tentarei passar, ao de leve, por cada uma delas. Enviei um documento para todos e, claro, todas as questões que queiram ver discutidas e todas as dúvidas que possam por favor ser invocadas, estarei aqui para tentar responder. Primeiro, olhando para uma unidade que se chama de promoção e desenvolvimento e que tem dentro uma incubadora. Na verdade, a nossa Comunidade Intermunicipal é uma Comunidade Intermunicipal bastante diferente das Comunidades Intermunicipais que estão à nossa volta. Tem neste momento um conjunto de iniciativas que outras Comunidades Intermunicipais não têm. Temos essas iniciativas, embora o principal problema que temos no Alto Tâmega e Barroso é um défice institucional significativo, ou seja, devíamos ter mais instituições que conseguissem desenvolver mais iniciativas. Algumas das iniciativas que a Comunidade Intermunicipal acaba por conseguir abarcar resultam, sobretudo, do facto de não haver essas iniciativas instanciadas no território e nós vemos oportunidades, para conseguir trazer e irmos atrás delas para conseguir ter maior capacidade para cumprirmos o tal objetivo global que foi definido em 2018 e que me parece perfeitamente actual, que é fixar o maior número de pessoas, atrair o maior número de pessoas. Temos uma incubadora que tem o seu foco principal, na administração pública. Tem neste momento 8 pessoas que se deslocavam todos os dias para fora do território e que conseguem trabalhar num registo de coworking a partir das nossas instalações e que, portanto, desenvolvem perfeitamente a sua atividade. Ao mesmo tempo, esta incubadora tem desenvolvido várias ideias e vários projetos ao longo destes últimos três anos, tem sobretudo a ver com concursos de ideias que permitem gerar dinâmicas e, também, algum tipo de valorização, sempre assente na ideia de que o nosso setor privado deve ser valorizado porque ele próprio também capta fundos europeus para o território e, sobretudo, no setor privado onde está a economia. E, portanto, é decisivo que ele funcione muito bem, que se aperceba das oportunidades que tem, que consiga ir buscar dinheiro para alavancar os seus investimentos e que esta dinâmica consiga ser toda ela concretizada. Ainda são realizadas um conjunto de iniciativas, iniciativas essas que procuram criar esse dinamismo, muitas vezes nós sentimos que faz falta ainda muito incrementar no território. Gostava também de aflorar aqui a questão do turismo e a questão da educação em duas perspectivas diferentes. A Comunidade Intermunicipal no turismo também tem um projeto que é inovador e que não é comum a outras comunidades intermunicipais, tem um posto de turismo supramunicipal. Este posto de turismo supramunicipal, está situado em Chaves, junto à zona termal. Foi uma decisão tomada pelos seis Presidentes no sentido de se conseguir fazer uma promoção integrada do território. Acreditamos que só conseguimos ter mais turistas e, sobretudo, só conseguimos ter mais pessoas mais tempo no território se as pessoas conhecerem a totalidade do território e não apenas a totalidade dos recursos de cada um dos municípios. Este projeto tem sido um projeto bem-sucedido, com 65 mil visitantes até à data. Sabemos exatamente que tipo de visitantes são, o que procuram fundamentalmente. Aquilo que também procuram poder obter enquanto experiência, permitindo-nos inferir o feedback sobre o que devem ser as grandes linhas de atuação dos municípios nesta área, de forma a complementar uma oferta. Oferta que é pública, mas também é privada. Sabemos que sem capacidade de carga demonstrada não há turistas no território e é cada vez mais importante que essa capacidade de carga consiga ser alavancada pelas experiências que são potenciadas. Existem boas experiências que podem ser de alguma forma transpostas. A Comunidade Intermunicipal tem uma competência delegada que tem a ver com a promoção do turismo de forma integrada e tem exercido na participação de feiras nacionais e internacionais, sobretudo em Espanha, no sentido de trazermos mais turistas para o território. Isso tem sido feito de uma forma integrada. E fomos também a primeira CIM dentro da Região Norte a termos um espaço próprio, por exemplo, na maior feira de turismo em Portugal, que é a BTL, no pavilhão 2, porque sentimos que assim temos maior visibilidade em relação àquilo que teríamos se não fosse feito dessa forma. No domínio da



educação, nós temos o desígnio de desenvolver a rede de ensino profissional no território e este ano tivemos mais uma iniciativa que foi transformarmos a Comunidade Intermunicipal num Centro acreditado pelo programa Erasmus +, porque se abriu a possibilidade de as Comunidades Intermunicipais, assim, poderem ser e sobretudo com um propósito, que foi complementar aquilo que são os nossos Agrupamentos de Escolas faziam e muito bem para o ensino público regular, mas que não faziam para o ensino profissional. Temos um projeto que permite que os alunos do ensino profissional possam também eles, alunos, professores e funcionários afectos, usufruir do programa Erasmus + e, com isso, trazer pessoas de fora para dentro e também pessoas de dentro para fora. Foi uma pequena iniciativa como nós gostamos sempre de começar, tivemos 30 mil euros para executar este ano de 2025, fomos bem-sucedidos e já temos uma verba de 109 mil euros para 2026. Temos muita mais ambição, para poder concretizar nessa mesma circunstância. Gostava também de dar-lhes conta que a Comunidade Intermunicipal também faz coisas, sempre de forma articulada com os seis Municípios, na perspetiva de gerar economias de escala. O programa da modernização administrativa dos municípios, na formação que é feita aos técnicos dos municípios, é dada em conjunto para os seis municípios e de forma integrada. Isto tem permitido fazer uma coisa que para nós é muito importante e saudável, que é termos técnicos dos municípios a falarem uns com os outros dentro da mesma temática, porque quase sempre é nessas conversas e nesse networking que conseguimos também enriquecer e capacitar cada vez mais a forma como as coisas são feitas. Ainda nesta dimensão, há uma outra unidade que é muito importante que é da promoção dos produtos endógenos e aqui há um aspecto que é muito relevante e que é estratégico, a decisão que os seis Presidentes definiram em 2018 e que tinha muito a ver com a valorização de tudo aquilo que fosse endógeno. Como sabem, começámos pela água como elemento mais agregador do território e que merecia ser valorizado, mas estamos agora noutros produtos que também têm capacidade de serem valorizados e de se internacionalizarem. Esta unidade de valorização dos produtos endógenos tem esse objetivo e tem conseguido ter, felizmente, bons resultados. Este ano, destacam-se sobretudo os prémios que conseguimos obter no modo de produção biológica, que para nós, estrategicamente, é muito relevante, porque pode permitir que o setor primário acrescente um pouco mais de valor do que tem conseguido acrescentar no passado e com isso, também atrair outro tipo de públicos para nosso território e, aí sim, ficamos muito contentes por termos sido distinguidos por Bruxelas como sendo Valpaços a cidade Europeia do ano e isto representa um trabalho que está a ser feito desde 2019, onde na altura tínhamos 80 produtores biológicos registados e à data de hoje temos mais de 1000 produtores biológicos registados no território. E os seis Presidentes do Alto Tâmega e Barroso entendem que o biológico é, ou poderá ser, uma oportunidade para poder ser aproveitada no setor primário, no sentido de valorizar esses produtos. Porque há mercados europeus para os poder escoar por um valor acrescentado muito mais alto do que aquilo que tem sido a nossa produção. Temos no território características ótimas para a produção, de algum modo biológico, produtos que já fazemos muito bem, O azeite, a castanha e o mel. Colheitas de produtos com significado no passado, por exemplo hortícolas que tiveram um peso na nossa economia, hoje em dia não têm e que julgamos que podem vir a ter. Para se ter uma ideia, uma qualquer lata de feijão frade, aquilo que nós chamamos nosso território de chicharo, em vários mercados europeus, pode custar 12 a 15 euros e as latas são muito pequenas e nós temos muita capacidade para o poder fazer, mas é verdade que, mais uma vez, aqui precisamos de capacitação. Porquê? Porque não chega dizer “Produto biológico”, é preciso garantir que eu estou a produzir biológico e para que isso aconteça, tem que haver capacitação de quem está a produzir e tem que haver controlo para termos uma marca que depois permita ser valorizada lá fora. Depois, salto para uma outra unidade, que é também ela muito relevante porque tem 3 ou 4 temas muito fortes e perdoem-me também aqui, a expressão muito duros de tratar todos os dias e que tem a ver com o planeamento territorial. E aqui gostava sobretudo de realçar dois aspetos. Por um lado, as florestas, como sabem, nós temos 28 sapadores florestais, em 2 brigadas, uma brigada que está situada em Chaves e que serve Boticas, Chaves e Montalegre, e uma brigada que está situada em Vila Pouca de Aguiar e que serve Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena. Estes sapadores estão todos os dias no terreno, entre as 7 da manhã e as 2 da tarde e produzem, em média, 1,2 hectares de limpeza da nossa floresta. Floresta que arde e vai continuar a arder porque está desordenada e porque é muito difícil poder fazer esse exercício em muito pouco tempo, ou seja, valorizar a floresta, por um lado e, por outro lado, ordená-lo um pouco melhor para que quando arda não arda tanto e em tanta extensão. A nossa experiência diz-nos que temos tido, ano após ano, nos últimos



anos, menos ignições, mas quando temos ignições, elas são muito mais fortes do que eram no passado. No passado tínhamos mais incêndios com menor amplitude de prejuízo, pois temos menos incêndios, mas cada vez maiores e há aqui dimensões muito complexas, como alterações climáticas, como ocupação do território e outras que toda a gente discute. Mas há, sobretudo, uma preocupação que é ter estes 28 homens todos os dias a fazer limpeza. Essa limpeza é feita de forma articulada também com as outras brigadas que estão presentes pelas ações florestais e pelos municípios e, temos um Google Maps onde sabemos quais são os perímetros que estão a ser intervencionados. Todos os anos, os nossos Presidentes, realçam a preocupação quando se aproxima o Verão, sobretudo em relação a esta nossa grandíssima mancha de pinheiro bravo que é a principal em toda a Península Ibérica, que vai desde Boticas a Ribeira de Pena e que temos muitíssimo receio que algum dia um incêndio acabe com ela. Todo o trabalho que possa ser feito na área da prevenção é um trabalho que é importante e nós estamos muito felizes com o trabalho dos sapadores, sendo certo também que a atividade de sapador é uma atividade mal remunerada, que não tem um estatuto conveniente a nível nacional e nós já tentamos alterá-lo, mas que até à data ainda não foi possível fazer e, portanto, não são pessoas, digamos assim, que tenham muita disponibilidade para permanecer nestes cargos, porque a atividade não é fácil de ser executada. Aqui, também nesta mesma dimensão, para além das florestas, temos apetrechado, hoje em dia temos seis viaturas, temos dois tratores e agora também, já recebemos e temos em Ribeira de Pena, uma máquina de rastos. Isto aumenta muito a nossa responsabilidade em termos de Comunidade Intermunicipal, porque deixamos de falar de planeamento e organização, passamos a falar de operação, ou seja, nós, todos os dias, temos pessoas no terreno que correm risco daquilo que estão a desempenhar, pessoas essas que, também nos momentos dos incêndios, são convocadas para fazer rescaldo e muitas vezes combate, sem estarem preparadas para o poder fazer, algo que nos preocupa sobremaneira. Outro assunto duro dentro desta mesma divisão é o assunto dos transportes, como sabem, o assunto dos transportes em territórios como o nosso é um assunto muito complexo, porquê? Porque temos muita área territorial com muitas pequenas localidades, que têm direito por lei e não só por lei, porque são cidadãos a poder ter transporte público regular. É muito diferente falar de transportes na nossa região do que falar de transportes no Cávado ou no Ave ou até no Tâmega e Sousa, na parte mais industrial. Porque aí, as concessões são lucrativas e não faltam operadores a querer ficar com a concessão. No nosso caso, as concessões são negativas e a maior parte dos operadores afasta-se da concessão. Apesar de tudo, temos uma concessão a funcionar e para nós, com muito agrado, podemos dizer que temos, neste momento, uma taxa de crescimento de passageiros nos autocarros superior a 10% e isto é muito interessante ser analisado. O nosso modelo de concessão pressupunha uma quebra de 1,5% ao ano de passageiros, resultado da quebra demográfica, o que significa que se nós estamos a conseguir ter mais passageiros na rede, significa que a rede hoje em dia consegue cumprir, de alguma forma, algumas das solicitações que nos são dadas e, portanto, ficamos contentes por ter mais pessoas, ficaremos mais contentes ainda se tivermos mais pessoas, porque isso também permite ter um equilíbrio económico-financeiro para o futuro um pouco melhor do que aquele que temos hoje em relação àquilo que era feito no passado. Dizer-lhes também que há programas muito importantes, hoje em dia, financiados pelo Fundo Ambiental, aqui na questão dos transportes e os transportes hoje em dia representam praticamente 40% do orçamento da CIM. As verbas que vêm do Fundo Ambiental para Transportes, quer seja por financiamento dos passes escolares, porque passaram a ser feitos através das Comunidades Intermunicipais, quer através daquilo que é hoje o incentivo ATP que financia a concessão, na verdade, para nós já representa qualquer coisa na Comunidade Intermunicipal, por ano uma verba a rondar os 3 milhões de euros. Existe uma tentativa a nível nacional da possibilidade das pessoas que têm mais de 65 anos auferirem de descontos para poder utilizar os transportes e existe a vontade também de transporte gratuito ou quase gratuito para estas populações. O nosso objetivo é aumentar o nº de pessoas dentro dos nossos autocarros. Melhorar a mobilidade no território. Gostava de deixar um desafio para o futuro que é, nós temos hoje em dia localidades com 40 habitantes que daqui por 5 anos, quando acabar esta concessão, não vão ter 40 habitantes. Temos, também, hoje em dia, procura para um determinado tipo de transporte, que é muito mais a pedido, muito mais flexível do que transporte regular, ou seja, não posso ter autocarros todos os dias a circular sem pessoas e depois ter um dia um cidadão que precisa de um autocarro e não tem um autocarro para poder ser transportado. Neste momento, já estamos a trabalhar numa rede de transporte a pedido flexível, que permita que os cidadãos possam ter o transporte quando dele necessite e, ao



mesmo tempo, evitemos transporte quando não há passageiros para transportar. Pode-nos tornar a rede mais eficaz e menos onerosa em termos da dimensão existente, reconhecendo que esse exercício é muito complexo, por quê? As pessoas utilizam os autocarros, sobretudo para se deslocarem para a área da saúde. Isso significava que deveríamos ter uma coordenação maior com a saúde, no sentido de que as consultas eventualmente marcadas, que não fossem urgentes, pudessem ser escalonadas por localidades e não aleatoriamente. Representa um grande desafio para as escolas porque sabemos que o nosso principal passageiro nos autocarros são os alunos, os alunos, na verdade, representam quase cerca de 70% da estrutura de receita da rede e, portanto, todas as escolas, como têm horários parecidos, quer no início quer no fecho, temos um grande pico de procura, mas durante o dia, não tem utilização da infraestrutura, que tem que ser criada para responder a essa mesma necessidade. Um melhor escalonamento dos horários das escolas permitiria utilizar os mesmos recursos várias vezes durante o dia mas reconhecemos que é um processo de muita complexidade, coordenar e organizar e motivar as escolas para poderem organizar-se melhor nessa dimensão. Nesta mesma dimensão e quase indo em direção ao término e perdendo pelo tempo que estou a despendendo, gostava também de lhes dar nota de que temos tido outros projetos, que são muitas vezes projetos que nos são quase, eu não diria encaminhados, mas quase somos obrigados a participar, que são competências que estavam no Estado central e que são delegadas em nós, mas são difíceis de operacionalizar. Aqui gostava de falar do projeto da recolha de resíduos. É um projeto onde a CIM também é o organismo intermédio em ligação com os seis municípios, é um projeto muito complexo. Já os resíduos tradicionais e a separação dos resíduos tradicionais são um projeto complexo. Quando falamos agora através desta iniciativa do Fundo Ambiental de resíduos sólidos urbanos, ou seja, aqueles resíduos que nós temos em casa, é muito mais difícil criar condições para que as pessoas se motivem, por um lado, a fazer essa separação dentro de casa e em segundo lugar, que se consiga passar esses mesmos resíduos para contentores específicos para esse efeito. E muito mais difícil era arranjar mecanismos de recolha desses mesmos contentores porque estamos a falar, normalmente, de coisas que fermentam dentro dos contentores quando é no Verão e que, portanto, deixam odores e provocam caos por todo lado. Tudo isto é, normalmente, resultante da transposição de diretivas europeias e dos objetivos europeus. O Estado Português, como outros Estados, tem que cumprir um conjunto de indicadores que estão ligados à proteção da natureza e à sustentabilidade, cria um conjunto de indicadores que, depois, tenta transportar para a execução através das CCDR, das CIM e dos Municípios. Mas, depois, torna-se muito difícil podermos operacionalizar todas essas questões e tirar daí os resultados que são devidos. -----

Termino com talvez o projeto mais emblemático que temos no território. Distingue mesmo a nossa Comunidade Intermunicipal de todas as outras Comunidades Intermunicipais. A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso é dona em quase 66%, de uma infraestrutura tecnológica que se chama Aquavalor e que foi criada com outras entidades 26 entidades no sentido de valorizar aquilo que é o nosso principal recurso, que é a água. E aqui, gostava de lhes dar duas notas que são muito importantes, se calhar três. O Aquavalor é uma criança ainda, o Aquavalor já conseguiu em 3 anos atrair 8 milhões de euros para o território e isto é muito importante porque é uma associação privada. E se eu comparar aquilo que foi o desempenho das nossas empresas nos últimos 12 meses, há seguramente duas ou três empresas no Alto Tâmega e Barroso que conseguiram trazer verbas consideráveis de fundos europeus. A que trouxe mais fundos europeus, trouxe 3,5 milhões de euros de Fundos europeus, o Aquavalor, em 3 anos, conseguiu trazer 8 milhões de euros e tem, neste momento, mais de 20 projetos com empresas no território. Tem cerca de 20 pessoas, grande parte delas altamente qualificadas, e é uma estrutura que o seu sucesso passará por gerar défice. Isto é importante que seja compreendido por todos, porque quanto mais dinheiro o Aquavalor conseguir trazer, maior será a participação não cofinanciada, porque como todos nós sabemos, os projetos, também nesta dimensão, não são financiados a 100%. O que é que isto significa? Que o Aquavalor terá sucesso se conseguir ir acrescentando o seu défice no que diz respeito aos projetos e terá muito mais sucesso se o conseguir através do seu laboratório de análises clínicas de águas. Ficamos orgulhosos por sermos um dos melhores a nível nacional, conseguir gerar cash flows positivos que paguem a tal parte diferencial dos projetos. E aqui deixo uma nota de preocupação, não está ainda definido como é que vão ser financiados, a partir de julho de 2026. Foram financiados pelo PRR, foram financiados anteriormente pelo Norte 2020, mas ainda não está definido pelo Estado Português como é que será após 30/06/2026. Este é um aspeto



muito importante que nos preocupa a todos. Com certeza haverá uma resposta em breve porque temos 34 entidades destas a nível nacional. Só temos uma entidade destas que é detida por uma Comunidade Intermunicipal em maioria, porque todas estas entidades, normalmente, ou são setoriais ligadas às associações dos setores ou são ligadas ao sistema científico e tecnológico, designadamente às universidades ou politécnicos. O nosso problema será conseguir resolver um problema em que presumivelmente poderá haver um hiato de financiamento, porque esta entidade não tem estrutura nem capacidade para poder facilmente aguentar esse tipo de evoluções. Agora sim, terminando, gostava de deixar aqui quatro ou cinco tópicos muito breves de reflexão daquilo que vem para a frente. Sim, nesta reprogramação do 2030 já se percebeu o é que vai ser o 30-40. Fomos, de alguma forma, obrigados a transferir algumas verbas para áreas onde nunca transferimos verbas através do programa operacional regional. Todos nós, no Norte, também tivemos que contribuir com verbas para defesa, para sustentabilidade e para habitação. Se, em relação à sustentabilidade e à habitação são temas que nos são importantes, para todo o país a questão da defesa é crítica, mas é uma nova área de intervenção dos fundos europeus. Ou seja, no 30-40, as grandes linhas dizem que uma parte significativa do que teremos para poder usar dinheiro, terá que ser direcionada para atividades de defesa e para atividades de rearmamento do país. Temos que estar preparados para a possibilidade de em 30-40 termos um envelope financeiro, de certeza absoluta, mais baixo do que temos hoje para suportar os investimentos que ao território fazem falta. Devemos considerar a ameaça e oportunidade na questão da defesa. Se conseguirmos instanciar qualquer indústria que permita fazer alguma coisa indiretamente para a defesa, vamos ter vantagem. Se o Aquavalor conseguir criar algum produto, como já criou com as termas de Chaves, que permita recuperar militares ou que permita ser isotónico para militares, vamos ter uma vantagem. Ou seja, em todas estas disrupções, eu deixo-lhe esta mensagem, há sempre uma ameaça que parece muito grande, mas há sempre grandes oportunidades para quem se consegue adaptar e perceber qual vai ser o caminho que vai ser feito a seguir e antecipar esse mesmo caminho e aparecer primeiro. Há uma segunda dimensão a ser tratada por toda a União Europeia, que é muito importante nós começarmos a colocar nas nossas agendas. Sim, a inteligência artificial vai provocar um processo de disrupção muito maior do que o surgimento da Internet, aliás, fala-se hoje em dia, ainda ontem, Bill Gates considerava fazer algumas considerações a 10 anos daquilo que seria o resultado das profissões tradicionais. Estar preparados para perceber como é que as nossas profissões se irão poder adaptar ou não neste mundo novo. Com certeza que, com toda a devastação que o Covid nos provocou, o Covid em termos de turismo para o território, foi uma oportunidade. Felizmente vimos essa oportunidade e o salto que demos foi um salto muito interessante na perspetiva turística. O mesmo deverá ser feito nesta perspetiva, nesta nova dinâmica da defesa ou nesta nova dinâmica da inteligência artificial, e estaremos, com certeza, a tentar preparar-nos o melhor possível para conseguir responder a esses grandes desafios. Senhor Presidente, peço desculpa pelo excesso de tempo e, claro, estou disponível e com agrado para as questões que me queiram colocar. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Muito obrigada, senhor Presidente. Cumprimento mais uma vez, bem como a senhora e o senhor Secretários, o excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, a senhora e os senhores Vereadores, caras e caros Membros desta Assembleia, caras e caros senhores Presidentes de Junta, trabalhadores, todo o pessoal de apoio, comunicação social e cidadãos flavienses se presentes. Renovo a todos os meus cumprimentos e os votos de um bom dia. Tomo agora a palavra nesta Assembleia Municipal a propósito da intervenção do senhor Primeiro Secretário da CIMAT e deste ponto da ordem de trabalhos relativo à atividade desta entidade supra e intermunicipal, para referir algo que, desde logo, nos deve encher de orgulho, o trabalho excecional que a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso tem desenvolvido nos últimos anos, colocando o nosso território no mapa das boas práticas da governação territorial. Creio que o tempo que nos ocupou não foi excessivo, mas sim proporcional à importância que a Entidade tem para o território. Permitam-me também, desde logo, que não me reporte apenas ao relatório e à atividade de 2025, mas que faça antes, em jeito de balanço de mandato e de período, uma análise um pouco mais vasta relativa aos últimos anos e que traduz, obviamente e naturalmente aquela



que é a sensibilidade e a perspetiva do Grupo Municipal do Partido Socialista. Quando falamos da CIMAT, falamos de muito mais do que uma estrutura administrativa, falamos de uma visão estratégica que soube identificar aquilo que une esta região e desde logo a água. Este recurso precioso que brota generosamente da nossa terra tornou-se elemento agregador de seis municípios que juntos todos os dias ousam fazer mais e melhor. Das termas históricas às águas medicinais, que atraem visitantes de todo o mundo, da energia hidroelétrica que alimenta o desenvolvimento, à agricultura que sustenta as nossas famílias, a água é verdadeiramente o coração pulsante do Alto Tâmega e Barroso. A água que nos une, o futuro que construímos e que queremos continuar a construir. Sem prejuízo do que já foi anteriormente doutamente dito e explicitado pelo senhor primeiro Secretário, permitam-me salientar alguns números que demonstram a capacidade de execução da nossa Comunidade Intermunicipal. A CIMAT, tem vindo a gerir um envelope financeiro de mais de 90 milhões de euros através de instrumentos territoriais integrados destinados ao desenvolvimento sustentável e coeso da nossa região. Até ao momento foram submetidas e aprovadas 161 candidaturas municipais e 99 de empresas, totalizando 260 candidaturas, que já representam cerca de 75% dos 90 milhões que referi. Este é um indicador extraordinário de maturidade técnica dos nossos projetos e das nossas entidades, sejam elas as públicas, sejam elas as privadas empresariais. -----

Numa outra perspetiva e enquanto cidadãos e eleitos por este Concelho de Chaves, entendo que não podemos deixar de destacar algo de fundamental, a recuperação do papel central que o nosso Concelho, que a nossa Cidade de Chaves, assume nesta constelação de Municípios. É preciso dizê-lo com clareza. Houve um tempo em que a centralidade histórica, política, económica de Chaves, enquanto motor desta sub-região se havia esbatido, perdia força e influência a cada ano. Parecíamos quase envergonhados da nossa terra e da nossa história, mas nos últimos anos, e não há como escamoteá-lo, graças ao trabalho político desenvolvido e, sem dúvida, também, à visão estratégica política, partilhada pelos seis municípios, Chaves recuperou o seu lugar de liderança da sub-região. Com a nossa posição geográfica estratégica, com a confluência de importantes vias rodoviárias internacionais, com a riqueza das nossas águas, com o nosso património histórico e cultural, mas sobretudo e decisivamente com a liderança política do Concelho, Chaves voltou a ser a âncora económica e o pólo dinamizador que sempre foi chamado a ser. Esta centralidade reconquistada não é um privilégio, é fruto de muito trabalho e é, obviamente, uma responsabilidade acrescida, uma responsabilidade que é liderada, mas que é partilhada com Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, numa lógica de complementaridade e solidariedade territorial, que tem sido a marca distintiva da CIMAT. A aposta no turismo sustentável, articulada com as estâncias termais o património, a natureza, a agricultura, a floresta e a gastronomia têm sido grandes conquistas desta estratégia Intermunicipal, combinando uma visão inovadora e a tecnologia com a tradição. No empreendedorismo, múltiplos programas como o sistema de incentivos de base territorial e o programa de apoios ao emprego e ao micro empreendedorismo, têm dado suporte decisivo a micro e pequenas empresas, que são a espinha dorsal da nossa economia. São estas empresas, estas pessoas, que criam emprego, que fixam população e que mantêm vivas as nossas aldeias, vilas e cidades. Mas a CIMAT não se limita ao desenvolvimento económico, à defesa intransigente dos serviços públicos, como demonstrou a mobilização em defesa da Saúde no Alto Tâmega, mostra também que esta estrutura Intermunicipal está do lado das populações também nos momentos mais críticos. Caras senhoras e caros senhores, os resultados que enumerei não nascem por acaso, nascem do trabalho de pessoas competentes, dedicadas, que todos os dias priorizam o interesse público. Agradecemos por isso também à equipa técnica da CIMAT, funcionários técnicos de elevada qualidade que, muitas vezes, bem longe dos holofotes, garantem a qualidade e o rigor na elaboração dos projetos, na gestão dos fundos e no acompanhamento das candidaturas. Mas, naturalmente, não podemos deixar de fazer uma menção muito especial ao Professor Doutor Ramiro Gonçalves, primeiro Secretário Executivo da CIMAT. O Professor Ramiro, catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, como todos sabem, investigador reconhecido internacionalmente, poderia ter escolhido caminhos mais cómodos mas escolheu servir o território, escolheu colocar o seu conhecimento, a sua capacidade de trabalho e a sua visão estratégica ao serviço do Alto Tâmega e Barroso. A sua liderança tem sido fundamental para a afirmação da CIMAT, como um exemplo de boa governação. A sua capacidade de articulação com as Universidades, com os Centros de Investigação, com Entidades Governamentais e



Europeias, a sua visão sobre inovação e tecnologia aplicadas ao desenvolvimento territorial fazem dele um ativo inestimável para a nossa região. Obrigada. -----

No que concerne ao futuro, sabemos que vivemos tempos de grandes desafios, o despovoamento, o envelhecimento, a necessidade de atrair jovens qualificados, a transição climática, a digitalização são temas que exigem respostas coordenadas e estratégicas. A CIMAT, tem demonstrado que está à altura destes desafios, o recente reconhecimento como menção especial no prémio nacional da paisagem 2025 pelo Alto Tâmega e Barroso paisagem viva é mais uma prova de que estamos no caminho certo, mas é preciso continuar, é preciso reforçar o investimento na qualificação das pessoas, na inovação, na criação de condições para que as empresas cresçam e os jovens queiram ficar. É preciso valorizar ainda mais os nossos recursos endógenos, a água, as termas, a paisagem, os produtos locais e a bio região que também soubemos criar. Termino como comecei, com orgulho no trabalho que a CIMAT tem desenvolvido, orgulho na equipa técnica que serve diariamente o interesse público, orgulho especial na liderança do Professor Ramiro Gonçalves. Em nome dos cidadãos que representamos e em particular do Grupo Municipal do Partido Socialista, deixo aqui o meu reconhecimento público e um voto de confiança no caminho que estamos a trilhar juntos, os seis municípios do Alto Tâmega e Barroso estão a escrever uma história de sucesso, uma história onde a água nos une, onde a cooperação prevalece sobre a fragmentação, onde o futuro se constrói com trabalho, com competência e com visão. Muito obrigado. ---

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente de uma forma muito rápida, naturalmente agradecer, eu fui um dos que não cumprimentei por lapso o Professor Ramiro, Primeiro Secretário da CIMAT, nas intervenções anteriores, cumprimentei, diga-se, lá fora e cumprimento agora publicamente com todo o gosto. Senhor Primeiro Secretário, meu ex-professor de várias cadeiras de informática na Universidade Internacional, que foi extinta em 1998, meu superior hierárquico até há bem pouco tempo, meu amigo de longa data, é um gosto revê-lo, senhor Professor, cumprimentá-lo e felicitá-lo pela brilhante exposição. Não há futuro sem passado e nós todos temos que ter memória, ser gratos aos autarcas que em boa hora em 2013, tiveram um passo de dar início à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, saindo, na altura, da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e Alto Douro, esses autarcas tiveram essa visão, nós próprios nesta Assembleia Municipal, quando apresentamos uma Moção sobre isso, houve muita gente, incluindo autarcas do meu partido, que sorriram a pensar, “os de Chaves são malucos, querem, agora criar uma Comunidade”, mas o sonho comanda a vida, como dizia o poeta. Os estatutos foram publicados em 11/11/2014 e a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega é uma realidade rebatizada, permitam-me a expressão, em outubro de 2022, como Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. Tem tido um dinamismo fruto dos autarcas dessa altura e os que o seguiram mérito para eles, todos para os seis de diferentes partidos políticos, mérito para os seus Secretários, os membros do secretariado. O primeiro foi na altura o Dr. João Batista, a Dra. Blandina Queiroz, o Eng. Mário Romeu Mendes, o Professor Ramiro Gonçalves e o Dr. José Viegas. O impulso tem sido tremendo, como muito bem, a Deputada do Partido Socialista, a Dra. Brigitte, aqui escarpelizou e muito mais será no futuro. Feito este intróito, para mim é só uma pergunta simples, se o senhor Professor, me puder responder que é: um desígnio, um objetivo para os quatro anos para o Município de Chaves e, naturalmente, um comum para o Alto Tâmega e Barroso. Obrigado e parabéns pelas explicações senhor Professor. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Anselmo José Martins**, disse: -----

Senhor Deputado, Nelson Montalvão, permita-me que faça aqui uma ligeira correção, era a CIM de Trás-os-Montes, à época havia duas, CIM Trás-os-Montes e CIM Alto Douro e nós saímos da de Trás-os-Montes, da qual também fizemos parte. Fomos Deputados Intermunicipais. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente, agradeço-lhe a correção, precisa, exata e com razão e na altura íamos para as viagens para Bragança também em representação dessa Assembleia e agora permitam que no ponto 6 que virá mais à frente que faça campanha, porque eu irei apresentar, nós PSD.CDS e Iniciativa Liberal, iremos apresentar uma lista, e eu sou candidato à Assembleia Intermunicipal, espero poder com contar com o vosso voto, ao abrigo do artigo 83 só para os directamente eleitos. Obrigado. -----



Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia. Gostava de agradecer ao Professor Ramiro, a forma como já nos habituou ao longo destes anos a intervenções nítidas, didáticas e organizadas. Intervenções que salientam bem a importância da intervenção das entidades públicas para a melhoria da vida das populações. E, em específico a questão das acessibilidades dos transportes públicos. Era importante que se encontrassem todos os mecanismos possíveis e necessários para responder ao isolamento das populações, os passos estão a ser dados, aguardamos que os mecanismos mais flexíveis em relação ao transporte possam avançar. Eu chamava a atenção de uma questão, e agora isto é quase um aparte, neste momento vocês não fazem ideia da pressão que é feita sobre os hospitais, sobre as consultas, de tentar responder a mil coisas ao mesmo tempo? Temo que na situação atual do Serviço Nacional de Saúde, pelo menos no que se refere aos cuidados hospitalares, às consultas hospitalares, não seja fácil dar essa resposta. Estou seguro, pelo menos em relação aos meios complementares de diagnóstico, chamados exames complementares, se houvesse uma organização e mais pessoal administrativo, assistentes técnicos para coordenar, poder-se-iam dar alguns passos. Outro aspecto, em relação às florestas, um bem comum que é preciso preservar, é importante reconhecer uma coisa que compete ao Estado, às Autarquias, a resposta a esses aspetos e nesse sentido, o ter profissionais, o ter aparelhos, máquinas de rasto, etc. É muito importante, e alertou o Professor Ramiro para uma coisa importante, enquanto nós não valorizarmos, também do ponto de vista salarial, quem trabalha em concreto, quem anda à chuva e ao frio para proteger o bem comum, não vamos ter estabilidade de equipas e não vamos ter respostas. É importante esta noção de que o trabalho concreto, o trabalho que a inteligência artificial não vai resolver, tem que ser valorizado e respeitado em termos também salariais. -----

Finalmente, dois aspetos, acho que é o momento para dizer isso, eu vi com surpresa, mais uma vez com tristeza, o primeiro-ministro dizer que não é o momento oportuno para a regionalização, também não explicou porquê. Porque nunca é o momento oportuno e nós entendemos que a criação da regionalização como estrutura intermédia era indispensável para uma coordenação mais global até das próprias CIMs e das autarquias em geral. Depois, eu percebo a intervenção do Professor Ramiro, ele está aqui como Secretário da CIM do Alto Tâmega e Barroso e não lhe compete, acho eu, fazer considerações políticas e, portanto, entendo a intervenção dele. Mas, nós aqui, compete-nos é a denúncia, porque foi aqui dado o alerta, a paranóia da defesa e do armamento, como se fôssemos para uma guerra, vai condicionar as nossas vidas no dia a dia. Ficou aqui um alerta mais ainda um alerta que nos pode empurrar, com todo o respeito, com as propostas ou com a imaginação que ele teve, desde água isotónica para os militares, para coisas que não são o que a região precisa. A região não precisa de fazer água isotónica para a defesa, pode fazer isso empurrada pelo mercado de uma União Europeia que perdeu o Norte. A Região precisa, a CIM, as Autarquias, o Estado, cada um de nós, é de contribuir para as necessidades reais das populações, das estradas, dos caminhos, das florestas, da promoção dos produtos endógenos. Não precisa de inventar questões e precisa de denunciar esta paranóia securitária da defesa que em nada corresponde ao interesse de nenhum povo da Europa. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----

Muito bom dia, senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social, público se presente, estrutura de apoio. Antes de mais, estamos aqui no âmbito da apreciação e discussão do relatório das principais atividades desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. Mas, ainda assim, trata-se de um ano particularmente relevante, por coincidir com o fim de um ciclo de quatro anos. Como sabem, a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso e os respetivos órgãos, incluindo o secretariado técnico, têm um mandato coincidente com os mandatos autárquicos. Portanto, nessa perspetiva, quer ao nível da Comunidade Intermunicipal, no que diz respeito ao Conselho Intermunicipal, enquanto órgão executivo, quer no que concerne à Assembleia Intermunicipal, enquanto órgão deliberativo, bem como à estrutura técnica e executiva, importa referir que esse é um processo que também se encontra num momento de fim de ciclo e de abertura de um novo ciclo. Agradecer o trabalho desenvolvido pelo Professor Ramiro, um trabalho consistente, competente e dedicado desde 2018. Sinceramente, não acompanho a interpretação do Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PPD/PSD, há



um antes e um depois de 2018 no que diz respeito à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. Em todas as dimensões, basta olhar para as métricas, os indicadores e os resultados para perceber que não é tudo igual. Não foi nada igual. Esse é um trabalho que resulta muito da estrutura técnica de apoio, muito do trabalho do Professor Ramiro que tem, de facto, um mérito assinalável. Podemos, de facto, falar de um antes e um depois no que diz respeito à estratégia, no que diz respeito à programação, à planificação, à definição das ações, às ações concretas e com impacto, que são verdadeiramente distintas. E, portanto, queria dizer que, naturalmente, é um trabalho iniciado, um trabalho que tem que ser continuado. Entendemos que o Professor Ramiro deve continuar esse trabalho na Comunidade Intermunicipal, ficando já esta aqui essa menção. Não estou a fazer campanha eleitoral, estou apenas a dizer que a próxima Assembleia Intermunicipal vai certamente poder votar uma decisão unânime do Conselho Intermunicipal, que já decidiu por unanimidade, reconduzir o Professor Ramiro Gonçalves, sem exceção, de forma unânime, com a avaliação de “Excelente” relativamente aos resultados. E, portanto, isso é quanto à dimensão da prestação profissional do Professor Ramiro. -----

Quanto à dimensão organizacional da Comunidade Intermunicipal, no que diz respeito às ações, aos projetos e às iniciativas, bem como à estratégia e à visão para o futuro, naturalmente, ela está alinhada com os seis autarcas do Alto Tâmega. Se há ativo importante que esta Comunidade Intermunicipal, que é, de facto, talvez a segunda mais pequena, ou uma das duas mais pequenas do país, para além disso tudo e da sua estrutura técnica e das pessoas que a integram, tem um capital absolutamente indispensável, que não pode ser destruído, que é o capital do consenso, que é o capital do compromisso, que é o capital da união dos seis concelhos e dos seus líderes, os respetivos Presidentes de Câmara. Foi assim no passado, tem sido no presente e a nossa expectativa é que assim possa continuar no futuro. Naturalmente, todos sabemos que a Comunidade Intermunicipal, que não é uma autarquia local, que é uma Associação de Municípios e que tem vindo a ganhar novas competências, desempenha um papel importante, ao nível da mediação estratégica relativamente ao caminho que nós, no Alto Tâmega e Barroso, queremos prosseguir. -----

Quanto à definição estratégica, aquilo que nos move em relação às principais linhas orientadoras, elas estão definidas e fazem parte de um documento escrito. Agora, temos naturalmente de dar passos subsequentes que permitam densificar, decantar e concretizar essas mesmas linhas estratégicas. Elas estão enunciadas e estão bem densificadas. Eu acho que o facto de se perceber que a explanação do Professor Ramiro, relativamente às diferentes áreas temáticas, se encontra agrupada e sistematizada por unidades orgânicas tem, de per si, também, uma significância. Elas querem representar uma valorização de áreas importantes, estratégicas para a Comunidade Intermunicipal. Portanto, nessa perspetiva, a informação que nos foi trazida sobre as atividades desenvolvidas pela Comunidade Intermunicipal, quer enquanto autoridade intermédia de gestão, no que diz respeito aos fundos comunitários, quer também na sua dimensão no âmbito do planeamento e da programação, mas cada vez mais também na área da operacionalização, ela é crescente, é hoje mais visível na área da floresta, ela vai ser ainda mais expressiva, agora com a máquina de rastros. Mas dizer que já percebemos que a Comunidade Intermunicipal tem ganho robustez institucional, tem ganho reconhecimento interno e externo, tem ganho capacidade e recursos humanos, dada a evolução quase explosiva ao nível dos recursos humanos, aquilo que é também o orçamento de hoje da Comunidade Intermunicipal e aquilo que são verdadeiras linhas estratégicas. -----

E, portanto, aquilo que aqui nos trouxe, o que aqui foi apresentado, quer quanto ao turismo, quer quanto à inovação, quer quanto à investigação, traduzida neste projeto absolutamente excecional, na minha perspetiva transformador, diferenciador e que tem sido potenciador de novas dinâmicas - estamos a falar do AquaValor - ele é absolutamente decisivo. E, portanto, nunca é demais dizer que é, de facto, um dos projetos mais importantes que existem no território e mais relevante para os seis concelhos. Isso tem permitido processos de afirmação do conhecimento do nosso território. Foram também aqui referidos os riscos, os desafios e as preocupações ao nível do financiamento, e a nossa expectativa é de que todos os seus municípios possam estar comprometidos, porque a responsabilidade dos seis é uma responsabilidade muito grande, representando mais de 60% do respetivo capital social. -----

Depois, na área da floresta e na área dos transportes, com desafios enormíssimos, dada a nossa dispersão populacional, ao nosso poder aquisitivo e às particularidades das estruturas demográficas que, naturalmente, aqui se colocam. -----



Agora, sinceramente, aquilo que me trouxe aqui foi agradecer o trabalho desenvolvido pelo Professor Ramiro e também pela equipa que lidera. A confiança estende-se, também, ao próximo mandato e, sobretudo, ficamos já conscientes dos desafios importantes. Mas, por aquilo que foi e tem sido o percurso, e a experiência ao nível da Comunidade Intermunicipal, estou convencido de que vamos, também, vencer, com mais dificuldade ou com menor dificuldade, os desafios que se colocam, ainda que eles sejam enormíssimos. -----

Portanto, naturalmente, o que eu queria era agradecer o trabalho e estimular para o próximo mandato. --
Obrigado. -----

Encerrou este ponto da Ordem de Trabalhos o 1º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, **Professor Doutor Ramiro Manuel Ramos Moreira Gonçalves**. -----

Muito obrigado, senhor Presidente, agradeço as apreciações que fizeram e queria dar duas notas só que são para mim muito relevantes. Primeiro, este não é o trabalho do Ramiro, é um trabalho de uma região que tem mais de 84 mil pessoas e que todas, todos os dias, trabalham para que a região seja melhor e isso para mim é muito importante. E segundo, nós não estamos isentos de crítica e nem estamos isentos de incompreensão, isso cada vez vai ser mais assim. À medida que as organizações, e neste caso, a nossa Comunidade Intermunicipal, ganha algum protagonismo, digamos assim, tendo algumas vitórias, normalmente nós só mostramos a parte boa da história, não é? Mas é bom que saibam todos que nós temos muitas derrotas, também. Mas para quem me conhece bem, nós vemos em cada derrota um momento de aprendizagem e a seguir vamos lá outra vez. Vamos melhor e com maior hipótese de vencer. Gostava só de deixar uma nota, até porque fui desafiado e sabem que eu sou mesmo uma pessoa desafios, aliás, ainda aqui há dias alguém me perguntou, mesmo assim diretamente, e foi uma pessoa muito próxima: porque é que tu continuas a aceitar ou a querer poder continuar a desempenhar esta função? E, na verdade, é pelo desafio, não é? Essa pessoa é uma pessoa muito importante para mim que é a minha filha, ela tem-se preocupado com o pai e, perguntava-me, tu trabalhas menos agora? Não, não. Tens mais férias? Não, não, não. Tens menos problemas? Não, não. Quando os filhos fazem estas perguntas isto é mau sinal para nós que somos pais, porque normalmente nós é que fazemos, ao contrário, perguntas aos filhos, não é? Desculpem, este aparte, mas pronto é uma questão pessoal. Agora eu gostava de responder ao desafio assim, o desafio do território, na minha opinião, passa sempre por um elemento que está desenhado na estratégia de 2018 e que é totalmente atual hoje, na minha opinião, como é óbvio, que é o desafio para Chaves, o desafio para Boticas, o desafio para Ribeira de Pena, o desafio para Montalegre, o desafio para Valpaços, o desafio para Vila Pouca de Aguiar, é sempre a capacitação. Ele não está ultrapassado, nunca estará ultrapassado, eu só consigo tirar mais valor do que nós temos endógeno, se as pessoas estiverem capacitadas. Nós só conseguimos vender o azeite mais caro se as pessoas estiverem capacitadas para o colocar nos mercados certos, com a embalagem certa, porque o azeite é realmente o melhor do mundo. Nós só conseguimos vender mais caro as nossas termas, se todos os colaboradores estiverem mais capacitados e prestarem um serviço ainda melhor. Na verdade, nós só conseguimos ter mais turismo no território, se cada pessoa que está em cada restaurante, se cada pessoa que está em cada hotel, se cada pessoa que é guia turístico, conseguir vender a experiência para que ela seja mais bem paga por todos aqueles que nos visitam. O desafio é sempre capacitação. E, portanto, nós só conseguimos, ou só conseguiremos melhorar ainda mais os indicadores, porque os indicadores são melhores do que eram no passado, mas temos caminho para andar, nós não estamos a jogar a Champions League, ainda, estamos no meio da tabela, precisamos de subir do meio da tabela para cima e cada vez é mais difícil. Na minha opinião, só o conseguiremos fazer, respondendo ao senhor deputado, se continuarmos a apostar na capacitação, e conseguirmos fazer o que estamos a fazer com a água para outros produtos que têm valor e capacidade de se internacionalizar e que podem ser âncoras para outros produtos que possam surgir. E para isto, tem que se dar saltos, não vale a pena correr, é preciso dar saltos. E eu lembro-me perfeitamente quando nós criamos a bio região, que hoje em dia faz sentido para toda a gente, em 2019, também o acompanhava nessa dimensão. Em 2019, as pessoas perguntavam assim, estão a criar um bio região tendo 80 produtores? Sim, mas criámos uma marca. E quando criámos a marca, demos uma mensagem para dentro do território e a partir daí, as pessoas começaram a interessar-se por aquilo que era o Bio. E lembro-me tão bem da nossa incubadora no nosso concurso de ideias, começavam a aparecer jovens com produtos bio e nós dizemos assim: os jovens já



se estão a interessar pelo Bio, mas porquê? Porque nós demos um sinal num certo sentido e isso sim, pode ter um efeito transformador. Portanto, resumindo, na minha opinião, o objetivo e o desígnio de Chaves não é muito diferente dos outros Municípios, sendo certo que Chaves é a capital e, portanto, tem uma responsabilidade acrescida, não é? Como é óbvio, é o desafio da capacitação, é o desafio de termos cada vez mais pessoas a saber fazer melhor a sua tarefa do dia a dia, porque isso vai-nos permitir tirar mais valor daquilo que nós temos de endógeno que é muito relevante, porque podíamos ter um território que não tivesse ativos endógenos, mas felizmente temos um território com bastantes ativos endógenos. Muitos deles muito bem explorados, outros não tão bem explorados. Termino, mesmo, agradecendo as palavras que me dirigiram, estou certo que também sou merecedor de críticas. Pedimos sempre desculpa quando os erros acontecem. Tentaremos sempre fazer melhor a seguir, porquê? Porque faz parte da vida. Muito obrigado, senhor Presidente, e gostava de desejar a todos, como é comum, nesta altura, a oportunidade de lhes desejar um excelente Natal e um ano de 2026 extraordinário. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Anselmo José Martins**, disse: -----
Agradeço-lhe a belíssima exposição, os esclarecimentos pedidos, agradeço e elogio a liderança do projeto da CIM e os bons e muitos resultados alcançados. Aproveito também para que transmita a todo o pessoal da CIM as Boas Festas e um Feliz Ano Novo por parte da Mesa da Assembleia Municipal. Muito obrigado. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 4 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL 2025-2029. ----
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Anselmo José Martins**, fez a intervenção inicial para apresentação da sua informação. -----

Caros Membros desta Assembleia Municipal, como todos sabem, é competência da Mesa apresentar um Regimento, ou propor a criação de uma comissão para a elaboração do Regimento. Como todos sabem, trabalhei durante quatro anos com o anterior Regimento, considerei que era um bom Regimento e, de todos os grupos municipais, apenas me chegaram contributos do Plano C, contributos que acatei, em parte. Primeiro contributo, o Plano C sugeria dois períodos para o público, um no início e outro no final dos trabalhos da Assembleia Municipal, isto visando, e concordo, que devemos proporcionar e cativar a intervenção do Público na Assembleia Municipal. Segundo contributo, que as sessões da Assembleia Municipal sejam transmitidas por sistema vídeo. Não acatei o segundo, acatei o primeiro. Não acatei o segundo contributo por uma razão muito simples, este espaço onde se realiza a Assembleia Municipal não está equipado nem com aparelhagem áudio, nem com aparelhagem vídeo. Aquilo com que eu me comprometo, é que a partir do momento que este espaço esteja equipado com a devida aparelhagem, quer de um áudio quer de vídeo, eu proporei à Assembleia Municipal a alteração ao Regimento e desde que haja uma votação com maioria qualificada o Regimento será alterado. Em termos da distribuição de tempos, quisemos privilegiar os grupos municipais que têm um elemento. Já no passado achámos, e no presente acho também, que têm que ter um tempo mínimo e esse tempo mínimo continuamos a adotar os 3 minutos. É o mínimo que alguém pode dizer num período antes da ordem do dia. Obviamente, com esta decisão, os dois partidos mais votados saem prejudicados. Então, qual foi o critério? Para o período antes da ordem do dia atribuímos 3 minutos a todos os grupos municipais e, depois, a cada grupo municipal que tivesse mais de um elemento, atribuímos 30 segundos. Razão pela qual dá 3 minutos para a CDU, para o Plano, C e para o IL, dá 4 minutos para o CDS, são 3 + 30 segundos por cada um, dá 4 minutos, dá 6 minutos para o CHEGA, dá 14 minutos para o PSD e dá 27 minutos para o PS. E, agora tenho que ser clarinho, clarinho, aplicando integralmente a regra, por causa das aproximações, o PS levaria 26 minutos, mas a totalidade daria 59, dado que, dentro dos partidos prejudicados, o mais prejudicado é o maior, atribuímos 27 minutos. Mas, desde já, e a esmagadora maioria das pessoas que estão aqui conhecem-me, num período antes da ordem do dia, desde que o assunto seja mesmo do interesse do Concelho, não há problemas, darei mais 1 ou 2 minutos, tenho essa competência. -----

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----



Obrigado, senhor Presidente, de uma forma muito simples, até à aprovação do novo Regimento da Assembleia Municipal de Chaves naturalmente está em vigor o anterior e no anterior contempla precisamente que haja grupos de trabalho ou comissões e é sugestão do grupo Municipal do PSD que seja agendada uma reunião, naturalmente presidida pela Mesa desta Assembleia, uma reunião com representantes dos grupos municipais com assento nesta Assembleia, para a revisão integral do Regimento visando, naturalmente, a sua melhoria. E aí seria definido, digamos, o texto, artigo a artigo, alínea a alínea. No entanto, nós temos alguns pressupostos básicos, em nosso entender, do grupo municipal, e recebemos as propostas do Plano C, lemos com atenção e nessa reunião manifestaremos a nossa opinião. Os nossos princípios básicos sobre o ponto em discussão agora do Regimento, visam essencialmente quatro aspetos para nós essenciais, e, desde logo, a introdução de uma maior democraticidade e transparência no funcionamento regular desta Assembleia Municipal, como através da introdução de critérios mais justos e distribuição dos tempos de intervenção dos membros da Assembleia Municipal que o senhor Presidente já referiu e, também, da limitação de uma forma razoável, proporcional do tempo da intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Chaves. Uma melhor regulação do tempo de intervenção do Público de forma mais ágil, estimuladora à sua efetiva participação cívica nestas Assembleias Municipais. No ponto dois, uma introdução no corpo do Regimento do recurso aos meios telemáticos no âmbito do regular funcionamento desta Assembleia. Ponto três, transmissão das Assembleias Municipais no site oficial do Município, podendo a mesma ser acompanhada em direto por esta via por qualquer cidadão que assim esteja interessado. E, como quarto e último ponto, a ponderação da introdução das novas tecnologias de informação, designadamente a inteligência artificial na organização das Assembleias Municipais, particularmente nos registos das intervenções proferidas pelos seus Membros e na redação mais eficaz e mais eficiente, das respectivas atas. Recordo que o atual Regimento, que está em vigor, foi aprovado no dia 27/04/2022, ou seja, as eleições tinham sido em setembro, outubro, houve a Assembleia de dezembro surgiu uma situação destas os grupos municipais reuniram, veio à Assembleia de fevereiro, na Assembleia de fevereiro, ainda houve algumas questões, digamos, para ultimar e na reunião de abril foi aprovado o Regimento que temos. Portanto, senhor Presidente da Mesa, o Grupo Municipal do PSD apela à sua sábia gestão deste assunto e a todos os grupos municipais para que não se use muito tempo hoje, nesta matéria, mas sim futuramente nas reuniões que forem necessárias em período naturalmente pós laboral e que os grupos municipais possam debater todos os artigos das alíneas e o objetivo primordial de melhorarmos este Regimento. -----

José Luís de Meneses Amarante, pelo CHEGA, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, senhor Presidente da Mesa, bom dia senhor Presidente da Câmara. -----
O Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, pelo PPD/PSD, sugeriu a criação de um grupo para vermos o Regimento. Chegamos a esta conclusão, falo por mim, eu trabalho e não ganho nada com isto. Tenho que consultar em casa nos meus tempos livres e dois dias para, por exemplo, o artigo 21, diz dois dias para receber estes documentos todos ler e analisar, acho que eu que sou novato nisto, tive dificuldades. Por causa disso, o requerimento foi entregue. Acho que no mínimo oito dias, a comissão foi para nós debatermos isto, para promover a democracia e a transparência. Eu não consigo ler o que me enviam no prazo de dois dias. O CHEGA, apresentou esse requerimento para pedir alteração. O senhor Presidente não o referiu. Gostaria que o referisse. Obrigado a todos e bom Natal. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo PS, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos novamente. O Grupo Municipal do Partido Socialista saúda e agradece a intervenção do senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Efetivamente, a proposta de Regimento, quanto a nós, satisfaz os interesses desta Assembleia e o seu bom funcionamento, adiantando, desde já, àquilo também que creio que é o líder do Grupo Municipal do PSD aqui trouxe e sem querer fazer ninguém perder mais tempo, mas inevitavelmente falar de algo que o deputado Nelson Montalvão já aqui referiu. Há quatro anos, só em abril de 2022, e as eleições tinham sido, salvo erro, em outubro de 2021, é que tivemos novo Regimento, o atual, que resultou precisamente de um conjunto exaustivo de reuniões e, portanto, de uma reformulação na íntegra daquilo que era o Regimento da Assembleia Municipal. E esse Regimento, eu participei nessas reuniões, creio que o Deputado Nelson Montalvão também, correto faltou algumas, inclusivamente. Também foi um registo de alguns dos grupos municipais, do absentismo nessas reuniões.



A verdade é que saiu um novo Regimento e um Regimento que, salvo melhor opinião, falarei apenas pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, serviu o bom funcionamento deste Órgão nos últimos 4 anos. O desenho da atual Assembleia não é assim tão diferente daquele que tivemos nos últimos 4 anos e, portanto, quanto a nós e com o devido respeito, não há nenhuma alteração, nem no número de grupos municipais, nem no desenho, nem nas competências, nem na orgânica, seja a que nível for, que justifique, novamente, estarmos a partir do zero e a querer fazer um novo Regimento, quando, no essencial, o que está serviu e continuará a servir. As questões de índole mais tecnológica ou de tecnologias de informação e comunicação, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia já explicou que não há condições para as implementar de imediato, já mostrou abertura para que façamos essa introdução quando tecnologicamente este espaço estiver habilitado para isso e, portanto, essa matéria ao Partido Socialista serve-nos também. Dizer ainda que, ainda com prejuízo para o tempo de intervenção do Partido Socialista, e ajuste àquilo que seria a absoluta proporcionalidade da atribuição dos tempos, a verdade é que, nós, antes de sermos socialistas, somos democratas e em democracia as oposições é importante que tenham voz. E, portanto, abdicamos, com muito agrado e com e com total disponibilidade democrática, daquilo que seria rigorosamente o tempo que em proporção aos votos que tivemos e aos mandatos que obtivemos, nos seria atribuído em benefício daquilo que é a justíssima representatividade também dos grupos municipais com menos eleitos. E dito isto, e no que concerne ao espaço dos cidadãos, nós não somos obviamente contra a intervenção cívica e a dimensão cidadã neste Órgão, mas quero dizê-lo também sem qualquer desassombro, qualquer um de nós aqui dentro é cidadão, não nos demitamos do papel de cidadania que exercemos e do papel de representação dos cidadãos que devemos exercer. Nós não vivemos numa democracia de participação direta, nós vivemos numa democracia representativa. E eu quero continuar a viver numa democracia representativa e ela faz-se com partidos, com movimentos de cidadãos, com associações certamente, mas é responsabilidade também de cada partido, de cada movimento aqui presente, internamente, na sua vida quotidiana, criar os tais espaços de debate para que a voz cidadã lhe chegue e aqui ser a voz desses cidadãos. E a democracia tem estado em perigo em vários países do mundo e ultimamente inclusivamente em vários países da Europa, e não sei se não viveremos esses tempos no nosso país brevemente e, desculpem-me, eu não estou disponível para me demitir do papel de eleita e, portanto, de representante dos cidadãos e da voz dos cidadãos neste Órgão que, volto a dizer, é um Órgão deliberativo e é um Órgão de representatividade dos cidadãos. Por fim, dizer também que este é o Órgão em que, juridicamente e democraticamente, se sanciona, se avalia aquela que é a atuação do Órgão dirigente máximo do Município, que é o Órgão Executivo, e que a voz do Executivo Municipal, obviamente é a do seu Presidente. Se queremos sancionar, interrogar, saber o que se passa democraticamente, esclarecer-nos, não podemos, não é democraticamente correcto que cortamos o tempo de intervenção daquele que nos deve todas as explicações e que é o Presidente da Câmara, disse. -----

Paula Alexandra dos Santos Chaves, pelo Plano C, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos. -----

“Permitam-me começar com uma pergunta simples, mas inquietante: Sabem quantas pessoas, nos últimos quatro anos, ao longo de todo o mandato 2021–2025, intervieram nas sessões da Assembleia Municipal de Chaves? Apenas duas pessoas do público! DUAS! -----

Em dezenas de sessões. Num concelho com quase 40.000 habitantes. Este número não é um acaso, nem reflete desinteresse cívico. Reflete, isso sim, barreiras à participação democrática, muitas delas criadas, ainda que involuntariamente, pelo próprio funcionamento desta Assembleia. É precisamente por isto que o Plano C apresentou antecipadamente um conjunto de propostas de alteração ao Regimento da Assembleia Municipal de Chaves. Propostas simples, realistas e focadas num objetivo claro que um dos pilares fundamentais do Plano C: aproximar a Assembleia Municipal dos munícipes e tornar a participação cidadã mais acessível, previsível e transparente. -----

Em primeiro lugar, propomos a criação de dois períodos de intervenção do público: um no início da sessão e outro no final. Atualmente, a intervenção do público ocorre apenas após a Ordem do Dia, que é longa e de duração imprevisível. Para qualquer cidadão que trabalhe, tenha filhos ou outras responsabilidades, esperar várias horas para intervir é, na prática, um fator de exclusão. -----



Esta proposta foi parcialmente aceite pela Mesa e incluída na proposta que é hoje apresentada. A intervenção do público passa, assim, para o início da sessão. Em segundo lugar, propomos clarificar e simplificar os mecanismos de inscrição para a intervenção. -----

Que seja possível inscrever-se até ao início da sessão, presencialmente, ou por via eletrónica, através de email ou formulário. -----

E clarificar, nos casos em que o cidadão não possa estar presente — por razões de saúde, mobilidade, deficiência ou trabalho — de que forma a sua exposição pode ser enviada e, posteriormente, lida pela Mesa. -----

Participação democrática não pode ser um privilégio de quem consegue estar fisicamente presente. -----

Em terceiro lugar, propomos duplicar o tempo global reservado à intervenção do público, de 30 para 60 minutos. Com o limite atual, basta seis cidadãos usarem os cinco minutos permitidos para esgotar todo o período de intervenção. Se queremos ter mais participação, temos de criar espaço real para que ela aconteça. -----

Em quarto lugar, propomos uma mudança profunda na forma como as sessões da Assembleia Municipal são divulgadas. As sessões devem ser anunciadas com mais antecedência, de forma clara, indicando não apenas data e local, mas também como os cidadãos podem participar. Essa divulgação deve acontecer no site e nas redes sociais do Município, nas juntas de freguesia e nos meios de comunicação social locais. -----

Sem informação, não há participação. E sem participação, a democracia empobrece. Por fim, propomos que as sessões da Assembleia Municipal sejam transmitidas em direto e arquivadas online, garantindo transparência, proximidade e inclusão, sempre com respeito pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. -----

Esta é já uma prática comum em muitos municípios portugueses e permite que qualquer cidadão acompanhe os trabalhos da Assembleia, mesmo à distância. Exemplos: concelhos de Lisboa, Porto, Braga, Vila Nova de Famalicão, Torres Vedras, Borba, Manteigas, entre outros. Senhoras e Senhores Deputados. Estas propostas não retiram dignidade, nem eficácia, nem autoridade a esta Assembleia. Pelo contrário: reforcem-na. Uma Assembleia Municipal forte é uma Assembleia vista, compreendida e participada pelos seus munícipes. -----

Se, nos próximos quatro anos, conseguirmos que mais do que duas pessoas usem a palavra nesta casa, já teremos dado um passo importante. Mas acreditamos que podemos - e devemos - ambicionar muito mais. -----

Muito obrigado pela atenção.” -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Anselmo José Martins**, colocou uma questão à senhora Deputada Municipal, Paula Chaves, pelo Plano C. -----

- Permita-me que eu também lhe faça uma pergunta simples e direta, quantos cidadãos a senhora Deputada conhece que foram impedidos de usar da palavra na Assembleia Municipal? -----

Em resposta à questão colocada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, a senhora Deputada Municipal, Paula Chaves, pelo Plano C, respondeu: nenhum senhor Presidente. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse: Muito obrigado senhora Deputada, estou esclarecido. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Muito obrigado, senhor Presidente, como se vê até pelas intervenções anteriores, seria de todo vantajoso que houvesse uma reunião entre os Grupos Municipais para apurarmos melhor, afinarmos, melhorarmos o Regimento. Há situações, por exemplo, todos os deputados que aqui vêm cumprimentam, normalmente, os colegas, os companheiros, os órgãos, o Público, toda a gente, esse tempo, por exemplo, é contado no período antes da ordem do dia, devia ser descontado para todos, é um pormenor, mas há outros pormenores que, analisando melhor o Regimento, podem ser melhorados, eu acho que era vantajoso. Eu, nós, Grupo Municipal do PSD e penso que do CDS e da Iniciativa Liberal, segundo me transmitiram, estão de acordo, o CHEGA está de acordo, o Plano C está de acordo, a CDU ainda não ouvi e pelos vistos o PS não está. Mas também acho que o PS não estará a obstaculizar uma reunião para melhorarmos o Regimento, volto a dizer, a Mesa é soberana. E há aqui algumas situações Dra. Brigitte,



eu não disse, em nome do PSD, que nós queremos coartar a palavra ao senhor Presidente da Câmara. Não, eu não participei há quatro anos na feitura deste Regimento, mas já participei muitas vezes no tempo do Dr. João Batista, quando, por exemplo, o Partido Socialista queria fazer isso ao Senhor Presidente da Câmara, eu disse várias vezes que achava que não, porque o Presidente da Câmara, obviamente, é a pessoa mais visada. Tem que dar mais respostas, tem que ter mais tempo para responder a todos os membros da Assembleia, aos presidentes de Junta, ao Público. Naturalmente que ele tem que ter tempo, aquilo que eu disse, está gravado, mas eu repito, era limitar, de forma razoável e proporcional, o tempo de intervenção do senhor Presidente da Câmara. É claro que é abstrato, claro que é abstrato, senhora Deputada, é abstrato porquê? Porque eu disse que não queríamos perder muito tempo, “perder” com esta matéria, que era para chegarmos a um entendimento, que era precisamente, para numa reunião entre vários intervenientes. O que é isto do razoável? Nós não podemos, não precisamos de ir mais longe, já foram aqui citados vários exemplos de outras assembleias, mas podemos citar a Assembleia Magna, que é a Assembleia da República, onde o primeiro-ministro de Portugal tem limitação de tempo. Eu pus aqui uma forma abstrata precisamente para ser abrangente e para que merecesse a concordância de todos os grupos em sede de reunião, o que é isto que nós aqui dizemos do razoável e proporcional. O próprio senhor Presidente de Câmara, penso eu, não vou falar por ele, obviamente que também estará de acordo nesse limite. Eu não sei se é uma hora, não faço ideia. Por isso digo, numa reunião entre todos para melhorarmos o Regimento. É essa a nossa proposta, não é querer de forma alguma coartar. Então se nós vamos fazer perguntas ao senhor Presidente da Câmara, depois vamos limitar? Senhor Presidente, não tem tempo. Não. Se fazemos uma pergunta é para o senhor Presidente esclarecer, daí de forma razoável. Nós ainda hoje vimos, não vamos buscar as Assembleias passadas, vamos à lei e o Regimento, como todos sabem, não se sobrepõe à lei. Por lei o período antes da ordem do dia não pode ultrapassar os 60 minutos. Quanto durou o Período de Antes da Ordem do Dia desta Assembleia? -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Reitero os cumprimentos ao Senhor Presidente, à senhora Secretária, ao senhor Secretário, à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal e a todos quantos estão presentes. É curioso que o PSD muda de opinião em função do lugar em que ocupa. É estranho, é muito estranho. Eu, lembro-me que fui membro desta Assembleia Municipal e líder ali, e até o lugar do ambão mudaram. Porque não queriam estar de frente para mim, não sei se se recordam? Estava o ambão num determinado local, mas como o líder da oposição, estava mesmo à frente do então Senhor Presidente da Câmara, e, não sei porque artes mágicas, conseguiu que a Mesa da Assembleia Municipal mudasse o ambão para outro sítio. É disto que nós estamos a falar, é de mudança, de atitude e de comportamento, é mudança de regras e, portanto, eu só vim cá para dizer que, claro que em abstrato, concordo. Mas não concordo com os protagonistas, porque foram os mesmos que no passado defenderam o contrário, designadamente o Membro desta Assembleia, Nelson Montalvão. Portanto, é muito estranho que tentem, sempre em circunstâncias muito específicas, encontrar soluções que nunca desejaram no momento em que tinham que ser magnânimos. Nunca o quiseram. E, portanto, vir aqui com essa questão de entender que há coerção, limitação, pois bem, eu lanço aqui um desafio, a Câmara Municipal de Chaves tem feito reunião descentralizadas nas Freguesias com muita difusão, com partilha aos senhores párocos, aos Presidentes de Junta, com uma informação muito boa. Sabe quantas pessoas aparecem em cada reunião? Essa é para a senhora Deputada Paula Chaves, do Plano C, sabe quantas pessoas aparecem em cada reunião? Apesar de fazermos isso tudo. Nós podemos ter duas leituras ou os cidadãos estão desinteressados, ou estão bem representados hoje. Obrigado. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Anselmo José Martins**, no uso da palavra efetuou alguns esclarecimentos que foram solicitados pelos membros da Assembleia referentes a este ponto. -----
Só comunicar aos Grupos Municipais que cumpro a minha função, a Assembleia Municipal é soberana e tomará a decisão, passamos à votação do Regimento. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e seis votos a favor, treze votos contra e oito abstenções. -----



O membro desta Assembleia Municipal, **Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, pelo **PPD/PSD**, fez uma declaração de voto. -----

Declaração devoto -----

Obrigado, senhor Presidente. A declaração de voto é simples, considerando aquilo que foi exposto anteriormente pelo Grupo Municipal do PSD e que não mereceu o acolhimento por parte desta Assembleia, o Grupo Municipal do PSD votou pela primeira vez, se não estou em erro, se a memória não me atraiçoa, o Grupo Municipal do PSD votou pela primeira vez contra um Regimento que, tem sido prática ao longo dos últimos anos, ser aprovado por unanimidade e hoje, segundo resultados anunciados, teve votos contra e abstenções, é essa declaração de voto Grupo Municipal do PSD. -----

PONTO 5 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**. -----

Bom dia novamente, muito rapidamente, até porque já tinha previamente anunciado qual seria a questão e a intervenção a propósito deste ponto, e sem desprimor para a restante informação que é prestada, toda ela muito relevante, a verdade é que já aqui falamos hoje da saúde, da primazia e da importância deste tema, que teve no passado, tem no presente e continuará a ter, certamente, no futuro. A questão que o Grupo Municipal do Partido Socialista quer formular ao senhor Presidente tem que ver com o último ponto da agenda, precisamente que foi a reunião com a senhora Ministra da Saúde, o senhor Presidente. também já aqui nos deixou alguma informação do que resultou desse encontro, mas gostaríamos de saber um pouco mais. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Senhor Presidente, senhora Secretária, senhor Secretário, senhora Vereadora, senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social e estrutura de apoio. Quanto a esse aspeto particular, que foi, de alguma forma, objeto de algumas referências, ainda que de passagem, no período anterior, dizer que, relativamente a esta matéria nós temos e levamos connosco um documento. A conversa foi muito longa, muito fluida e até muito simpática, sem deixar, naturalmente, de ser profunda, debatendo questões centrais, algumas das quais já aqui foram já enunciadas. Sobretudo naquelas dimensões que nós aqui tocámos: a urgência pediátrica, mas também a urgência no seu conjunto, e a necessidade de garantir o funcionamento da urgência cumprindo todos os requisitos técnicos necessários, designadamente ao nível da equipa multidisciplinar, mas também no internamento, sendo isso absolutamente crítico. Tratam-se de matérias que tem implicações diretas na segurança das populações e que transmite um sinal inverso àquele que queremos dar, em particular às populações mais jovens, às jovens mães e aos jovens pais, sendo esse um sinal contrário ao que nós queremos estimular, que é demografia. Quanto a esta matéria, a Senhora Ministra comprometeu-se a, nos próximos meses - eu diria dois, três, quatro meses - tentar encontrar uma solução no sentido de reforçar a equipa de pediatras, que, neste momento, penso que serão cinco pediatras, mas dos quais apenas três fazem urgência. Não sei se é bem assim, não tenho a certeza, parece que afinal são só dois. Portanto, o objetivo será reforçar com um ou dois pediatras, no sentido de resolver a situação e ter uma escala estável, que permita assegurar um período integral, diário e semanal, da urgência ao nível da pediatria, mas também do próprio internamento. -----

Relativamente à questão dos cuidados intermédios, ficou o compromisso de que, durante todo o ano de 2026, se procuraria encontrar uma solução. E a solução passaria, por um lado, pela autorização para o recrutamento de vinte ou vinte quatro enfermeiros, mais uma equipa médica. Particularmente, falou-se da possibilidade de ser um internista de medicina interna para poder coordenar essa equipa. Falou-se de nomes, de possibilidades, ficando a expetativa, veremos se irão, ou não, concretizar. -----

Depois falámos também da possibilidade de se poder aumentar a cirurgia de ambulatorio, enquanto aspeto muito importante. Falámos de três ou quatro especialidades que são críticas, desde a própria medicina interna, à pediatria, mas também a imunoterapia, a urologia, a cardiologia, porque os tempos médios de resposta são muitíssimo elevados. E depois falámos também um pouco sobre a questão da



acessibilidade e das primeiras consultas. Porque, se é verdade que a produção ao nível das consultas tem aumentado, a verdade é que a questão do acesso está muito dificultada, porque temos muitos doentes a serem referenciados por médicos de família que acabam por esperar muito tempo e, muitas vezes, a única forma de encontrarem resposta é recorrerem ao privado e, portanto, é uma questão que nos parece absolutamente essencial. Falámos também alguma coisa sobre oftalmologia, sobre cirurgias nessa área e sobre a tentativa de podermos, no futuro, encontrar outras soluções. -----

Falou-se também da questão da falta de integração dos cuidados primários nos cuidados hospitalares e da expectativa que existia - e ainda existe - de que a ULS pudesse concretizar essa integração de cuidados. Contudo, aparentemente, a integração não é visível, não é sentida, não é palpável. Não me parece que existam ganhos a esta escala. A relação que já existia entre os clínicos e os outros profissionais de saúde mantém-se, mas não me parece que o modelo em si tenha gerado, na minha perspetiva, qualquer ganho significativo. Depois, o representante comum dos Municípios, na minha perspetiva, deixou de atuar como um representante dos Municípios, parecendo mais um elemento do Conselho de Administração. Verdadeiramente não representa os Municípios, não representa os munícipes, não representa o território, é mais um do Conselho de Administração que entra numa lógica idêntica à lógica, gestonária deste órgão. Depois falou-se verdadeiramente da questão da ULS do Alto Tâmega e Barroso. A senhora Ministra disse que o assunto ainda está em cima da mesa, que há um estudo preliminar, mas que neste momento concreto, dada a carência de recursos humanos, que era algo que devia ser repensado, ponderado. Não para os próximos anos. Sendo certo que ela entende que até podia ser uma vantagem para dar alguma autonomia e centralidade a esta unidade hospitalar, mas disse que com os recursos humanos e com a circunstância de muitos dos recursos humanos não estarem vinculados às organizações de saúde, mas estarem em prestação de serviços, isso é um problema, é uma dificuldade. E, portanto, vão ter que trabalhar muito mais a questão da regularização destas soluções laborais para encontrar outra solução a este nível. -----

E depois falámos de outra coisa essencial, mas aí fui eu que lhe manifestei uma percepção, não tenho ainda dados, evidências e para isso, naturalmente, todos aqueles que trabalham no hospital são importantes no contributo para esta aferição que eu tenho. Uma sensação de que há uma contínua, constante e incrementa lista e que há um centralismo, parte do Conselho de Administração, ou seja, o que eu sinto é que, progressivamente, a Unidade Hospitalar de Vila Real tem ganho sempre à custa de dois Hospitais, Lamego e Chaves. Ganha mais competências, mais diferenciação, ganha mais produção, mas falo, na minha perspetiva, de forma pouco equilibrada, pouco equitativa. E, portanto, se nós fizermos uma conta rápida, àquilo que são os recursos humanos nas diferentes especialidades pelos diferentes grupos profissionais e carreiras, percebemos que existe um excesso de concentração em Vila Real. Sabemos que têm serviços diferenciados, mas ainda assim, na nossa perspetiva, isso é uma realidade. Disse, e posso dizer aqui, que isso tem muito mais a ver com as direções de serviços do que tem a ver com o Conselho de Administração. Aliás, eu disse uma coisa, na reunião, e vou repetir aqui, o Conselho de Administração, o anterior e o próximo, estão condicionados, para não dizer capturados, pelas direcções dos serviços de cada uma das áreas médicas. Porque eu tenho muitas dúvidas que na pediatria, por exemplo, com trinta pediatras, não fosse possível garantirem em Chaves o serviço da urgência pediátrica e o internamento. São trinta pediatras que existem na ULS. Quantos médicos e médicos de Medicina Interna existem em Vila Real? Quantos são? Portanto, eu não queria fazer esta discussão e voltar outra vez a esta guerra que parece, mas não é, uma guerra territorial. Mas a minha sensação é que a ULS tem feito uma centralização, uma captura dos recursos e essa captura ainda não é muito visível a nível dos cuidados primários, mas pode chegar lá também. -----

Nós hoje, na minha perspetiva, temos ainda, um serviço com elevada qualidade e com uma quase adequada cobertura a nível dos cuidados primários. Não temos muitos cidadãos, muitos flavienses, sem médicos de família. Portanto, a cobertura é quase integral. As dinâmicas são bastante interessantes, naturalmente com percursos de aprendizagem, mas, se efetivamente, o processo continuar, eu temo que os próprios cuidados primários possam ser prejudicados por causa desta dinâmica hospitalar. Eu não queria trazer aqui esta visão, parece que é uma visão de território, mas a verdade é que a minha sensação é cada mais esta. Eu tive oportunidade de o dizer ao anterior Presidente do Conselho de Administração, irei dizer-lhe também à próxima. Dizem-me sempre que não, mas também é verdade que, muitas vezes,



não nos querem dar sequer nem o mapa de pessoal, por unidade ou por serviço. Isso era importante perceber. Portanto, temos que aqui algumas preocupações. -----

Disse outra coisa, à senhora Ministra, que esperaria que a partir desta altura nós pudéssemos ter reuniões regulares. Podem ser por videoconferência, não tem problema nenhum. E, portanto, o compromisso foi que, daqui a dois ou três meses, teríamos uma outra conversa para fazer o ponto de situação, do primeiro assunto que é pediatria, foi esse que ficou em cima da mesa. Veremos se isso se concretiza ou se não se concretiza. -----

Agora, é verdade que a situação é realmente preocupante e deixamos lá algumas questões, designadamente, as seguintes que eu aqui posso enunciar e que foram muito concretas. O que nós quisemos saber sobre a criação da ULS do Alto Tâmega e Barroso foi conhecer o ponto de situação concreta do estudo anunciado pelo Ministério da Saúde. Compreender qual o modelo de organização que está a ser equacionada para o Alto Tâmega e Barroso. Obter um horizonte temporal, ainda que indicativo para a tomada de uma decisão política sobre a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso. Reafirmar a total disponibilidade das autarquias da região para colaborar ativamente na construção de uma solução que sirva, as populações e reforce a coesão territorial do Serviço Nacional de Saúde sobre esta matéria. Sobre esta matéria, já perceberam, que a resposta foi: nenhuma! -----

Unidade de cuidados intermédios, as questões que lá deixamos foram estas que vou enunciar. Conhecer o ponto de situação concreta relativa ao processo de autorização e ativação da unidade de cuidados intermédios no hospital de Chaves. Clarificar quais os constrangimentos que têm impedido a alocação de recursos humanos necessários ao seu funcionamento, apesar da enunciada unidade se encontrar, concluída e equipada desde 2022. Obter um horizonte temporal, ainda que indicativo para a entrada em funcionamento efectivo da unidade de cuidados intermédios. Reafirmar a relevância clínica estratégica desta unidade para a segurança dos doentes, para o funcionamento da urgência médico cirúrgica e do bloco operatório, bem como a eficiência global de resposta hospitalar do Alto Tâmega e Barroso. Manifestar a total disponibilidade do Município do Chaves para colaborar no âmbito das suas competências na procura de soluções que permitam ultrapassar constrangimentos existentes e assegurar a rápida operacionalização desta valência. -----

Quanto à questão da urgência e internamento pediátrico, não vou aqui ler a contextualização, só vou aqui ler, mais uma vez, aquilo que foram as questões que nós lá deixamos. Conhecer o ponto de situação concreta relativa ao encerramento do serviço de internamento pediátrico da unidade hospitalar de Chaves e as condições necessárias para a sua reabertura. Clarificar de que forma o Ministério da Saúde e a ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro tencionam assegurar a locação estável de recursos humanos médicos e da especialidade de pediatria indispensável ao funcionamento do internamento e da urgência pediátrica. Mais uma vez, obter um horizonte temporário, ainda que indicativo, para a reposição do funcionamento regular do internamento pediátrico e para o alargamento do horário de urgência pediátrica do hospital de Chaves. Reafirmar a relevância clínica, social e territorial da resposta pediátrica de proximidade no hospital, que em 2022, antes dos constrangimentos, realizou 9.703 atendimentos de urgência pediátrica, evidenciando uma procura significativa e contínua. -----

Quanto ao serviço de urgência e às questões de insuficiência e de um incumprimento reiterado do que diz respeito aos recursos humanos das diferentes áreas profissionais, as questões foram as seguintes: assegurar o cumprimento integral das dotações mínimas legalmente exigidas por turno no serviço de urgência médico cirúrgica do Hospital de Chaves, nomeadamente no que respeita à presença de pelo menos dois médicos internistas por turno. Clarificar a estratégia de distribuição de médicos da medicina interna no seio da ULS de Trás-os-Montes e Alto Douro, garantindo critérios de equidade, proporcionalidade e adequação à atividade assistencial de cada Unidade. Obter garantias formais de que não serão dotadas soluções organizativas contrárias à lei ou que coloquem em risco a segurança dos doentes, designadamente a manutenção de turnos nocturnos de urgência asseguradas por um único médico. Reafirmar a urgência de um reforço estrutural do serviço de medicina interna no Hospital de Chaves como condição indispensável para a sustentabilidade da urgência do internamento e da resposta hospitalar global no Alto Tâmega e Barroso. -----

Em relação às especialidades médicas fragilizadas, com resposta insuficiente, as questões que nós colocamos foram as seguintes: conhecer o diagnóstico atualizado do Ministério da Saúde relativamente às carências de recursos humanos médicos nas diferentes unidades no hospital de Chaves. Compreender



que medidas concretas estão a ser equacionadas para o preenchimento de vagas em especialidades estruturantes, nomeadamente, medicina interna, cardiologia, pediatria, imunoterapia e outras. Obter esclarecimentos sobre a estratégia de substituição e reforço de equipas médicas, em especialidades afetadas por aposentações, garantindo a continuidade dos serviços existentes. Perceber de que forma a organização do modelo do ULS, nomeadamente a criação do ULS do Alto Tâmega e Barroso, poderá contribuir de forma efetiva para a atração e fixação dos médicos para o Hospital de Chaves, evidenciando uma degradação progressiva da capacidade assistencial. Estas foram as perguntas que lá colocámos, estamos à espera que as respostas nos possam chegar pela mesma via que foram colocadas. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----
Muito obrigado Senhor Presidente. Penso que ninguém mais quer intervir neste ponto. Vamos interromper os trabalhos, antes disso, peço a colaboração dos Grupos Municipais no sentido de fazerem chegar à Mesa as diferentes candidaturas às próximas seis eleições que vão ocorrer. Nós temos o processo minimamente preparado, mas podemos ter que o alterar, de acordo com o número de candidaturas que aparecerem. Temos boletins de votos feitos para uma candidatura ou para duas candidaturas. Se aparecerem três candidaturas, provavelmente teremos que ir para a lista A, B e C e escrever apenas as letras. Já temos duas para o ponto 6. Para os outros pontos, aguardamos! -----

No uso da palavra, o Deputado **Nelson Paulo Gonçalves Montalvão**, do **PPD/PSD**, disse: -----
Senhor Presidente, nós apresentamos a lista, portanto, para o ponto 6, ao abrigo do artigo 83 da Lei 75 de 2013, como o senhor Presidente sabe, portanto, só podem votar os membros diretamente eleitos. Para os outros pontos não apresentamos lista, até porque um deles é para o Conselho Municipal de Juventude e é por indicação. Para o ponto 10 da CPCJ, nós mesmo, noutros tempos, consensualizávamos com os outros grupos municipais devido à importância da Comissão, não sei se o Partido Socialista tem essa postura? Se não tem, se for para consensualizar, nós não apresentamos lista. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Sendo treze horas e trinta minutos foi interrompida a sessão para o almoço. Os trabalhos foram, entretanto, retomados às quinze horas. -----

PONTO 6 - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM (COMUNIDADE INTERMUNICIPAL); (4 EFETIVOS E 4 SUPLEN- TES); -----

O senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins, deu conhecimento da entrada na Mesa de duas listas apresentadas, respetivamente: -----

- Pelo Grupo Municipal do PS (lista A); -----

- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP- IL - lista conjunta (lista B). -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, lista A - 19 votos, lista B - 18 votos, votos em branco 2 e votos nulos 1, a eleição foi feita com aplicação do método de Hondt, tendo sido eleitos os senhores membros desta Assembleia: -----

EFETIVOS: -----

- Anselmo José Martins – PS; -----

- Nelson Paulo Gonçalves Montalvão –PPD/PSD; -----

- Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves -- PS; -----

- Maria Teresa Morais Sarmiento de Campos CDS-PP -----

SUPLENTE: -----

- Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro - PS; -----

- Pedro MIGUEL albino FIGUEIREDO – IL; -----

- Cristina Maria Inocência Imaginário - PS; -----

- Paulo Vítor Veiga Ribeiro – PPD/PSD. -----

Estes são os membros da Assembleia Municipal que vão representar a Assembleia Municipal de Chaves na Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Tâmega e Barroso (Comunidade Intermunicipal). -----



PONTO 7 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo a lista sido aprovada por maioria, com 45 votos a favor, 7 votos contra e 21 votos em branco, com os nomes propostos, respetivamente: -----

EFETIVO: -----

- Luís António Gonçalves Costa – Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes; -----

SUPLENTE: -----

- João Manuel Almeida Pinto – Presidente da União de Freguesias da Madalena e Samaiões. -----

Estes são os Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação. -----

PONTO 8 – INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, POR GRUPO MUNICIPAL NO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE (1 REPRESENTANTE POR GRUPO MUNICIPAL); -----

O senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins, deu conhecimento da entrada na Mesa dos indicados por cada Grupo Municipal: -----

Grupo Municipal do PS – Fernando Miguel Borges Valpaços; -----

Grupo Municipal do PPD/PSD – David Tavares Teixeira da Silva; -----

Grupo Municipal do CDS/PP – António João Barrigas Almeida Pereira; -----

Grupo Municipal da CDU – Manuel Justino Matos Cunha -----

Grupo Municipal do CH – José Luís de Meneses Amarante; -----

Grupo Municipal do PLANO C – Paula Alexandra dos Santos Chaves -----

Grupo Municipal da IL – Pedro Miguel Albino Figueiredo -----

Estes são os membros da Assembleia Municipal por Grupo Municipal que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Municipal da Juventude. -----

PONTO 9 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ANMP (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo a lista apresentada sido aprovada por maioria, com 48 votos a favor, 10 votos contra, 1 voto nulo e 15 votos em branco, com os nomes propostos foram, respetivamente: -----

EFETIVO: -----

- Luís António Gonçalves Costa – Presidente de Junta da Freguesia de Vilar de Nantes; -----

SUPLENTE: -----

- João Manuel Almeida Pinto – Presidente da União de Freguesias da Madalena e Samaiões. -----

Estes são os Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia que irão representar a Assembleia Municipal na ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses). -----

PONTO 10 – - ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES, NA CPCJ (COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES) (4 EFETIVOS E 4 SUPLENTES; -----

O senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo a lista apresentada, sido aprovada por maioria, com 51 votos a favor, 8 votos contra e 15 votos em branco, com os nomes propostos foram, respetivamente: -----

EFETIVOS: -----

- Isabel Maria Ruivo Seixas Martins – PS; -----

- Melissa Alexandra Carvalho Lopes – PS; -----



- Pedro Manuel Pereira Barroco – PS; -----
- Sónia Cristina Adães Ferreira - PS. -----

SUPLENTE: -----

- Cristina Maria Inocência Imaginário – PS; -----
- António Manuel Pires de Almeida – PS; -----
- Clara Maria Pinto Dias Lopes – PS; -----
- Luíz Mário Alves Carneiro – PS. -----

Estes são os membros da Assembleia Municipal que irão representar a Assembleia Municipal na CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves). -----

PONTO 11 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA NO CONSELHO CINEGÉTICO (1 EFETIVO E 1 SUPLENTE); -----

O senhor Presidente da Mesa, Anselmo José Martins, deu conhecimento da entrada na Mesa de uma lista apresentada pelo Grupo Municipal do PS. -----

A votação foi efetuada por escrutínio secreto, tendo sido aprovada por maioria, com 50 votos a favor, 10 votos contra e 14 votos em branco, com os nomes propostos foram, respetivamente -----

EFETIVO: -----

- Artur Jorge André Dias – Presidente de Junta da Freguesia de Outeiro Seco; -----

SUPLENTE: -----

- Luís António Pereira de Oliveira – Presidente de Junta da Freguesia de Faiões. -----

Estes são os Representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia que irão representar a Assembleia Municipal no Conselho Cinegético. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 14 - CONTRATO-PROGRAMA INTERMUNICIPAL ENTRE OS MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA (ACIONISTAS) E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2026. PROPOSTA N.º 182/GAPV/2025. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, depois destes sucessivos atos eleitorais, desse escrutínio que aconteceu, vamos então agora dar sequência a estes outros assuntos. Cumprimentando o Senhor Presidente da Mesa, a senhora e o senhor Secretários, a senhora e senhores Vereadores, os senhores membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social, estrutura de apoio, muito boa tarde a todos. Para quem já teve oportunidade, nos mandatos anteriores, já perceberam, este é um assunto que vem recorrentemente todos os anos. -----

Eu já tive a oportunidade anteriormente, mas como desta vez há muitos membros novos, de fazer aqui um enquadramento para que efetivamente se possa perceber do que estamos a falar. Estamos a falar de um contrato-programa nós designamos por contrato-programa Intermunicipal. Significa que é um contrato-programa feito entre uma Empresa Intermunicipal participada em igual participação pelos seis Municípios, que é designada por Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso. São seis Municípios, têm, portanto, 1/6 cada um desses Municípios. -----

Estamos a falar de uma empresa que reveste a natureza de uma empresa Intermunicipal, de acordo com a Lei 50/2012. Esta empresa tem um objeto social que está inscrito no artigo terceiro dos respetivos estatutos, que é a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, renovação e reabilitação urbana e gestão do património edificado, promoção e gestão de imóveis de habitação social, produção de energia elétrica, produção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito Intermunicipal, podendo ainda a sociedade exercer excecionalmente atividade de promoção e desenvolvimento urbano rural do âmbito municipal nas condições previstas na Lei sobre o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e bem assim poderá, desde que para o efeito, esteja habilitada exercer outras atividades, para além daquelas que constituem o seu objeto principal quando consideradas acessórias ou complementares. -----

O artigo quarto dos estatutos da empresa Intermunicipal EHATB, dispõe o seguinte: -----



Artigo quarto, as obras públicas promovidas pela empresa ao abrigo de contratos programa celebrados com as entidades públicas participantes no seu capital social, não carecem de licenciamento municipal, não estão sujeitas ao pagamento de taxas ou preços, desde que as mesmas resultem das suas atribuições específicas e o projeto seja determinado pelo Município respetivo. Com a receção provisória das obras públicas executadas em concretização dos contratos de programa, as obras executadas pela empresa consideram-se imediata e automaticamente entregues ao respetivo Município. Naturalmente, que as considerações que estou a fazer agora, mutatis mutandis servirão para o ponto seguinte, que tem a ver com o contrato programa a celebrar entre a EHATB e o Município de Chaves. Depois, dizer também, que tem sido decisão quotidiana, em cada um dos exercícios, a EHATB e os seus respetivos órgãos quererem celebrar esses contratos programa no sentido de que esta empresa possa realizar, a mandato de cada um dos Municípios, um conjunto de intervenções que vão desde, como disse antes, a reabilitação urbana, a gestão do património edificado, a promoção, a manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana. Dizer também, porque ouvi para aí dizer que isto era ilegal e propostas ilegais? Pois bem, este assunto já foi objeto de uma de uma pronúncia por parte da IGF, se alguém tiver algum interesse em ver esta informação, ela pode ser vista na própria IGF, em <https://igf.gov.pt/contratos-programa>. Mas eu trago aqui um documento e, nesse âmbito, nessa avaliação, percebeu-se claramente, que estamos perante uns contratos-programa muito específicos. Habitualmente, os contratos-programa servem para as entidades participantes compensarem desequilíbrios de exercício das entidades participadas, aqui é exatamente ao contrário, mas essa é uma grande vantagem. Tomara o Município de Chaves, ter muitas EHATBs. Eu sei que o PSD, em tempo, já aqui quis vender esta participação, por razões de tesouraria, é certo, mas quis vendê-la. Pois bem, este é claramente um dos melhores aplicativos e participações que o Município de Chaves tem, pena é não ser a 100% porque, se, de facto, o Município de Chaves pudesse ter 100% da EHATB, com certeza que teríamos mais um FEF, mas não temos, temos só 1/6. -----

Portanto, é de facto uma grande vantagem no caso concreto deste contrato-programa, cujo contrato foi distribuído, que eu não identifico nenhuma ilegalidade e nem o IGF identificou. Como também perceberam, está certificado pelo revisor oficial de contas, a dizer que está conforme os estatutos e a lei. E nesta perspetiva, o que eu peço é a respetiva votação favorável porque este contrato-programa, por exemplo, permite fazer coisas importantes, desde concursos de ideias, promoção do território, eventual realização de galas relacionadas com a afirmação do empreendedorismo e dos empresários, enfim, um conjunto de projetos, iniciativas e atividades que são do interesse recíproco dos Municípios que participam no capital social da EHATB. -----

Portanto, no caso concreto, falamos de um contrato-programa, que tem um valor anual de 100 mil euros, cujas ações que estão aqui previstas no contrato-programa e que estão, presumo, no anexo do contrato Intermunicipal, portanto, eu peço a votação favorável, pois esta também é uma forma eficiente, ao mesmo tempo rigorosa, com critério de boa gestão, que permite, através de uma entidade participada, de uma empresa intermunicipal, podermos financiar atividades que são de interesse de todos. Muito obrigado. --

Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal: -----

Paula Alexandra dos Santos Chaves, pelo Plano C, no uso da palavra disse: -----

Ora muito boa tarde a todas as pessoas aqui presentes, os que estão em casa assistem depois. Em relação a este ponto específico, o Plano C não vem propriamente questionar sobre o contrato em si, mas sim fazer um repto e lançar um desafio ao Município, por causa desta temática e, pensamos que a participação nesta empresa pode ser um bom mote e a partir daqui, construir qualquer coisa que venha melhorar a qualidade de vida dos nossos cidadãos. Gostaríamos de saber quantas destas receitas geradas pela produção da energia fica no nosso território? E quanto dele é que é investido no combate à pobreza energética? Ausência de políticas municipais nesta temática é incompreensível quando, no nosso território, sabemos que os lucros destas empresas são avultados e, ao mesmo tempo, temos crianças que estão em casa sem qualquer tipo de aquecimento e que, para dormir ou executar simplesmente tarefas tão simples quanto fazer os trabalhos de casa é difícil quando se está com temperaturas baixas e até mesmo temperaturas negativas, nas noites geladas dos meses de Inverno. Durante anos, este território gerou, gera e perspetiva ainda um aumento significativo nas receitas criadas



pela produção de energia. No entanto, nunca houve ambição para criar programas municipais de eficiência energética, apoio às famílias vulneráveis ou comunidades de energia renováveis que beneficiassem diretamente, por exemplo, uma população. Sabemos bem, sabemos, senhor Presidente, que existem programas nacionais para a erradicação da pobreza energética, também sabemos que uma noite fria de janeiro em Lisboa é diferente de uma noite fria de Travancas ou de Soutelinho da Raia. Mas à semelhança também de outros temas e, neste particular, o Plano C, gostaria de ver outro tipo de iniciativa por parte deste executivo, por forma a ser uma referência neste combate, assumindo até um papel de liderança. Por este motivo, queira este executivo aceitar o desafio do Plano C e no próximo ano poderemos contar com verbas afetas a este combate que é de todos, pois nenhum de nós poderá dormir totalmente tranquilo sabendo que existem crianças e idosos que passam noites cheias de frio e, infelizmente, as braseiras são muitas das vezes a única fonte acessível de calor, sabendo nós os riscos que representa para a segurança destas mesmas pessoas. São temas que quando a desgraça efetivamente toca algum destes lares, todos saímos em defesa de que se pode fazer algo mais, mas, de facto, fica aqui este desafio e fica aqui um outro pedido à Assembleia também, que é, quando tiverem que atender telefones, por favor, saiam da sala e atendam-nos lá fora. Muito obrigada. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, no uso da palavra disse: -----
Reitero cumprimentos, ao senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores e todos os Membros desta Assembleia Municipal. Eu penso que a Membro desta Assembleia Municipal, Paula Chaves, do Plano C não leu a proposta. Porque claramente o seu objeto e o que está aqui em causa não é nada do que falámos. Nós até podemos discutir sobre questões energéticas e eficiências energéticas, apoios diversos que podem existir a quem tem, de facto, esse défice energético, mas não é o que está em cima da mesa. Se tiverem atenção e se lerem com atenção a proposta de que estamos a falar, é um contrato-programa a celebrar entre a empresa Intermunicipal que se dedica à energia, que não tem essas essas produções e esses rendimentos. Deve estar a falar de IBERDROLAS de EDPs e da ERedes provavelmente está-se a referir a outras entidades. Depois, também lhe queria dizer outra coisa, o nosso Concelho produz pouquíssima energia, está enganada. E, portanto, onde se produz energia é, sobretudo, nos concelhos de Ribeira de Pena, de Vila Pouca de Aguiar, de Boticas. Portanto, nos concelhos de Chaves e Valpaços produz-se muito pouca. Mas como estamos a falar de uma empresa Intermunicipal que se dedica à produção de energia com duas fontes, eólica e hídrica, é verdade que, depois, a receita é de todos. Mas onde ela é produzida, não é em Chaves. Portanto, por essa via, tínhamos muito a perder, se fosse numa lógica de egoísmo territorial e não de solidariedade territorial. Depois, dizer que o que estamos aqui a falar é uma coisa muito mais simples, é saber se esta empresa, que tem registado um volume de negócios, em média, nos últimos anos um exercício positivo na ordem dos 600 mil euros, ou 500 mil euros ou 700 mil euros, saber se esta empresa pode acomodar na sua estrutura de custos também atividades de interesse comum de acordo com os seus respetivos estatutos, que beneficiem os seis concelhos nestas dimensões que aqui eu falei: Gala do empreendedor e empreendedorismo, concursos de ideias e promoção do território. É disso que estamos a falar, não é de mais nada, portanto, tudo o que disse foi ao lado! -----

Paula Alexandra dos Santos Chaves, pelo **Plano C**, no uso da palavra disse: -----
Senhor Presidente, eu não me referia a este contrato ou protocolo em concreto, o meu alerta e o desafio do Plano C é que o combate à pobreza, e já que estamos a falar de energia, não interessa se ela é produzida aqui ou não, mas o que é certo é que em toda a região sabemos que há, de facto, muita receita gerada pela produção de energia. É efetivamente o desafio que o Plano C lança ao Município, até porque mais à frente iremos falar de geotermia nos próximos tempos. Há uma realidade de pobreza energética e o Plano C gostaria que este Município, assumisse também como uma bandeira no sentido de fazer canalizar algum do investimento para esse combate e assumindo até aqui um papel de liderança e ser timoneiro neste combate à pobreza. Sabemos perfeitamente que as políticas do governo central estão muito aquém e longe de colmatar todas as necessidades. Não sei se eventualmente não terei sido bem explícita, espero agora com isto, então, ter clarificado melhor um pouco a posição do Plano C. Muito obrigada. -----



No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia, **Anselmo José Martins**, colocou uma questão à membro desta Assembleia Municipal, Paula Chaves, do Plano C: -----
Só um aparte, senhora Deputada, aquele reparo foi para mim por eu atender o telefone? Não! É que eu comunico com a senhora funcionária que dá apoio à Assembleia Municipal através do telefone? Não foi para mim. Muito obrigado. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, no uso da palavra efetuou alguns esclarecimentos, às questões que lhe foram colocadas. -----

Reiterando os cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores e todos os presentes. Sim, esse assunto até pode ser agendado pelo Plano C se assim o entenderem. Nós podemos discutir de forma aprofundada essa questão. Agora, reitero, não tem nada a ver com o assunto que está a ser objeto aqui neste ponto, foi isso que eu disse e reitero. Mas também acrescento, o Município de Chaves não tem recursos para resolver esse problema que coloca. Pelos vistos, nem o país, nem o Fundo Ambiental, já perceberam? E, portanto, quando nós falamos de coisas de forma ligeira, como se, eventualmente, nós não conhecêssemos a realidade. Porque resolver esse problema que aqui coloca é um problema que custa muitos milhões só no nosso concelho. Não é só colocar o problema, porque o problema está identificado. São as soluções, os recursos, as medidas, as propostas. Porque em muitos casos tínhamos que refazer habitações, e eu não conheço nenhum Estado, muito menos o Português, muito menos o Município de Chaves, que tenha essa capacidade. Eu percebo, como dizia de manhã, que o sonho comanda a vida. Com certeza que comanda a vida, sim, mas nós temos que ter os pés bem assentes na terra, porque senão, a seguir, na próxima curva, despistamo-nos logo, não é? E, portanto, verdadeiramente, podemos discutir o tema, até pode ser um tema objeto de discussão, a sério! Com estudos, com análises, com cálculos, para depois nós falarmos. Porque senão, falamos aqui de uma forma muito genérica. Eu estava a ouvir e até parecia o Bloco de Esquerda a falar, a sério. Não, mas é verdade, porque é assim, quando nós falamos destas questões, são questões sérias, são muito sérias. E são sérias, por exemplo, para quem, como eu, conhece bem as realidades das nossas aldeias. E, felizmente, hoje estamos a anos-luz do que estávamos há 20 anos, felizmente as habitações têm outro desempenho térmico, felizmente as nossas comunidades, no seu global, apesar de haver ainda situações críticas, têm outra capacidade económica, têm outra capacidade de poderem despende algum do seu orçamento com aquecimento, mas, ainda assim, estamos a falar de um assunto muito crítico. Nem o Fundo Ambiental, que tem muitos, eu diria, centenas de milhões de euros, se atreveu a ir por aí, por quê? Porque estamos a falar de um assunto muito, muito, muito difícil. Eu, por exemplo, até acho que havia medidas mais fáceis nesta matéria. Por exemplo, porque não, relativamente aos combustíveis e outras soluções de aquecimento, terem uma taxa de IVA menor, ou terem algum benefício a esse nível. Porque os Municípios, como as Freguesias, neste contexto, apenas podem fazer uma intervenção muitíssimo limitada, porque de outra forma não têm, nem terão, capacidade financeira para poder corresponder na justa medida dessa necessidade. E o que pior pode acontecer é nós afirmarmos que somos capazes de fazer alguma coisa e depois não sermos, e essa expectativa a não podemos criar. Muito obrigado. -----

Marília Valente Ferreira Abelha, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Quanto a este ponto de trabalhos que está aqui em causa, eu ouvi o senhor e li os documentos que me foram entregues, vi as Atas, vi qual a posição dos Vereadores do PSD, vi e li agora na Ata que, realmente, foi solicitado um parecer, ou pelo menos um documento, que garantisse a legalidade desta proposta e, naquela altura, pelos vistos não foi entregue. É a informação que tenho. E realmente aqui também não se diz nada na Ata e o senhor Presidente veio agora aqui dizer que tinha um documento, que realmente reforça, que era legal esta situação destes contratos programa. Se eu estou a dizer alguma coisa que o senhor Presidente não disse, diga-me também. Era importante, porque nós, naturalmente, não estamos contra esta proposta de maneira nenhuma, politicamente é uma proposta que vem ao encontro de todos nós porque vai fazer serviços, na outra proposta a seguir temos obras, mas pergunto: onde está escrito? É que a Lei da Empresa Intermunicipal, no artigo quarto, tem vários, embora se fale aqui numa hidroelétrica, o que é certo é que tem aqui várias: promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; renovação e reabilitação urbanas e gestão de património edificado e muitas coisas dessas. O que é que acontece, neste caso concreto, como é que se pode?



Onde está escrito que realmente a Câmara pode, no excedente que lhe é dado pela empresa, dar à empresa a obra a fazer? Ou seja, a empresa é que faz a obra, ou que presta os serviços, não é? E, naturalmente, isto não vem em lado nenhum. Acho que até está contra o objetivo da criação da própria empresa. A empresa pode fazer muita coisa, agora a Câmara fazer, realmente, com o excedente, faz o seguinte, liberta de impostos da empresa e pronto, está tudo bem. Nós achamos bem que estas quantias que venham dessa empresa, seja para o que for do Município, que seja, são importantes e por isso nós votaríamos a favor. Agora, onde é que está realmente a Lei, o parecer, onde é que está tudo isso para nós estarmos aqui, todos nós, a votar obras feitas, porque isto é um mandato. Um mandato, realmente, subvencionado pela empresa. Quem nos garante que não estamos a votar uma ilegalidade? É que as obras são da Câmara, não são da empresa. Os serviços, também aqui, os serviços também são, são da Câmara. Agora nós, eu espero pelas explicações do senhor Presidente neste ponto, eu espero as explicações que me vai dar a seguir. -----

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou os esclarecimentos solicitados, pela Membro desta Assembleia Municipal, Marília Abelha, do PPD/PSD. ----
Renovo cumprimentos à Mesa, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora Vereadora, aos senhores Vereadores, às senhoras e aos senhores Membros desta Assembleia Municipal, às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia e a todos aqui presentes. -----

Eu acho que é exatamente o contrário do que aqui foi dito pela senhora Membro desta Assembleia Municipal, Marília Abelha do PSD. Provavelmente, com uma leitura atenta da Lei 50, dos estatutos desta empresa, mas sobretudo se lessem as Atas de todos os anos anteriores, descobririam que, todos os anos, vem à Assembleia Municipal um contrato-programa entre os seis municípios e a EHATB, neste caso concreto, celebraram contrato-programa Intermunicipal. Neste caso concreto, a Câmara não vai fazer nada, rigorosamente nada. Nem serviços, nem obras, rigorosamente nada. Neste caso concreto, a Câmara não faz nada, quem faz é a empresa! E faz a empresa, em tradução do seu objeto social e da deliberação dos seus Órgãos, Conselho de Administração e Assembleia Geral e, depois, também dos respetivos Órgãos de cada uma das entidades participantes, Órgão Executivo e Órgão Deliberativo. O que está aqui em causa é, perante esta Assembleia Municipal, que aprovelem este contrato. E a grande discussão foi porque o senhor Vereador do PSD na reunião de Câmara alegou ilegalidade, mas não basta alegar a ilegalidade. Então, já um eleito local tem a capacidade de certificar o que é ilegal e o que é legal? Está tudo muito errado, mas é ilegal porquê? Alguém que diga. A bancada do PSD que diga porque é que é ilegal? Quais são as normas violadas? Quais são os princípios jurídicos que são violados? Que regime jurídico imperativo está a ser violado? Eu disse o contrário, eu disse que, sobre esta matéria, não só existe a prática de há mais de 20 anos, por exemplo, quando o PSD era liderança na Autarquia e com as com todas as responsabilidades todas e essa questão nunca foi suscitada por ninguém. Mas também, porque em sede de uma auditoria da IGF, da Inspeção Geral de Finanças, foi colocada uma questão sobre uns determinado contrato-programa e entre os quais estavam dezassete contratos da EHATB, celebrados entre os Municípios e a EHATB, está na página 9 de uma informação número 780 202. Ou seja, a IGF não diz que este contrato-programa é válido, o que diz é que todos os contratos-programa que aqui estão identificados, e que são dezassete, não levantam nenhuma reserva de legalidade. Eu percebo, para aqueles que têm menos hábito de tratar estas matérias, porque em regra os contratos-programa, têm um sentido inverso. Normalmente os contratos-programa com as empresas, em regra, é porque as empresas são deficitárias, ou seja, não tem resultados positivos. Normalmente, o que fazem as entidades participantes, designadamente os Municípios? Apoiam. Só que, felizmente, temos uma empresa, uma empresa Intermunicipal em que acontece o contrário. Como eu dizia há pouco, devíamos ter muitas assim, muitas assim, destas empresas, empresas que pudessem fazer em benefício das respetivas entidades participantes, neste caso em benefício dos Municípios e, naturalmente, em benefício dos respetivos munícipes, pudessem fazer obras. Mas as obras que estão contempladas são aquelas que a Lei permite e os estatutos permitem e, portanto, não há nenhuma questão de ilegalidade. Para além da questão de que este documento está também certificado pelo ROC, e, portanto, há aqui uma presunção de legalidade, é exatamente ao contrário. Agora não basta alguém vir dizer, eu tenho dúvidas se é legal, mas vocês garantem que é legal? Leiam os considerandos, as propostas, porque a proposta tem considerandos, tem considerandos de Direito, de Direito e de facto. Bem, e estão subscritas por mim,



portanto, para mim está conforme a Lei, vossas excelências farão como entenderem. -----

Marília Valente Ferreira Abelha, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Naturalmente que eu continuo com dúvidas. Continuo com dúvidas, mas tenho uma certeza, é que nesta Assembleia, o senhor Presidente assumiu que a proposta está enquadrada na legalidade e, por isso, não há problemas nenhuns. Assim sendo, eu entendo que está salvaguardado o meu voto, a minha pessoa, como todos os outros. Tendo em conta o que foi dito aqui pelo senhor Presidente, eu naturalmente, e o PSD vamos votar a favor da proposta. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Senhor Presidente, senha Secretária, senhor Secretário, senhora Vereadora, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, todos aqui quantos estão presentes. Eu não disse o que a senhora Deputada disse! Eu disse que, na minha perspetiva, de acordo com a informação que eu tenho, com o grau de conhecimento que eu tenho sobre esta matéria, ela é conforme a Lei. Mas disse mais, cada um de Vossas Excelências, com o critério que tem nesta e em todas matérias, tem a capacidade de bom juízo, de boa apreciação e de boa decisão. E, portanto, cada um de vocês tem, naturalmente, a responsabilidade da vossa decisão. Mas repito o que disse antes, de acordo com a informação que eu disponho, de acordo com o conhecimento técnico que disponho sobre esta matéria, se bem que eu estou aqui não nessa qualidade, mas na qualidade de Presidente da Câmara, esta proposta está conforme a Lei. -----

Marília Valente Ferreira Abelha, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Perante a posição do Senhor Presidente, que foi muito clara, eu retiro aquilo que disse. Ele diz que eu disse coisas que ele não disse, ou seja, não enquadra legalmente a situação e, por isso, eu voto contra esta proposta e o PSD vai votar também contra. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e cinco votos a favor, nove votos contra e nove abstenções. -----

PONTO 15 – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, S.A. PARA VIGORAR NO ANO DE 2026. PROPOSTA N.º 183/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores e distintos Membros desta Assembleia Municipal. Muitas das considerações que tive oportunidade há pouco de despendar, são válidas também para esta proposta. Quanto ao enquadramento da empresa, quanto ao objeto social da mesma, quanto ao escopo desta empresa e, também, quanto à excepcionalidade desta empresa. Felizmente é uma empresa saudável, sustentável, ainda que enfrenta desafios exigentes. Como sabem, estas empresas Intermunicipais que se dedicam à produção de energia elétrica, hoje são confrontadas com um desafio. Houve um tempo em que os Estados, mas também a Comunidade Económica Europeia, apoiava a produção de energia renováveis e, portanto, o que fazia, em muitos casos, é que subsidiava a produção de energia. Isso foi há 20, 25, 30 anos. Neste momento, esse processo de apoio às energias renováveis terminou, ou nalguns casos está em fase de conclusão. Significa isso que pequenas empresas, e sobretudo as que produziam energia e mini-hídricas, mas também pequenas empresas que se dedicam à produção de energia renovável eólica, hoje estão confrontadas com desafios crescentes. Por um lado, o valor da energia é um valor muito volátil e pode variar ao longo do dia de preços diferentes e, portanto, porque hoje a energia é vendida no mercado ibérico. A energia tem que ser vendida no mercado ibérico porque, depois, a sua comercialização tem de ser feita pelos respetivos comercializadores. A EHATB, não é uma empresa comercializadora, é apenas uma empresa produtora de energia. E ao mesmo tempo no mercado, as transações existem sempre alguma insegurança, porque não há garantias que quem compra a energia pague. Portanto, significa que neste momento há dois riscos identificados na dimensão comercial. Um é a variação da respectiva tarifa e outra é, também, a garantia do pagamento da energia. Se antes a produção de energia estava apenas



dependente das condições climáticas, se chovia muito ou se fazia muito vento, e isso era determinante para saber se a produção era mais ou menos importante, hoje temos mais dois aspetos que condicionam esta empresa. Isso tem feito com que a empresa intermunicipal, se quiserem consultar os dados, regista-se queda nos exercícios. Desde os exercícios de 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025, nós estaremos, por exemplo, a registar diminuições de venda, portanto, diminuição de volume de vendas. Só de 2024 para 2025, foram um milhão de euros a menos. Portanto, coloca-se aqui um desafio. Mas, ainda assim, continua uma empresa sustentável, economicamente e patrimonialmente. E, portanto, entendemos nós, que é um ativo muito importante, relevante, porque, não só que gera dividendos, e são distribuídos os dividendos de todos os exercícios pelos municípios e, naturalmente, os dividendos estão sujeitos a IRC. Os valores têm andado sempre entre os 80 a 100 mil euros, valores líquidos. Mas, ao mesmo tempo, também tem outra grande vantagem, é que esta empresa permite que se façam intervenções, no âmbito do artigo quarto, que possam beneficiar os respetivos Municípios. Eu quero recordar, por exemplo, no tempo do PSD, era este contrato programa que permitia fazer a Festa dos Povos. Eu repito, durante o tempo da gestão do PSD, era este contrato-programa que permitia financiar a Festa dos Povos, nunca se deram conta? Nunca se aperceberam? É curioso, não é? É muito curioso, entre outras coisas, não é? É claro que eram prioridades que se faziam. Hoje o que nós queremos fazer com este contrato-programa, nós não, a empresa, porque a empresa é que vai fazer a obra, vai lançar o procedimento, vai estar sujeita à contratação pública, no fim da obra entrega a obra ao Município, e o que vai querer fazer neste caso concreto, é uma coisa essencial para o nosso Concelho. Eu disse e repeti várias vezes que o nosso Concelho estava, no que diz respeito à estrutura viária, 20 ou 30 anos atrasado. Eu até dizia, quando era oposição, que a mim podiam-me fechar os olhos, meter-me dentro de um carro, que eu sabia se estava no concelho de Chaves ou num concelho vizinho, pelo som. Porque as nossas estradas estavam tão degradadas, que foram 20 anos sem nenhuma intervenção. Estamos neste processo de reabilitação, estamos a fazer muitas estradas, e este contrato-programa também é para isso mesmo. O que nós queremos fazer é usar o contrato-programa, permitindo que a empresa faça em mandato do município e depois de ser transferido para o nosso património, por exemplo, a pavimentação da estrada da Sobreira, a pavimentação de uma rua em Sanfins da Castanheira e a pavimentação de um troço entre Moreiras e Matosinhos. Se o dinheiro for suficiente, é isso que queremos fazer. Portanto, parecem-me propósitos com bondade, com interesse, são todas no contexto rural, também promovem a coesão e a mobilidade dentro do nosso território e, portanto, nessa perspetiva, o que eu peço é a sua aprovação. Muito obrigado.

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Marília Valente Ferreira Abelha, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Naturalmente, quanto a este assunto, nós já falamos dele, como disse o senhor Presidente e bem, é a mesma coisa. Estamos a falar de um contrato um pouco diferente, porque é o contrato da Câmara com a empresa, um contrato programa em relação a umas obras que nós continuamos a ter as mesmas dúvidas. E não venha o senhor Presidente com o problema do PSD, eu, já ouvi muito aqui hoje, parece que estamos em eleições ou em campanha eleitoral e eu não acho bem, porque desde o momento em que o senhor Presidente da Câmara é Presidente de todos os flavienses, discutirmos aqui política, pode ser discutida, mas tem o Órgão do PS que naturalmente está aqui muito bem representado para o fazer. E o senhor Presidente pode dar as informações e pode-nos ouvir, porque penso eu que é assim que deve ser. É o Presidente de todos os flavienses e não só dos do PS. Quanto a este assunto, naturalmente eu continuo com as mesmas dúvidas e continuo porque o artigo quarto diz o que a empresa pode fazer. Qual é o objeto da empresa? O objeto da empresa não é fazer obras entregues pela Câmara, ou pelos mandatados para a Câmara, o artigo quarto e o artigo segundo dos seus estatutos também diz isso mesmo. Agora, nós entendemos que o artigo 47º não se pode aplicar, escapa a essa previsão. Nós, naturalmente, gostaríamos de concordar com o senhor Presidente da Câmara. Digo-vos que preferia que isto fosse tudo legal. Que me dissessem, sim senhor, está tudo legal porque já tiveram tempo para isso. O facto de o PSD ter feito muitos contratos programa com esta empresa, que não interessa, são outras pessoas que estão aqui, algumas podem ser as mesmas, outras não são, a qualquer momento, as coisas mudam. E se mudam senhor Presidente. Cada vez mais estamos a ver a polícia judiciária em Câmaras Municipais, a levantar problemas de legalidades. Agora está tudo certo, aquilo que o senhor Presidente



diz, aquilo que se escreve, não é. Não é. Eu posso ter dúvidas e os senhores Vereadores que estiveram na Câmara também e por isso eu, tendo em conta que não há um parecer jurídico sequer quanto a este assunto e quanto a estas obras, elas podem ser muito bonitas, podem ser boas para o Município, mas eu não me responsabilizo por elas. Não, o senhor Presidente que se responsabilize, tudo bem. Cada momento é seu momento, este é o momento do PSD dizer não porque tem dúvidas quanto a essa legislação, penso que não se aplica, não tenho também a certeza. Eu fico nas minhas dúvidas e prefiro votar contra devido a essas dúvidas, porque eu gosto de ter certezas. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos membros desta Assembleia Municipal. Ou nós ficamos na dúvida do Descartes e na dúvida metódica e, portanto, podemos andar aqui a sessão toda nesta dúvida metódica e, podemos fazê-lo se assim o entenderem. É algo que vossas excelências decidirão agora, eu não vi nenhuma questão ainda, nenhuma violação, nem nenhuma identificação de nenhum problema. E, portanto, eu percebo que haja aqui alguma confusão e dada a pouca experiência nesta matéria, percebo isso. Normalmente, os contratos-programa têm um sentido inverso, pois bem, mas ainda bem que este contrato-programa é um contrato que aproveita os Municípios e que não descapitaliza como normalmente acontece. E, portanto, o que eu posso dizer sobre esta matéria é o seguinte, há hoje uma judicialização da política, não é? Parece que também queremos fazer hoje uma judicialização da atividade Municipal. Portanto, se acha que não se sente confortável, não vota. Não vota, vota de forma diferente. Agora vir para aqui dizer que não faz política? Olha por quem Deus nos manda avisar! Olha por quem Deus, nos manda avisar! De facto, olha quem nos vem falar sobre quem não faz política todos os dias, em todos os sítios, em todos os locais e nalguns impróprios. Olha quem nos vem falar e quem nos vem ensinar sobre a forma de estar na política. Pois bem, eu tenho alguns referenciais, mas são outros. E, portanto, queria dizer-lhe de forma muito clara, o assunto é tão simples que nunca suscitou grandes questões, que não suscita questões dos Municípios todos, que não suscitou nenhuma questão à IGF no âmbito de auditoria, mas suscita a questão a vossa excelência. Isso é sempre possível e até é bom que possa suscitar questão, agora não venha aqui dizer que gostaria muito de votar a favor, porque se podia também ter esclarecido. Porque certamente tem fontes de conhecimento, podia estudar o assunto, designadamente sob o ponto de vista jurídico e depois já não tinha dúvidas, tinha certezas e cá dizer, isto é ilegal e tinha certeza absoluta e voto contra. Podia tê-lo feito, não o fez. Obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e um votos a favor, nove votos contra e nove abstenções. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia, **Anselmo José Martins**, disse: -----
Permitam-me, agora, tal como disse, retomar a Ordem do Dia: -----

PONTO 12 - ELEIÇÃO DE PRESIDENTE E SECRETÁRIA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES - CPCJ DE CHAVES – PARA CONHECIMENTO; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos membros desta Assembleia Municipal. -----

A CPCJ, como todos sabem, é um órgão que se dedica sobretudo à Proteção de Crianças e Jovens e, teve que se realizar eleições de forma intercalar motivadas por uma decisão que foi tomada a nível nacional pelo Ministério da Educação de fazer regressar às Escolas todos os professores que estavam destacados em mobilidade institucional. A Presidente da CPCJ era um desses casos. Era a professora Maria do Céu e, portanto, ela teve que, no dia 1 de setembro, regressar à escola e, nessa perspetiva, o lugar de Presidente da CPCJ ficou deserto. Em consequência dessa decisão, este Órgão, que é um Órgão autónomo e independente, realizou eleições. Essas eleições decorreram, foi votado naquilo que é a Comissão restrita, e foi aprovada uma candidatura, tendo ficado com o Presidente o Dr. Filipe Gonçalves e Comissária enquanto Secretária, a enfermeira Maria Clara Ferreira Vieira. Eu entendi que este assunto devia ser, não só do conhecimento da Câmara, mas também foi proposto na reunião de Câmara levá-lo



ao conhecimento desta Assembleia Municipal para que fosse do conhecimento de todos e para perceberem porque é que esta mudança aconteceu e o que é que a motivou. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
É só para salientar como é que as sucessivas políticas dos Governos, quer do PS, quer do PSD e dos seus Ministérios da Educação foram empurrando uma das mais dignas profissões do mundo, os professores, e hoje chegamos ao absurdo da falta de professores. Um erro em cima de outro, serem requisitados todos os professores das Comissões de Proteção de Jovens e Crianças em Risco, colocando dificuldades sérias ao funcionamento dessas Comissões e desprotegendo aquelas que têm que ser o objeto da nossa principal preocupação que são exatamente as crianças em risco. Era bom que cada um dos membros desta Assembleia refletisse, que cada vez que vê demagogia contra os professores, insultos, denegrir, acusar, chamar de calaceiros, chamar que não têm falta de qualidade, nos recordemos que todos nós fomos alunos e que se hoje estamos aqui, eu estou aqui, é porque tive muitos professores que me ajudaram no caminho da aprendizagem, e que esta questão aqui trazida mereça uma reflexão muito profunda sobre a necessidade de mudar as políticas de educação e o respeito por todos os profissionais da educação, incluindo os professores. -----
Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 13 – LISTA DE JUÍZES SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. INFORMAÇÃO/DEASS/ Nº469/2025. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores e aos Membros desta Assembleia Municipal. Penso que terá de haver uma eleição para aprovação daquilo que são a lista dos candidatos a Juizes Sociais, que têm um papel também relevante nesta dimensão social e que vão trabalhar, em articulação com a justiça, nestes domínios. Foi iniciado pela Câmara Municipal, um procedimento de “recrutamento”, no sentido de todos quantos cumprissem um conjunto de requisitos, de acordo com o respectivo regulamento, pudessem fazer candidatura. Houve, pois, necessidade de fazer uma prorrogação do prazo, porque no primeiro prazo não existiram candidaturas suficientes para o número de efetivos necessários. Penso que terá sido distribuída a lista dos candidatos a Juizes Sociais do Município de Chaves, são 15 efetivos e mais 8 suplentes. É, uma atividade pro bono, ela não é remunerada, é uma atividade que tem que, naturalmente, ser feita por aqueles que têm uma predisposição e um particular interesse por aquilo que são as matérias sociais mais relacionadas com dimensões de alguma criticidade. E, portanto, desde já, queria deixar aqui de forma expressa o reconhecimento por esta disponibilidade e por este altruísmo que estes cidadãos manifestam. Certamente que é importante e também estão a cumprir a cidadania, ao mesmo tempo fazem voluntariado e isso é muito importante. Penso que agora haverá também uma votação por escrutínio secreto, já foi feita na Câmara Municipal relativamente à proposta que foi sufragada, a decisão foi tomada por unanimidade e, portanto, nós pedimos agora é que ela possa ser também votada. Dizer que os efetivos são Maria Roque da Costa, Melissa Carvalho Lopes, Júlia Simões Silva, Daniela Borges Grilo, Carla Marques, Alcino Penso, Vera Lima, Ana Moreira da Silva, Maria Coelho Roque da Costa. Joana Simões de Figueiredo, Mariana Maia, Maria Antónia Patrício Alves, Cristina Isabel Rodrigues, Andreia Patrícia Santos, Sandra Cristina de Souza. Depois, nos suplentes, Ana Pires Seta, António Ferreira Ribeiro, Sofia Bernardino, Carolina dos Santos, Marina Goreti Barradas, Susana Alexandre Carlos Xavier, Patrícia Mourão Teixeira e Paula Cristina Arantes Santos. Muito obrigado. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta votos a favor, onze votos contra e onze votos em branco. -----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----



A Deputada Municipal, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, não participou na votação da proposta, tendo, antecipadamente, saído da reunião, em virtude de constar na lista de Juizes Sociais do Município de Chaves. -----

PONTO 16 – AUDITOR EXTERNO / EMISSÃO DE RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1.º SEMESTRE 2025. INFORMAÇÃO N.º 38/DDEF/2025; -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade -----

PONTO 17 – MODIFICAÇÃO, POR REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO MODIFICATIVA, NOS TERMOS DO SNC-AP) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS – 2025. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 40/DDEF/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal. Esta proposta é uma Modificação por Revisão Orçamental, aquilo que anteriormente se chamava de uma Revisão Orçamental e cujos argumentos e fundamentos se encontram expendidos na própria informação técnica. Mas, no essencial, é um ajustamento de uma revisão e que visa fazer uma diminuição do Orçamento, quer da Receita quer da Despesa. Necessariamente, estão identificadas as razões pelas quais se propõe essa revisão, estamos a falar de uma revisão que tem um impacto orçamental de 2 milhões e 480 mil euros, e como estamos a falar de uma parte relevante que é financiada, se as obras não são feitas, necessariamente, os financiamentos também não podem ser obtidos e justificados. Estamos a falar de receitas do PO Norte, e do Primeiro Direito, e estão relacionadas com um atraso daquilo que era previsível na execução de uma intervenção que queremos fazer na Cocanha, desde a Cocanha até à Avenida Heróis de Chaves, e, depois, também outro tipo de intervenções de ligação dos edifícios, à geotermia, que será feito em 2026 e, portanto, essa é a motivação desta Revisão dos Documentos Previsionais. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e dois votos a favor e dezoito abstenções de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Francisco António Chaves de Melo, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Luiz Mário Alves Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, António Manuel Pires de Almeida, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Sónia Cristina Adães Ferreira, Fernando Miguel Borges Valpaços, Abílio do Nascimento Ramos, Fernando Emanuel Monteiro Lopes, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Pinheiro, Aurora Teixeira Carvalho Morais e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Paulo Vítor Veiga Ribeiro. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes, de Anelhe – Victor Manuel Gonçalves Esteves, de Bustelo – Fernando José Moura de Barros, de Cimo de Vila da Castanheira – Marcelo Rodrigues Morais, de Curalha – Domingos de Moura Alves, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Guilherme Pires Vilanova, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Filipe Manuel Rodrigues dos Santos, de Tronco - Catarina da Silva Oliveira, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - Alexandre Gomes Araújo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias



da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Carlos Alberto dos Santos Vaz, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Ana Margarida Tito Fontes Parada, de Vale de Anta – Nuno Alves Pereira, de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Marília Valente Ferreira Abelha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Pimentel Sarmento, Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, David Tavares Teixeira da Silva, Jaime Esteves Abreu, Gilberto Gomes Alves, Raquel Sofia Macedo Estrela Bastos e Bruno Miguel Baptista Lopes. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo do Plano C: Paula Alexandra dos Santos Chaves. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA.: - Ana Maria Pires Pinto de Almeida, José Luís de Menezes Amarante, João Felisbino Garcia Pereira de Oliveira e Alberto Gonçalves Ribeiro. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Maria Teresa Morais Sarmento Campos e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo Municipal do IL: Pedro Miguel Albino Figueiredo. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes nove membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Maria de Fátima Monteiro Carvalho Marques e Ricardo Alexandre Fontes Correia. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Oura – Raúl Fernandes Salvador, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa e- de Vilas Boas – Floriano Alves Videira. -----

PONTO 18 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS 2026, ENQUADRADAS NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL (2026-2030). APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL, AO ABRIGO DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO, ALTERADA PELA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO. PROPOSTA Nº 175/GAPV/2025. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito boa tarde, senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora e senhores Vereadores, senhores digníssimos representantes, Membros da Assembleia Municipal, comunicação social aqui presente, estrutura de apoio. Sim, de facto, estamos num ponto da Ordem de Trabalhos absolutamente estratégico. Como sabem, as Grandes Opções do Plano são, de facto, o documento estratégico mais importante. É certo que têm uma relevância significativa no horizonte de quatro anos, pela expressão do PPI e também pela necessidade, ao nível orçamental, quer na despesa quer na receita, de se fazer uma previsão dos impactos em cada um desses ciclos anuais. No entanto, a sua incidência mais relevante é, efetivamente, no Ano Económico de 2026. Estamos a falar de um documento absolutamente essencial, que enquadra, contextualiza e orienta tudo aquilo que tem a ver com os projetos, as ações e as atividades, quer de natureza de capital quer de natureza corrente, que vão ser realizadas em 2026. Portanto, trata-se, de facto, do nosso documento estratégico maior no que diz respeito à dimensão orçamental, mas também patrimonial e económica, para o ano de 2026. -----

A aprovação das Demonstrações Previsionais de 2026 são enquadradas, como tiveram oportunidade de verificar, no Plano Orçamental Plurianual de 2026/2030. Nessas Demonstrações Previsionais, previstas na norma de controle, norma contabilística 26, tem um conjunto de documentos que vão desde o Orçamento, ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Atividades Municipal e, depois também outros documentos mais relacionados com as demonstrações financeiras previsionais, que vão desde o balanço previsional, à demonstração dos resultados previsionais por natureza, mas também à demonstração de fluxos de caixa previsional. E depois, ainda há um conjunto alargado de documentos



que fazem parte desse dossier que lhes foi distribuído em formato digital, e que dão cumprimento a um conjunto de regras previstas ainda que de forma remanescente no POCAL, mas também e sobretudo nas normas contabilísticas aplicadas à administração pública, mas também à Lei das Finanças Locais. E, portanto, tem um relatório que contém a fundamentação da política orçamental, tem um mapa de resumos das receitas e das despesas, tem o articulado que contém as medidas para orientar a execução orçamental, tem proposta de Opções do Plano, compostas quer pelo plano de atividades municipais, quer pelo plano plurianual de investimentos. E tem, nesse contexto, uma nota explicativa de fundamentação, com um contexto de enquadramento de desenvolvimento estratégico, mas também com a contabilização dos objetivos de política orçamental e descrição de projetos, incluindo projetos de investimento e de atividades mais relevantes. Vou prescindir de fazer umas considerações de enquadramento em termos político/económicas, relacionadas sobretudo com a conjuntura económica nacional, nomeadamente, especulação, aumento de preços e alguma incerteza em termos europeus e mundiais, que, naturalmente, lançam sempre alguma indefinição no que diz respeito ao exercício que se agora prevê concretizar. Queria, ainda assim, dizer que os documentos previsionais refletem um conjunto de investimentos a resolver através de operações de financiamento europeu, como através de capitais próprios. Também está inscrito, como podem ver, o recurso ao empréstimo de médio/longo prazo já contratualizado em 2025 com uma particular afetação, relacionada, entre outros, mas particularmente com a construção das piscinas cobertas. Tais investimentos pretendem incrementar a qualidade de vida dos flavienses, reforçar a atração económica e empresarial, mas também melhorar a coesão social. Pretende-se, também, com este instrumento reforçar a centralidade regional de Chaves, no contexto da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, mas também no âmbito da Eurocidade. Queremos manter a vitalidade cultural e reforçar a identidade flaviense. Em termos de política fiscal, a proposta é a de manter a taxa de IMI na taxa mínima, que, como sabem, é 0,3. Também temos propostas para fazer a prorrogação do período de isenção do IMI de 3 para 5 anos e uma redução de IMI em função dos dependentes. -----

No que concerne à Derrama, e estou-me a referir à política fiscal que contextualiza estas grandes opções do plano, manter as isenções para as empresas com sede no concelho em função do volume de negócios e sectores económicos, sendo que se preconiza a manutenção de uma redução de taxa operada o ano passado, de 1.5 para 1.4. Tais medidas fiscais pretendem alavancar o desenvolvimento económico local, promover a equidade e justiça social e a fixação de jovens e famílias no concelho. Depois, queria também falar-vos daquilo que são as prioridades estratégicas que enunciam e que são postulados da concretização deste instrumento. As prioridades estratégicas enquadram-se em cinco grandes orientações estratégicas: -----

Primeiro é Chaves, território Natural, Sustentável e Resiliente, traduz a necessidade crescente de adaptação das alterações climáticas e desenvolve ações concretas impactantes na mitigação dos riscos que daí resultam, procurando alcançar um território mais sustentável e equilibrado no uso dos recursos, tornando assim mais resiliente, verde e natural. -----

O segundo objetivo estratégico é Chaves território Atrativo, Inclusivo e Saudável, indutor da afirmação do território que agrega e disponibiliza a toda a Comunidade ao longo da sua vida e de forma equilibrada, o acesso a serviços essenciais de qualidade e que se afirma como um território atrativo para a fixação de novos residentes. -----

O terceiro objetivo estratégico é Chaves, território Histórico, Cultural e Turístico, assenta na promoção, realização e valorização de um vasto e valioso património histórico, material e imaterial na capitalização dos seus recursos identitários, ativos culturais e potencialidades locais, únicas e irreplicáveis, procurando afirmar e destacar o território no contexto supra local, enquanto destino turístico, cultural de excelência na área do termalismo, saúde e bem-estar, mas igualmente ao nível da notoriedade e singularidade do seu património arquitectónico e arqueológico e da ancestralidade de atrações únicas e seculares. -----

Objetivo quarto, Chaves, território Competitivo, Inovador e Digital, alicerçado num ecossistema, inovador, empreendedor e estruturado, robusto, capaz de alavancar e afirmar os ativos e recursos locais através de capacidades de atração, de investimento e valor acrescentado, diferenciador, inovador e digital, numa necessária articulação com o sistema científico e tecnológico na procura de atrair e reter talento e inovação. -----

Objetivo quinto, Chaves, território Próximo Acessível e Universal, valoriza as relações com os agentes, com desenvolvimento com as instituições e com as coletividades que dão corpo e vida à comunidade,



que ousa, que ouve, que valorize e intervém localmente, mas que não se menospreza à abertura e ao fortalecimento das relações, além dos seus limites territoriais de um território transfronteiriço aberto e projetado para o mundo. -----

Estes são os 5 objetivos estratégicos que informam estes documentos. Depois na dimensão mais orçamental, relacionada com aspetos que estão incluídos, como eu já disse anteriormente, no Plano Plurianual de Investimentos, chamado PPI, no Plano de Atividades Municipal, também designado por PAM. Neste contexto, queria dar evidência a um conjunto importante, na parte do PPI, onde estão enquadrados os investimentos e, portanto, todas as despesas de capital estão aí identificadas, em projeto, em ações ou de uma forma mais agregada, genérica. E depois naquilo que são as atividades municipais mais relevantes, o plano de atividades municipal, que apesar de serem despesa corrente, existem atividades sobretudo na dimensão da educação na área social, mas também na área da proteção civil e de natureza, existem atividades que, pese embora sejam despesa corrente, têm uma relevância muito importante e, nesta perspetiva, tem aí também uma identificação e uma sinalização específica. Dizer que estamos a falar do maior Orçamento que alguma vez o Município de Chaves já teve. Este é, seguramente, o maior Orçamento que o município de Chaves algum dia já teve na sua história. Estamos a falar de um Orçamento de 91 milhões de euros, ele compara com o orçamento anterior em mais de 20 milhões e, portanto, estamos a falar de um orçamento importante, relevante, que vai dar certamente um contributo muito importante na concretização de projetos muito relevantes. Uns projetos têm uma dimensão financeira mais importante, com impactos na comunidade mais visíveis e, depois, um conjunto muito alargado de pequenos projetos em diferentes áreas, que vão desde a proteção civil, mas também à mobilidade, mas também aos sistemas, mas também à área turística, da educação, mas também da área da saúde. Enfim, um conjunto muitíssimo alargado de ações e de projetos que, certamente, tendo início em 2026, eles depois serão concluídos, nos exercícios seguintes. Como sabem, o Orçamento tem uma previsão plurianual e, portanto, ele é feito para 4 anos, se bem que ele só é vinculativo no ano de 2026. Nos anos seguintes não é vinculativo. Relativamente àquilo que, como eu dizia antes, os aspetos mais importantes são as dimensões orçamentais, queria fazer aqui alguma referência a alguns números que podem ser relevantes, o primeiro número é que o total da receita é de 91 milhões 272 mil 333 euros e 36 cêntimos, a receita corrente é de 51 milhões 465 mil 922 euros e 33 cêntimos, a receita de capital é de 33 milhões 491 mil 828 euros e 35 cêntimos, a receita não efetiva é de 6 milhões 314 mil 582 euros e 68 cêntimos e, portanto, é este o valor na componente da receita. Na componente da despesa, e porque os Orçamentos obedecem ao princípio do equilíbrio, ou duplo equilíbrio, significa isso que a despesa não pode ser superior à receita e a despesa corrente não pode ser superior à receita corrente, é esta a regra do duplo equilíbrio, temos, portanto, na despesa total, 91 milhões 272 mil 333 euros e 36 cêntimos, despesa corrente, 43 milhões 800 mil 520 euros e 49 cêntimos, despesa de capital, 45 milhões 768 mil 410 euros e 2 cêntimos, despesa, não efetiva 1 milhão 703 mil 402 euros e 85 cêntimos. Portanto, resulta daqui uma poupança corrente, ou seja, recursos que se poupam na comparação entre aquilo que é a previsão da despesa corrente com a receita corrente que neste caso, estamos a falar de 7 milhões 865 mil 401 euros e 84 cêntimos, e que, naturalmente, será alocada a despesas de investimento. Portanto, é positivo, assegurando assim o cumprimento dos princípios do equilíbrio orçamental e garantindo a capacidade de autofinanciamento de investimento. Depois, na demonstração previsional da receita, podemos ir desagregando essa informação, se necessário for, mas tem aqui particular importância os impostos diretos com 8 milhões 240 mil 406 euros e 86 cêntimos, depois as taxas, multas e penalidades com 3 milhões 371 mil 193 euros e 87 cêntimos, os rendimentos, de propriedade com 2 milhões 143 mil 078 euros e 31 cêntimos, transferências e subsídios correntes de 28 milhões 968 mil e 409 euros, venda de bens e serviços correntes 8 milhões 596 mil 479 euros e 78 cêntimos. Portanto, isto dá um total de receitas correntes de 50 milhões 465 mil 922 euros e 33 cêntimos. Já nas receitas de capital, como sabem, elas estão quase exclusivamente, para não dizer exclusivamente dependentes, das transferências de capital, que é o mesmo que dizer no essencial, de fundos europeus, acrescentando-lhe aqui também a receita não efetiva, que é o tal empréstimo a médio e longo prazo para investimento de 6 milhões 314 mil 582 euros e 68 cêntimos. E, portanto, fazendo assim uma breve análise muito sumária, as transferências correntes representam 31,74% do total das receitas, as transferências de capital representam 36,59% do total, o que evidencia um peso expressivo das contribuições da administração central e dos fundos europeus. Significa isto que o Município de Chaves não tem a desejável autonomia financeira, como têm



alguns Municípios, designadamente Municípios que têm receitas muito importantes, tudo tem a ver com património, como o urbanismo, mas no nosso caso, as nossas receitas estão muito centradas nos fundos do equilíbrio financeiro, estão também centradas nas receitas relacionadas com venda de bens e serviços e depois nos impostos diretos sobretudo do IMI, do IMT, do IUC e da Derrama, estas são no essencial, as grandes rubricas da receita e depois receitas que tem a ver com fundos europeus, mas para isso, naturalmente, terá que haver quadros comunitários, terá que haver, enfim também aí a capacidade de captação de fundos europeus. Mas dizer que, provavelmente, naquilo que se falava de manhã, na política financeira plurianual da Comissão Europeia, no pós 2030, o chamado 2040, provavelmente as regras da coesão serão alteradas e muitos Países e também Portugal poderá ver reduzida de forma drástica aquilo que é o apoio financeiro da União Europeia. Portanto, coloca-se aí uma questão para o futuro que se colocará daqui a 4, 5, 6 anos. Queria ainda aqui dar nota, porque me parece que é importante dar esta nota de esclarecimento referente às transferências do Orçamento Geral do Estado, que é a participação do Município de Chaves naquilo que são os recursos nacionais, designadamente os impostos nacionais e que estão contidos no Mapa 12 do Orçamento Geral do Estado para 2026. Temos uma verba importante que cobre parte, só parte, da nossa despesa de funcionamento, chamemos-lhe primária básica, fundo de equilíbrio financeiro com 13 milhões de 635 mil 683 euros, o chamado FEF, que os Senhores Presidentes de Junta também sabem, pois de forma mensal recebem o duodécimo do FEF, é disto que eu estou a falar. No caso do Município, temos o Fundo Social Municipal, com 859 mil euros, a participação no IRS 1 milhão 763 mil euros, a transferência no âmbito das competências que foram transferidas para o Município do Chaves, em matéria de educação, saúde e área social, que tem um valor de 6 milhões 175 mil e 68 euros, estamos a falar sobretudo de financiamento e despesa corrente relacionada com os recursos humanos. Sendo aqui uma nota particular insuficiente para aquilo que é a despesa que o Município, compromete nesses domínios e depois uma participação no IVA com 306 mil e 887 euros. Queria também ainda sobre este particular, dizendo que o fundo de financiamento e descentralização, o chamado FFD, que tem na educação, na saúde e na ação social, na educação, desagregando o valor que eu disse antes, dão 4 milhões 974 mil 607 euros, na ação social, são 660 mil 366 euros, na saúde são 920 mil e 046 euros deste fundo, que falei anteriormente. Podemos aqui também dar nota de pequenas outras receitas correntes que se, nalguns casos, são irredutíveis, porque tem a ver com projetos específicos, sobretudo na área social. Estou a falar de comparticipações, apesar de ser receita corrente e não receita de capital FEDER e Fundo Social Europeu. Estou-me a referir particularmente a alguns projetos que estão em fase de execução ou em fase de conclusão, estou a falar de um projeto de pessoas de Fundo Social Europeu, que é o CLDS 5G, estou a falar, por exemplo, de um projeto de Igualdade de Acessibilidade a serviços de educação, programa de promoção do sucesso escolar de Chaves, estou a falar também da participação ativa da igualdade de oportunidades e não discriminação do plano de ação local para a inclusão ativa dos grupos vulneráveis, estou a falar, por exemplo, da aquisição de equipamentos de proteção individual, estou a falar, por exemplo, também, de intervenção nas infraestruturas de vigilância florestal e vigilância do centro histórico, estou a falar também, por exemplo, das receitas relacionadas com serviços e fundos autónomos, do programa mais ativação, do programa mais integração, também de valores, ainda que residuais da CPCJ, mas estou a falar também de valores que vêm do ICNF, do Fundo Florestal Permanente, designadamente para campanhas de prestação de serviços veterinários de assistência a animais, apoio ao equipamentos de equipas e brigadas de sapadores florestais, campanha de apoio à esterilização de gatos e cães de companhia. Mas estou também a falar de valores que se recebe ainda do contrato de concessão de exploração da zona de jogo Vidago e Pedras, na área da requalificação ambiental e que está alocada aquilo que tem a ver com a fatura de tratamento de resíduos sólidos urbanos, estou a falar na área do turismo, do plano de obras 2026 e depois também ainda na receita corrente, mas agora do PRR, estou a falar do radar social, que é uma equipa que temos um projeto piloto de implementação de um sistema integrado de georreferenciação social, mas estou a falar também, de uma receita, ainda que a 50%, para financiar o projeto balcão único chamado BUPi, que é o sistema nacional de cadastro predial, e estou também a falar de outras rubricas de natureza corrente relacionada com o IHRU e, portanto, é disto que estamos a falar no essencial. Vou passar à frente algumas coisas sobre a receita de capital, muita da informação que eu aqui tenho, mas ainda assim, não prescindi de dar aqui uma nota sobre a evolução da receita de capital, desde 2024 até àquilo que é o orçamento previsional orçamental para 2026. Nas vendas de bens de investimentos em 2024, foram 59 mil 801 euros e 86



cêntimos em 2025, foram 457 mil 237 euros e 87 cêntimos, mas a previsão para 2026 são 69 mil 910 euros e 67 cêntimos. Nas transferências de capital, aqui sim, a evolução é bastante significativa, estamos a falar de um valor de 15 milhões 622 mil 962 euros e 65 cêntimos em 2024, passando para 18 milhões 876 mil 452 euros e 06 cêntimos, em 2025 e depois a previsão para 2026, não estou a falar de execução, estou a falar apenas de previsão 23 milhões 396 mil 917 euros e 48 cêntimos. Outras receitas de capital que têm um valor bastante insignificante, 14 mil euros em 2024, 5 mil euros em 2025 e 25 mil de previsão para 2026. Nos passivos financeiros, 353 mil 421 euros e 18 cêntimos em 2024, 6 milhões 314 mil 586 euros e 68 cêntimos em 2025, valor parecido em 2026, 6 milhões 314 mil 582 euros. Nos ativos financeiros, zero em 2024, 24 milhões em 2025 e zero em 2026. As receitas de capital apresentam um crescimento impulsionado pelas transferências de capital e que, em 2026, apresentam uma variação homóloga de 76,92%. -----

Nos passivos financeiros evidenciam um incremento expressivo, da previsão de receita decorrente, como já disse antes, do empréstimo de longo prazo, é aí que está inscrito. No que diz respeito à evolução da despesa corrente, temos um incremento significativo nas despesas com pessoal, em 2024 16 milhões 281 mil 812 euros e 71 cêntimos, em 2025 16 milhões 431 mil 215 euros e 18 cêntimos, em 2026 19 milhões 872 mil 583 euros e 70 cêntimos, é a previsão de 2026. Aquisição de bens e serviços em 2024, 15 milhões 514 mil 789 euros e 91 cêntimos, em 2025 13 milhões 528 mil 200 euros e 59 cêntimos e em 2026 a previsão é de 20 milhões 157 mil 759 euros e 71 cêntimos. Juros e outros encargos, em 2024 foram 571 mil 720 euros, em 2025 419 mil 812 euros e 21 cêntimos, estou a fazer comparativos em termos orçamentais, não em termos de execução e em 2026, a previsão é que os encargos sejam de 269 mil 856 euros e 13 cêntimos. Nas transferências correntes a previsão em 2024 era de 3 milhões 152 mil 952 euros e 72 cêntimos, em 2025 era 3 milhões 247 mil 553 euros e 79 cêntimos e em 2026 prevê-se uma contração para 2 milhões 792 mil 673 euros e 45 cêntimos. Noutras despesas correntes, a evolução não é expressiva 761 mil em 2024, 575 mil euros, em 2025, 616 mil euros em 2026. -----

Depois, queria ainda assim dar uma nota particular porque, de facto, é um orçamento em que na parte do investimento, também há um incremento muito expressivo. De facto, porventura, estamos a falar de um orçamento que, em termos de investimento, tem a maior previsão de investimento de sempre desde que existe o Município de Chaves. Provavelmente estamos a falar da maior previsão de investimento alguma vez tida no Concelho de Chaves. E, portanto, no que diz respeito à aquisição de bens de capital, em 2024, 20 milhões 894 mil 703 euros e 91 cêntimos, em 2025 é de 30 milhões 861 mil 809 euros e 75 cêntimos e, para 2026 44 milhões 803 mil 310 euros e 02 cêntimos, estamos a falar de previsão. É preciso dizer aqui, e em nome da verdade, que normalmente a execução do investimento fica sempre muito aquém e, portanto, as taxas de execução andam sempre um pouco acima de 50%, 60%, às vezes 70%. E, portanto, dizer que estamos a falar de previsões e não de execução, porque a avaliação da execução será feita na prestação de contas. Depois, também, dizer para informação de todos, que o plano plurianual de investimentos que tem, como já disse antes, uma dotação de 44 milhões 808 mil 310 euros e 02 cêntimos em termos de funções fica assim, distribuída: -----

- Funções Gerais, 2 milhões 811 mil 285 euros e 53 cêntimos; -----
- Funções Sociais, 23 milhões 715 mil 813 euros e 60 cêntimos; -----
- Funções Económicas, 18 milhões 281 mil 210 euros e 89 cêntimos. -----

Como já perceberam as funções sociais, representam 52,93% do PPI e representam 26%, 27%, do total do orçamento. As funções económicas representam 40,80% do total do PPI e representam 20,25% daquilo que é o total do Orçamento. Portanto, de facto, uma expressão muito importante nestas duas funções, na função social e na função económica. Da mesma forma, também no que diz respeito ao plano de atividades municipal, como eu tive oportunidade de dizer antes, estamos a falar de despesa corrente, mas despesa corrente relevante, importante e muitas vezes muito determinante para a atividade do Município. Não aumentando o património, é também em si muito importante e às vezes mais importante que o próprio investimento. Ao nível das funções gerais, o valor total da previsão do PAM é de 16 milhões 623 mil 149 euros e 81 cêntimos, distribuindo-se da seguinte forma: -----

- Funções Gerais, 939 mil 955 euros e 35 cêntimos; -----
- Funções Sociais, 13 milhões 173 mil 043 euros e 90 cêntimos; -----
- Funções Económicas 2 milhões 277 mil 50 euros e 56 cêntimos. -----



Também aqui a preponderância na alocação vai para a área social, com 79,25% do total do PAM e 13,70% no total do PAM, no que concerne às funções económicas e, portanto, aqui, como já percebemos, as duas funções, a função económica e função social têm uma preponderância muito relevante em termos de alocação de recursos para o cumprimento dos projetos e ações que estão inscritos no PAM. Queria, ainda assim, de forma muito rápida, dar aqui nota de alguns projetos mais importantes que estão inscritos no PPI e alguns dos quais já dão tradução àquilo que foram os compromissos autárquicos e, portanto, já é o princípio da execução daquilo que foram os nossos compromissos para este mandato. Vou fazer a apresentação, com enquadramento entre funções gerais, funções sociais e funções económicas. No que concerne às funções gerais, cuja dotação global é de 2 milhões 811 mil 285 euros e 53 cêntimos, queria neste particular dar nota aqui de alguns investimentos importantes: da conclusão da construção do Centro Ecuménico, vulgo Casa Mortuária, há muito tempo ambicionada e desejada, mas nunca concretizada, mas que em 2026 vai ser uma realidade e, para isso, pusemos a dotação necessária para concluir esta obra. Depois um projeto estruturante, fundamental, diferenciador, singular, no que diz respeito à eficiência, mas também no que diz respeito à sustentabilidade ambiental, estou a falar da adaptação dos edifícios municipais às redes de geotermia. Depois de concluída a execução da rede e a instalação dos equipamentos de contagem do calor, queremos agora avançar para a adaptação dos edifícios a esta nova energia e por isso, já depois dos projetos aprovados, queremos já em 2026 iniciar este projeto, tem para tal em 2026, 247 mil 256 euros e 56 cêntimos, para depois, em 2027, concluir esta intervenção com mais 370 mil 887 euros e 74 cêntimos. Mas queremos também dar início a um projeto que nós entendemos importante, é um projeto que se integra na estratégia da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, naquilo que é a estratégia, na primeira prioridade estratégica para este território, como foi anunciado aqui de manhã, que é a capacitação, conhecimento, inovação e investigação. E neste particular contexto, como foi dito de manhã, temos os compromissos relacionados com a AquaValor, com a AgroValor em Valpaços e queremos, agora em Vidago, dar tradução a outro projeto, criando uma infraestrutura tecnológica e uma parceria entre a AquaValor, o Município de Chaves e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, numa participação residual. Queremos lá realizar uma infraestrutura tecnológica que possa ser alocada àquilo que tem a ver com investigação na área da agricultura biológica. Esse é o propósito. É um projeto ambicioso, está em fase de candidatura ao PRR, esperamos, dentro de 60 dias ter notícias sobre a sua decisão. Já passámos a segunda fase, já estamos na fase final de seleção e, portanto, a expectativa de poder ser financiada é bastante elevada. Não é uma certeza, mas é bastante elevada, porque existem cerca de 22 milhões a serem distribuídos em uma dúzia de projetos. Portanto, a nossa expectativa é podermos concretizar essa infraestrutura tecnológica e, portanto, prevemos, para 2026, uma dotação, ainda assim baixa, de 120 mil euros, mas depois para 2027, de 664 mil euros e em 2028 um valor muito próximo. -----

Queria também dizer, ainda neste domínio, que queremos continuar a fazer a renovação do parque automóvel, dos equipamentos, das viaturas e, portanto, estimamos também investir cerca de 591 mil euros nesse domínio. Queremos também continuar na transformação digital e, portanto, queremos investir mais 221 mil euros nesse domínio, para além daquele que já foi investido no exercício em curso. E depois queremos também contribuir na área da proteção civil, sobretudo no combate aos incêndios florestais, contribuir para a deteção precoce de incêndios rurais. E, nesse contexto, temos um projeto de reforço de meios e sistemas de prevenção e combate a incêndios, que tem uma previsão de 793 mil euros, e queremos, ainda, colocar vigilância nos pontos mais críticos da nossa floresta para que, de forma precoce, nós possamos dar notícia da possibilidade de uma deflagração do incêndio para que a primeira resposta possa ser feita de forma idónea e capaz. Porque nós sabemos que se a resposta inicial for forte, for pronta, se for nos primeiros 20 minutos, ela, normalmente, é bem-sucedida. E, portanto, queremos contribuir também para esta solução. Depois, passando para as funções sociais, a dotação é aqui mais expressiva e vou desagregá-la: na educação temos uma dotação de 2 milhões 591 mil 194 euros e 29 cêntimos, ela está a ser sobretudo alocada, à reabilitação da Escola Básica e Secundária Fernão de Magalhães, também neste domínio há aqui que partilhar com vossas excelências que temos um projeto elaborado e vamos fazer uma candidatura para a reabilitação para a conclusão da reabilitação da Escola de Vidago. Esperamos ser bem-sucedidos nessa candidatura, porque se assim for, vamos poder fazer a requalificação da zona envolvente, da zona do parque de jogos e também umas intervenções no próprio edifício. Estamos a falar de um investimento de mais de 2 milhões de euros se, de facto, a candidatura



for bem-sucedida, e, nessa altura, teremos porventura de fazer uma revisão ou uma alteração orçamental para acomodar a decisão que venha dessa candidatura. Depois, dizer ainda para informação de todos, que também mandamos fazer o projeto para a Escola Nadir Afonso dizendo que essa não é obrigação do Município, mas sim obrigação do Estado, do Ministério da Educação, porque a transferência de competências só contemplou as obrigações relacionadas com a manutenção do edificado escolar, não com a sua requalificação. Significa isto que a reabilitação integral do edificado das escolas, a não ser do primeiro ciclo, portanto do segundo e terceiro ciclos e do secundário, continua a ser uma obrigação do Estado. Mas ainda assim, se houver oportunidade, se houver condições, se houver instrumentos financeiros, nós faremos a candidatura, designadamente a uma linha do BEI - Banco Europeu de Investimentos que alegadamente vai abrir e se, assim for, nós estaremos disponíveis para fazer uma contratualização para um contrato, um protocolo, um contrato administrativo, o que seja, com o Estado para que possamos fazer também essa intervenção, sendo que, neste caso, estamos a falar de uma intervenção que, provavelmente, pode superar os 7 milhões de euros. E, portanto, queria dar esta nota, mas não está inscrita no orçamento porque neste momento, efetivamente, trata-se de uma mera possibilidade e não de uma de um projeto que já tenha maturação e que possa avançar para a sua concretização. Depois, na saúde, mais uma vez dizer que, da mesma forma que na educação as nossas obrigações não são no âmbito da sua reabilitação dos edifícios, essa competência continua a ser do Ministério da Saúde, ainda assim, entendemos, e a propósito da transferência de competências, quisemos negociar, para que pudéssemos, com recurso a verbas do PRR, contratualizar-mos com o Estado e podemos substituir-nos ao Estado, à Administração Central, e podemos fazer as intervenções nos três edifícios dos cuidados primários que estão alocados aos cuidados primários. Estou a falar do Centro de Saúde de Chaves I, do Centro de Saúde de Chaves II e também do Centro de Saúde de Vidago. E nesse contexto, fizemos os projectos, lançámos as empreitadas, temos quase concluída a empreitada da intervenção em Vidago, está em bom ritmo a intervenção no Centro de Saúde Chaves I, estamos agora a iniciar uma intervenção no Centro de Saúde Chaves II, que é o mais difícil, mais crítico, mas para isso, contamos com a colaboração da Santa Casa de Misericórdia, que amavelmente nos cedeu de forma gratuita o espaço da antiga Misericórdia, onde funcionava a ERPI e lá, está neste momento, já a funcionar e a serem desenvolvidas as atividades dos cuidados primários, naquilo que tem a ver com a Unidade de Saúde Familiar e no que diz respeito às Unidades de Cuidados na Comunidade. E, portanto, sim, com algumas exigências, com a compreensão dos profissionais de saúde, com também a compreensão dos nossos utentes, sendo certo que as condições não serão as idóneas, ainda assim, são satisfatórias, mas esta é uma intervenção que permitirá que nós possamos fazer a requalificação, do Centro de Saúde Chaves II que, de facto, há muito tempo carecia de uma intervenção importante e nesse contexto temos previsto no orçamento para 2026 ou no PPI 3 milhões 622 mil 133 euros e 19 cêntimos. Temos também prevista a implementação de um projeto do Orçamento Participativo 2024, que é a implementação de desfibriladores automáticos externos, os DAE que queremos avançar, que é algo que vamos concretizar porque foi um compromisso assumido no Orçamento Participativo. Para terem mais informação desagregada a intervenção no Centro de Chaves I, o valor é de 972 mil euros, no Centro de Saúde Chaves II, no valor de 2 milhões e 223 mil euros e, no Centro de Saúde de Vidago era um pouco acima de meio milhão de euros, um bocadinho abaixo do meio milhão de euros, sendo certo para 2026, o valor residual é de 176 mil euros. Dizer aqui também para conhecimento de vossas excelências que o valor financeiro, o envelope financeiro transferido do PRR é insuficiente para a concretização destas obras, tínhamos já essa opinião, ela foi reforçada porque, de facto, os preços médios de construção subiram bastante e nós hoje estamos a falar provavelmente da necessidade de assunção através do Orçamento Municipal, não coberto por financiamento PRR, num valor entre 800 mil euros a 1 milhão de euros que o Município vai incorrer no seu Orçamento para poder requalificar essas Unidades de Saúde e para efetivamente nós podermos ter espaços condignos para o exercício da prática das atividades profissionais no âmbito da saúde que decorrem nestes edifícios, mas também, sobretudo, para os nossos concidadãos. Depois, na área da segurança social e ação social, são 495 mil 162 euros e 78 cêntimos. Estamos aqui a falar sobretudo, para que saibam, porque é um valor para 2026, que depois vai ter um reforço em 2027 e também em 2028, de uma requalificação do edifício das instalações da antiga residência de estudantes de Chaves, como sabem, aquele edifício que fica na Madalena, que fica na margem esquerda do Tâmega. É um edifício do Estado, não é do Município, não é da Freguesia é do Estado. Depois de três ou quatro



anos de diligências, da apresentação de um projeto para o mesmo e, naturalmente, da capacidade de assunção da intervenção das obras, nós na semana passada, na quarta-feira, pudemos assinar com a ESTAMO, que é a Entidade que gere o património do Estado, e foi validado pelo Secretário de Estado das Finanças da Habitação e as infraestruturas, pudemos assinar a transferência por cinquenta anos, não é transferência definitiva da propriedade, mas sim a transferência para uso durante cinquenta anos deste investimento, o que nos vai permitir fazer a requalificação desse edifício para destino da residência de estudantes, sendo que para 2026 tem uma dotação prevista em orçamento de 492 mil euros e depois vamos ter que em 2027 ter 820 mil euros e em 2028 mais 328 mil euros. No âmbito da habitação e serviços, temos aqui uma dotação muito expressiva, estamos a falar de 11 milhões 920 mil 894 euros e 58 cêntimos. Vou referir aqui algumas das intervenções, designadamente a reabilitação do Bairro do Fomento dos Fortes, com uma previsão ainda de dotação de 3 milhões 057 mil 966 euros e 73 cêntimos. Dizer aqui que afinal era possível, afinal fomos capazes, afinal, com muito esforço, dedicação, compromisso, foi possível fazer o que os outros disseram que iam fazer e que já tinham tudo pronto para fazer, mas que de facto, nunca saiu da mera intenção e ela agora está em concretização e há-de estar concluída em 2026. Temos, também aqui, uma intervenção muito importante no âmbito da habitação para arrendamento acessível, estamos a falar de uma requalificação de um conjunto edificado no centro histórico, com 10 fogos. Estamos a fazer 10 fogos depois de termos adquirido vários edifícios degradados no centro histórico, junto à Rua de Santa Maria, Travessa do Teatro, rua Major Sousa Mendes. E, portanto, ainda para 2026, a previsão é que nós possamos alocar a esse investimento 1 milhão 268 mil 752 euros. Mas, depois, como sabem, não se faz investimento, não se fazem candidaturas, não se fazem obras, se não houver projetos e, portanto, prevemos também para o ano de 2026, entre estudos e projetos, gastar ou, neste caso, investir 600 mil euros. Temos depois uma rubrica mais genérica, importante para pequenas intervenções de pavimentação, outras infraestruturas e pavimentação de arruamentos com 800 mil euros. Temos uma intervenção prevista para a zona polis, queremos continuar a fazer a sua requalificação, já fizemos uma intervenção, mas queremos continuar a melhorar algumas das componentes desta intervenção muito importante e que muito valorizamos. E a previsão em 2026, podemos lá investir 381 mil euros e, depois, em 2027 idêntico valor. Mas queremos também fazer coesão territorial e queremos também concretizar a igualdade e, portanto, estamos a executar sistemas de águas residuais em Argemil da Raia, em Vila Nova de Monforte, mas também em Avelelas. Não apenas redes de saneamento, mas também redes de água, pavimento, também sistemas de tratamento de efluentes. Porque uma das coisas que mais me surpreendeu foi chegar à Câmara e perceber que nós temos redes de saneamento, mas não temos sistemas de tratamento. Temos várias aldeias sem sistemas de tratamento. A minha pergunta é, quem foi responsável? E qual era a ideia? A ideia era fazer a rede e não fazer tratamento? Pelos vistos num determinado período da nossa história, fizeram-se saneamentos sem tratamento. Ainda são várias as situações e, portanto, estamos aí com um problema difícil de resolver, um investimento importante. Mas parece-me que é inaceitável, quem é que faz redes e não faz sistemas de tratamento? Pois bem, foi alguém do PSD. Sim, sim, é verdade. E podemos até chamar os nomes, se quiserem, e dizer os locais e quais foram, em que as aldeias é que existem. Se quiserem, podemos fazê-lo. E é um trabalho interessante, é um trabalho de arqueologia histórica, até pode ser interessante fazer-se. Mas estava aqui a dizer que estamos a prever para Argemil da Raia 1 milhão e 30 mil euros, para Vila Nova de Monforte 1 milhão e 11 mil euros e para as Avelelas 827 mil euros. Depois, temos um projeto muito importante, concorrencial, que é o primeiro princípio de intervenção no Rio Tâmega e, portanto, é um projeto que sobretudo vai intervir nas dimensões da resiliência, nas dimensões da condutividade e da consolidação. Temos um projeto que se chama contratos de Rio, Rio Tâmega. É um projeto que, sobretudo, quer diminuir o risco relacionado com cheias e com os impactos que têm nas infraestruturas e nas componentes urbanas. E, nesse contexto, queremos fazer uma intervenção no leito do Rio, nalguns sítios, fazendo alguma dragagem, retirando alguns dos inertes que existem, para que o Rio possa melhorar a sua condutividade. Já temos parecer da APA, aleluia! Depois, dizer que, nesse contexto, prevemos em 2026 ter um investimento de 1 milhão 471 mil euros nessa intervenção, depois complementada em 2027 com valor idêntico de 1 milhão 471 mil euros. Portanto, estamos a falar, seguramente, de um valor muito próximo dos 3 milhões de euros. Depois, queria também aqui dizer que, no âmbito daquilo que tem a ver com uma inscrição de serviços culturais e recreativos, temos prevista a conclusão da requalificação do campo de futebol da Fonte do Leite, a construção do relvado sintético do



Complexo Municipal Flaviense, que será concluído a breve trecho, mas ainda assim apresenta uma dotação para 2026 de 185 mil euros. E, depois temos previsto para a construção da piscina municipal coberta para 2026 o valor de 4 milhões e 50 mil euros para que, de facto, o início da execução possa acontecer em 2026. Esperamos, e vamos fazer tudo, para que isso aconteça. Já se abriram as propostas, já temos pelo menos duas propostas válidas para que se possa adjudicar esta construção, deste equipamento desportivo tão relevante, tão ansiado e nunca executado. Muitas vezes prometido é certo e nunca executado. E, portanto, a nossa expectativa é que nós, já em 2026, possamos ter execução. A previsão é de 4 milhões, mas, ainda assim, estaremos dependentes de duas condicionantes externas, que é da circunstância de não haver conflito e, portanto, não haver nenhum contencioso administrativo relativamente à adjudicação e depois os trâmites relacionados com o visto do Tribunal de Contas, que muitas vezes pode andar entre 2 e 6 meses. Depois, também dizer que, está inscrito para início, mas verdadeiramente, o valor que aqui está é para projeto e pouco mais, construção do pavilhão multiusos de Chaves, com 240 mil euros para 2026 e o valor remanescente para 2027, que, provavelmente, depois passará para 2028. Estamos a falar que já temos contrato assinado relativamente a este projeto, é um contrato que tem um custo na ordem dos 200 mil euros, daí a inscrição deste valor para 2026. Depois, um projeto no âmbito da mobilidade, queremos implementar uma rede de bicicletas elétricas de uso partilhado no nosso Concelho, sobretudo beneficiando a nossa comunidade educativa, mas também com apetência de utilização pelos residentes e pelos turistas. Depois nas funções económicas, com 18 milhões 281 mil 210 euros e 89 cêntimos, temos alguns projetos importantes. Temos um projeto de eficiência energética do Centro Escolar, porque apesar de não ser um edifício muito antigo, na componente da climatização nunca funcionou muito bem desde o início. Tal como este edifício em que nós nos encontramos, também acontece exatamente o mesmo, a climatização nunca funcionou muito bem. A verdade é que as intervenções a este nível são muito onerosas, portanto, prevemos, para essa intervenção no Centro Escolar, em 2026 um valor de 490 mil euros e em 2027 o mesmo valor de 490 mil euros. Portanto, estamos a falar de um valor que vai ficar muito próximo de 1 milhão de euros na intervenção do Centro Escolar. Temos, também, a previsão de iniciar uma intervenção de eficiência energética no Balneário Termal de Vidago, estamos a falar também de outro equipamento importante, este mais na área termal pedagógica, mas a verdade é que, por exemplo, só para aquecer a piscina, o custo anual com gás anda na casa dos 60 a 70 mil euros/ano e, portanto, nós temos que mitigar estes custos e queremos, relativamente ao balneário de Vidago, permitir diminuir os custos da operação para que nós possamos ter uma utilização mais intensiva, mais valorizada para que possamos beneficiar as populações de Oura e da Ribeira Doura e outros, e também designadamente, os termalistas, que queiram utilizar esse espaço. E, portanto, a nossa previsão é gastar em 2026 o valor de 135 mil 950 euros e em 2027 o mesmo valor também, num total de quase 300 mil euros. Queria ainda aqui dizer que é nossa expectativa, também em 2026, concluir a intervenção de valorização, qualificação da área de acolhimento empresarial nova geração e concretizar a dotação prevista para 2026 de 6 milhões 167 mil euros. Mas queremos também concretizar o Bairro Digital do centro histórico com a dotação remanescente 245 mil euros. Queremos continuar também o processo de requalificação e beneficiação dos nossos arruamentos e estradas, com uma dotação de 1 milhão e 300 mil euros e depois, também uma obra importante, se a piscina não tem qualquer financiamento externo, tem é verdade, tem um financiamento externo, mas é parte do empréstimo, já a requalificação da estrada regional 314 não tem qualquer financiamento externo. Estamos a falar de uma intervenção importante, uma intervenção decisiva de mobilidade, de mobilidade entre Concelhos, absolutamente importante para a centralidade de Chaves no que diz respeito à zona de Montenegro e não só. E, portanto, a nossa previsão, é que ela possa iniciar-se na componente desde Vilar de Nantes até Fornelos já em 2026, provavelmente no primeiro trimestre. Aguardamos a decisão do Tribunal de Contas. Aliás, um dos assuntos que a seguir discutiremos, tem a ver com um dos aspetos suscitados pelo Tribunal de Contas e queremos encontrar uma solução para que possamos ter o visto necessário de forma a que as obras possam acontecer. E a verdade é que temos uma previsão de execução desta empreitada em 2026 de 1 milhão 262 mil euros, em 2027 de 3 milhões e 515 mil euros e em 2028 de 688 mil euros. Depois, queremos dar uma tradução e conclusão à requalificação da Rua Gualdino Pais, que apresenta uma dotação ainda de execução em falta de 802 mil euros. Queremos fazer também a requalificação urbanística do Alto do Couto em Vidago, que é uma obra do Orçamento Participativo de 2023, que tem uma dotação de 419 mil e 314 euros, e queremos também acabar a



requalificação do caminho municipal do troço de Dadim a Cimo de Vila da Castanheira, que ainda tem uma dotação de 498 mil euros. Mas queremos também concretizar a pavimentação da Rua Nova e Rua da Igreja de São Vicente da Raia, cuja dotação financeira no Orçamento é de 252 mil euros e fazer a beneficiação da estrada municipal 501 no troço entre Rio de Mousse, São Vicente da Raia e Aveleda, no valor de 279 mil e 840 euros. E, portanto, são valores muito relevantes. Espero não os ter maçado muito com esta informação, ainda tenho mais informação, mas que eu vou passar à frente. Com certeza poderemos depois, na discussão, eventualmente falar sobre alguns aspetos que entendam importantes. Pela primeira vez, não falei do passado, não falei do antes, só falei do futuro. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Jaime Esteves Abreu, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia na sua pessoa cumprimento, os restantes elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, minhas caras e meus caros. A proposta do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual para o ano de 2026 não pode merecer a aprovação política do PSD. Em coerência com a sua visão programática para o governo local do Concelho de Chaves, constante do seu programa eleitoral recentemente sufragado pelos flavienses na Coligação de que fez parte, Chaves Mais. A política fiscal prosseguida com a proposta dos instrumentos de gestão financeira da autarquia para o ano de 2026 é marcada, entre outros aspetos de natureza fiscal, pela não devolução aos flavienses da percentagem de 5% do IRS atribuída ao Município de Chaves. O PSD defende, nesta matéria, uma política fiscal que permita, ainda que de forma progressiva, devolver aos flavienses essa percentagem de participação de IRS confiada ao Município de Chaves, sendo a mesma concretizada de forma gradual ao longo do presente mandato autárquico, com as seguintes percentagens de devolução justa e equitativa do respectivo imposto de IRS aos flavienses 3% em 2026, 3,5% em 2027, 4,5% em 2028 e 5% em 2029. Esta medida fiscal, para além de ser mais justa, iria permitir aliviar a carga fiscal das famílias flavienses, diga-se, já muito sobrecarregadas de impostos, particularmente a classe média e todos aqueles que têm um rendimento médio ou mesmo baixo, medida que não colocaria em causa a sustentabilidade financeira do Município, bastando para o efeito introduzir mais racionalidade, eficácia e eficiência na realização das despesas municipais. Por outro lado, no plano financeiro, a proposta de Orçamento e plano de atividades em apreciação tem uma aparente dimensão expansionista, reforçando o investimento público a realizar no Concelho de Chaves durante o próximo ano. Realidade que sai manifestamente prejudicada nos anos económicos subsequentes e pela simples razão de que a sustentabilidade deste orçamento está muito acantonada às receitas emergentes de fundos externos, diga-se ainda não assegurados e, ainda, ao recente empréstimo contraído pela autarquia, operação financeira que ainda está, aparentemente, dependente da concessão do visto prévio do Tribunal de Contas. Esta realidade financeira espelhada neste Orçamento, parece apontar para uma estratégia de desenvolvimento financeiro que no futuro apenas poderá permitir realizar investimento público no Concelho de Chaves através de receitas excecionais ou através do endividamento municipal, realidade que não pode ser acompanhada pelo PSD de Chaves. Acresce que os dois mais significativos investimentos públicos consagrados no orçamento para 2026, a construção das piscinas municipais e o pavilhão multiusos, são obras públicas de grande relevância para a qualidade de vida das populações locais, mas cuja execução física e financeira já vem sendo prometida pelo governo local do Partido Socialista desde o ano de 2018, sem qualquer tradução efetiva para os flavienses. No caso das piscinas municipais, a situação sai ainda agravada pelo facto da sua execução se projetar até ao ano de 2029, privando os flavienses da utilização no seu concelho de piscinas municipais por um período seguramente superior a 3 anos considerando que a solução proposta para a sua localização vai determinar a efetiva demolição das piscinas municipais actualmente existentes. Por tudo isto, voltamos contra esta proposta. Muito obrigado. -----

Paula Alexandra dos Santos Chaves, pelo **Plano C**, no uso da palavra disse: -----

Estendo novamente os meus cumprimentos a toda as pessoas nesta sala, porque os que estão em casa, não podem assistir. -----



“O Plano C tem como foco principal o bem-estar da população, a proteção do meio ambiente do nosso território e a defesa de um ambiente cultural e identitário forte, construído com a participação ativa de quem aqui vive, trabalha e cuida deste concelho. -----

Aquilo que hoje aqui discutimos não é apenas um conjunto de números. Um orçamento é sempre uma escolha política. -----

E o orçamento que este executivo apresenta não responde aos grandes desafios do presente nem prepara o futuro. -----

1. O envelhecimento da população e coesão social. O Alto Tâmega e Barroso é uma das regiões mais envelhecidas da Europa. Este é um dado do Anuário Regional 2025 do Eurostat, o serviço estatístico da União Europeia. Perante esta realidade, não encontramos neste orçamento uma estratégia clara, integrada e de médio ou longo prazo para inverter esta tendência. Não existem medidas estruturantes que promovam a fixação de população, a atração de jovens, o regresso de quem saiu ou a criação de condições reais para constituir família neste território. -----

Os reduzidos apoios à natalidade e ao arrendamento, apresentados como solução, são manifestamente insuficientes e desarticulados. -----

Falta uma política de habitação pública, falta investimento sério na rede de apoio às famílias, o que penaliza sobretudo quem trabalha e quem quer cá ficar ou todos os que possam vir para cá morar. Sem pessoas, não há território. E sem políticas públicas ambiciosas, este concelho continuará a perder população, serviços e futuro. -----

2. Alterações climáticas, ambiente e mobilidade. No combate às alterações climáticas, este orçamento volta a falhar por ausência de medidas concretas. Não existe um plano sério de proteção e valorização do rio e dos seus afluentes, nem uma estratégia integrada para a recuperação ecológica das margens do Rio Tâmega. -----

No entanto em contextos onde sabemos que o município pode agir também tarda em o fazer como é o caso da poluição do Ribelas. Em maio de 2023 o Município de Chaves foi notificado pela Inspeção Geral da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território de uma denúncia dando conta de vários esgotos ligados diretamente ao ribeiro do Ribelas na margem esquerda do rio Tâmega e que perante uma anterior denúncia dirigida ao Município e perante a inação do serviço o cidadão direcionou a sua exposição a este órgão com o objetivo de exercer pressão para que algo fosse feito. Posto isto deste a presente notificação o Município continua sem dar resposta a este cidadão bem com continua sem dar resposta a este problema de Saúde Pública. As zonas de lazer continuam estagnadas, os parques infantis insuficientes, sem ampliação nem requalificação consistente, apesar do seu potencial ambiental, social e turístico, e nem mesmo com o aumento do turismo na região se verifica uma melhor resposta na quantidade e qualidade (manutenção/higienização) nos sanitários públicos disponíveis. -----

Na mobilidade, o paradigma mantém-se ultrapassado. Continua a privilegiar-se quase exclusivamente a viatura particular, com uma rede de transporte escolar desajustada às necessidades reais, que discrimina quem vive a menos de 3 km da escola e não responde às necessidades afetando trajetos aos desenhos dos agrupamentos de escolas permitindo que várias crianças fiquem em situação de exclusão. Não existe um plano de mobilidade ajustado à malha urbana e rural, nem incentivo sério ao uso da bicicleta, nem identificação de vias seguras e prioritárias. -----

A mobilidade sustentável não se resolve com ações simbólicas num único dia do ano. O Dia da Mobilidade Urbana deveria ser todos os dias, integrado numa política contínua, coerente e inclusiva. -----

3. Cultura e desporto. O valor atribuído a 3/4 eventos é aproximadamente o mesmo valor que é distribuído ao longo de 365 dias de atividade cultural em Chaves. O Festival de Teatro de Rua, que iria para a sua 9.ª edição em 2026, com uma média superior a 400 pessoas por sessão, não acontecerá por decisão deste executivo sem que fossem apresentados quaisquer argumentos que justifiquem esta decisão. -----

Para além disso, os monumentos históricos permanecem sem sinalética adequada e sem comunicação digna do seu valor histórico, alguns deles com falta de manutenção flagrante. Os artistas plásticos por exemplo são afastados do Museu de Arte Contemporânea e remetidos para espaços secundários, que não quer dizer que todos tenham que expor neste local, mas muitos tem qualidade mais do que comprovada e reconhecida para lá terem o direito a expor. Os museus, da nossa região na sua maior parte não oferecem visitas guiadas, nem técnicos especializados e que possam por exemplo falar mais do que uma língua estrangeira. Não existe uma direção artística multidisciplinar que articule museus,



bibliotecas, escolas e associações garantindo uma programação cultural própria complementando assim a oferta. -----

Ano após ano, associações e agentes culturais são empurrados para a precariedade, obrigados a mendigar apoios mínimos para sobreviver, mas não só! No que toca ao desporto, a história é, infelizmente, muito semelhante. Verificamos que existe uma atitude muito redutora em relação à prática desportiva amadora. O desporto deve ser visto mais como um investimento e menos como uma despesa. Chaves precisa de mais e melhor investimento no associativismo, tanto desportivo, como cultural. -----

Esta postura repete um padrão antigo, tanto no desporto, como na cultura, pautado pela: -----

- ausência de diálogo com agentes envolvidos; -----

- pela inexistência de planeamento participativo; -----

- e pela falta de mediação e de visão estratégica. -----

Conclusão. Bem, o Plano C não está aqui só para apontar aquilo que está em falta, queremos também contribuir com soluções. Acreditamos que, mesmo sem aumentar a dotação orçamental, é possível fazer mais, fazendo melhor. Mas isso só será possível se houver compromisso por parte do executivo e envolvimento por parte da comunidade. Este orçamento não responde ao presente e compromete o futuro. É por isso que não podemos concordar com ele.” Muito obrigado. -----

Pedro Miguel Albino Figueiredo, pela IL, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde, novamente a todos, vou tentar agilizar a minha participação. Tinha previsto discursos para o ponto 18, e obviamente 19 e 21, uma vez que todos falam de impostos e afetam o orçamento, vou agilizar e tratar todos agora e prometo que não vou demorar sequer 10 minutos. Referir então, em relação a este orçamento que saudamos muitas das medidas, por exemplo, a taxa de IMI, estar no escalão mais baixo, e os projetos que se falaram de saneamento, consideramos que são muito importantes para a população. Entretanto, gostaria apenas de reforçar também que gostaríamos de ver uma descida nos impostos como o IRS, descida e neste caso a devolução de alguma parte do IRS. Do que pude ler de Atas anteriores, conseguimos perceber que é uma medida injusta, nós consideramos que seria uma forma de atrair gente mais capacitada com outro tipo de recursos e que obviamente paga outro tipo de impostos que podiam ser recuperados de outra forma. Vou falar já da Derrama, obviamente que nós somos sempre sensíveis a uma descida de impostos, obviamente votaremos a favor, mas falando num termo socialista, *achamos que é pouquinho, muito pouquinho* e acho que estando previsto, por exemplo, um aumento de 44,34% de taxas, multas, outras penalidades e está previsto um aumento desta percentagem, cerca de 1 milhão de euros, podíamos acomodar aqui uma devolução de IRS ou então até mesmo uma redução da Derrama, conformando aqui uma coisa e outra, de maneira a aliviar tanto os empresários como os individuais, pagando IRS. Voltando à parte de manhã no espaço de coworking, ouvi um coro em que toda a gente dizia que já existe um espaço de coworking, eu sei que existe, mas não existe para todos os profissionais, um contabilista, um designer, um programador, um marketeer, que eu saiba, não se pode instalar nas instalações da CIMAT, podem funcionários públicos, podem pessoas que estejam a desenvolver programas de aceleração, mas eu acho que um jovem empresário, um profissional liberal que até se possa querer instalar em Chaves, não tem um espaço de coworking para trabalhar, acho eu, a custos acessíveis. -----

Sabemos também que existe um espaço semelhante na ADRAT, mas convido todos a visitarem e verem o que é que se passa lá. Resumindo espaços de coworking a custos acessíveis, acho que seria uma boa forma de darmos um sinal positivo a este tipo de empresários, ou aos profissionais liberais. Sugeriria também um espaço para fazer, então, este espaço de coworking, o espaço que era da antiga ACISAT, não sei se ainda está livre. Sei que esteve desde o Pavilhão Expoflória. A minha sugestão seria uma parceria com esta associação, uma vez que também é de empresários locais, penso que podíamos ter alguma almofada ou eventualmente, alguma linha protocolar que permita fazermos estas obras em conjunto com a ACISAT. Também, um pequeno reparo, uma coisa até simbólica para a comunidade LGBT, que não vi, pelo menos não reparei em nenhuma medida, que pudesse abarcar esta comunidade. Podemos dar algum reconhecimento, não fica mal e sugeriria apenas uma medida simbólica, todos os anos, praticamente, pintamos passeadeiras na cidade, porque não pintar uma com um Arco Íris representativa desta comunidade. Sugeriria, se calhar, junto à Escola Dr. Júlio Martins, na Avenida 5 de outubro e na Avenida Miguel Torga, porque não? -----



Vou passar para o ponto 19. Em relação à criação de uma taxa de direitos de passagem, porque percebi que seria previsto arrecadar 14 mil euros com esta medida. Achamos que o custo de oportunidade pode ser muito mais alto e, seguidamente, poderá haver outros players, que se queiram instalar e toda a areia na engrenagem pode não ajudar aqueles que se instalem aqui, como já aconteceu, de resto. Em relação à Derrama, também já falei, acho que poderemos, mas não haverá essa abertura por parte do Presidente, mas seria um sinal interessante para atrairmos mais grandes empresas, principalmente as que mais sofrem com isto são as de grande valor acrescentado nos serviços, na computação etc. Obrigado. -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Antes de mais, muito boa noite, senhor Presidente da Mesa da Assembleia, permita-me que o cumprimente de uma forma muito especial, num reverente cumprimento extensivo à senhora e senhor Secretários e como eu sou um praxista por natureza e esta é a minha primeira intervenção nesta Assembleia magna, como é evidente desejar um excelente exercício ao logo destes quatro anos. ----- Permitam-me também que cumprimente de uma forma muito particular o senhor Presidente da Câmara, felicitando-o, elogiando-o, vejo que está em pujante como se provou aqui por esta extensa sumula que fez do Orçamento e, que também nos esclareceu, cumprimentos esses que são extensivos à senhora e aos senhores Vereadores, às senhoras e aos senhores Deputados, às senhoras e aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, público aqui presente, estrutura de apoio e comunicação social aqui presente. -----

Não pretendo ser muito extenso na nossa apreciação, mas de qualquer, forma, convém fazermos aqui uma reflexão no que diz respeito à elaboração dos Documentos Previsionais, portanto, que é o reflexo financeiro das políticas do Município: -----

“A elaboração dos documentos previsionais é o reflexo financeiro das políticas do município, pelo que na sua elaboração e na sua concretização deve ser levada em linha de conta a racionalidade, a eficiência e a transparência, servindo estes para projetar, guiar, usando-se como linha de orientação e que nos permite descortinar aquilo que podemos esperar do município e da sua linha de ação. -----

Esta importante tarefa, que está acometida ao Executivo Municipal, neste momento temporal, é constituída pela elaboração dos documentos previsionais, que apesar de constituírem documentos de alguma complexidade técnica, têm, também uma forte componente política, porque devem refletir, sem equívocos, a vontade de cumprir o programa eleitoral, com que o partido vencedor se apresentou ao eleitorado, que mereceu a sua eleição com histórica maioria absoluta. -----

Agora é tempo de olharmos para o futuro! Da análise atenta dos documentos constatamos que os relevantes investimentos em curso, a que se somam os previstos para os anos seguintes, irão com toda a certeza incrementar o desenvolvimento económico, social, turístico e cultural do concelho, contribuindo para a dinamização da cidade e do concelho de Chaves. -----

CHAVES, território Natural, Sustentável e Resiliente; -----

CHAVES, território Atrativo, Inclusivo e Saudável; -----

CHAVES, território Histórico, Cultural e Turístico; -----

CHAVES, território Competitivo, Inovador e Digital; -----

CHAVES, território Próximo, Acessível e Universal; -----

A estratégia assente nestes pilares, evidencia o vanguardismo do projeto, a envolvimento do investimento e atratividade que se pretende imprimir ao mercado local. -----

As obras em curso a que se somam as estruturantes e importantes, como sejam a requalificação da ER-314, a construção das piscinas municipais e o multiusos que já está a ser pensado, fincam bem a solidez do crescimento, a visão estratégica deste executivo. -----

Constatamos que além do crescimento económico se aposta no apoio às populações, no cuidado e resposta às necessidades do concelho, como é o caso do arrendamento acessível, que merece uma particular atenção, o que muito nos apraz. -----

Em matéria de educação e saúde, o investimento previsto para o próximo ano é muito expressivo, pois supera os 6,4 milhões de euros, nos quais se inclui a requalificação das unidades de Chaves e de Chaves I, Chaves II e Vidago, ao nível dos cuidados primários, e a Escola Fernão Magalhães, não descurando o investimento em tecnologia e modernização da área de acolhimento empresarial. -----



*Os sistemas de águas residuais de Argemil da Raia, Avelelas, Vila Nova, e a intervenção prevista para a melhoria da condutividade do rio Tâmega, evidenciam a preocupação com a sustentabilidade ambiental, com a proteção do meio ambiente, e a melhoria da qualidade de vida das populações. -----
Um orçamento centrado na coesão social e territorial, no investimento e emprego, na construção e requalificação de equipamentos, espaços públicos e rede de mobilidade urbana e rural, bom como na qualificação humana, no ambiente e termalismo merece o nosso total apoio, pelo que o grupo municipal do PS irá votar favoravelmente.” Muito obrigado, tenho dito. -----*

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
Boa noite, fazia uma sugestão, uma reflexão é, será que o ponto mais importante que esta Assembleia tem que discutir, cada ano começa a ser discutido após 9 horas de Assembleia Municipal? Parece-me insensato, pode ter várias explicações, mas merece uma reflexão para o futuro, devia ser puxado para mais cedo, é um reparo se for à Mesa da Assembleia, esse é um primeiro aspeto. Um segundo aspeto, que tem a ver com aquilo que eram as propostas eleitorais da CDU e que eu ia salientar aqui só em duas áreas, que eu vejo aqui, ainda muito pouco respondidas. Uma área é a resposta às alterações climáticas no benefício das populações mais desfavorecidas, das que não podem gozar férias fora de Chaves, ou seja, é preciso que, se não neste orçamento nos próximos orçamentos, a autarquia vá encontrando soluções que permitam mitigar aquilo que se adivinha, anuncia como certo que é Verões extremamente secos e extremamente quentes. A CDU apresentou na sua campanha eleitoral várias propostas é preciso pegar nelas, ter a ousadia, nomeadamente nas zonas de armazenamento de água, desbloquear, os bloqueios legais que com o tempo se tornaram absurdos, nós temos que aproveitar as reservas de água para o lazer, para o aproveitamento e a autarquia tem que ser ousada mesmo em termos nacionais de reivindicar a mudança da legislação, que não permite a utilização dessas barragens, digamos. Um outro aspeto tem a ver com a saúde materna/infantil, nós desafiamos na campanha eleitoral que é preciso ir muito além de uma decisão que nós também votamos favoravelmente, do apoio por cada bebé que nasce. É preciso ir muito além e haver um investimento que coloque Chaves, no radar de um sítio onde a maternidade é bem-vinda, onde há espaços específicos para as crianças. Porque tudo isto beneficia no essencial, um concelho amigo das crianças com ludotecas, com reforço dos parques infantis, com área de apoio às crianças com deficiência, com reforço do pessoal nas escolas para lidar com todo o ensino inclusivo. Chaves deveria ficar no mapa em relação a esses aspetos e fica aqui essa referência. Finalmente duas reflexões: Primeiro a devolução do IRS, eu agora raramente faço isso em termos pessoais, via isso com muito interesse, mas é uma medida socialmente injusta, porque vai no fundo retirar financiamento público, à Autarquia à custa de quem? Daqueles que têm salários mais altos. Não me parece que seja uma medida socialmente justa, parece-me que a Autarquia pode indicar um caminho para essa verba que vem do IRS do pagamento que fica retido na Autarquia e pode indicar... olhe para as políticas materno infantis, pode ser um ótimo caminho, mas não devolver o IRS, às populações, como digo a mim, individualmente dava-me até muito jeito, mas acho que é socialmente injusto. -----
Da mesma forma que a Derrama e sempre foi uma tradição da política autárquica, penso que no executivo anterior também, que é, as empresas que têm sede no Concelho têm um tratamento, as que não têm sede no Concelho, não podem ter esse tratamento se não são sempre benefícios fiscais, para os mesmos do costume e nós sabemos quem são os mesmos do costume. A CDU vai-se abster na votação do orçamento. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, esclareceu e respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----

Boa tarde, senhor Presidente, boa tarde senhor Primeiro Secretário, boa tarde senhora Segunda Secretária, boa tarde senhora Vereadora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social e estrutura de apoio. Quase me apetecia começar pelo fim. Se calhar estas são as razões pelas quais nós ganhamos as eleições. É que, verdadeiramente, as propostas que estão aqui inscritas são aquelas que a população quer, não são as que vossas excelências apresentaram. Porque as eleições foram há pouco mais de dois meses e já estão aqui a querer inscrever no programa de quem ganhou as eleições, as vossas propostas. Acho que a democracia devia dizer que, pelo menos no primeiro ano, deviam abster-se ou votar a favor. Esse era o



reconhecimento da tradução da vontade popular e a vontade popular falou, falou de forma clara, evidente. E vale para o Plano C, que quer com um voto condicionar 80 ou 90 ou 100, mas vale também para o Chega, que com quatro votos quer condicionar a Câmara toda, vale para a CDU e vale para o Chaves Mais. Agora já não é Chaves Mais, é que curiosamente, quando dá jeito, juntam-se quando não dá jeito, separam-se. Acharam que podiam ganhar votos nas eleições, juntaram-se por causa do método de HONDT, agora aqui na Assembleia Municipal já são três grupos políticos distintos. É curioso, não é? É muito curioso. Eu não estou a dizer que não estão a usar as prerrogativas legais, eu não estou a dizer nada disso, eu só estou a dizer que é curioso. Não estou a dizer que é ilegal, que não pode ser feito e que estão a subverter as regras da democracia. Não disse nada disso, mas é curioso, mas é curioso e fica esta nota só para reflexão. Nós também temos que refletir um bocadinho e, portanto, é mais uma reflexão que aqui fica. Vamos então fazer aqui uma análise subsequente daquilo que são as considerações que foram feitas sobre este documento. Porque, provavelmente, muitas das coisas foram feitas e que foram ditas aqui, é porque nunca fizeram um orçamento e nem sabem o que são regras orçamentais, regras previsionais, regras de elevação do orçamento. Provavelmente há gente aqui que não sabe nada disso e acha que o céu é o limite e que o espaço é nosso. É um bocadinho assim, eu percebo essa ideia naif, esta ideia de que tudo pode acontecer. É bom, é bom, é uma ideia de criança, mas é uma ideia que nós temos que alimentar toda a vida. Mas de qualquer das formas, depois o real significa o quê? E vou, só antes de responder concretamente às perguntas, dizer que fazer um exercício orçamental, tem regras. As regras são muito fáceis e eu vou aqui anunciar a primeira das coisas que nós temos de saber é da despesa corrente qual a que já está comprometida para o próximo ano? É que não tem elasticidade, nós não a podemos reduzir, ou seja, há muita despesa corrente que em 2025 foi de uma determinada grandeza e em 2026 vai ser maior, ainda. Falo desde recursos humanos, de despesa com pessoal, com despesas de energia, de aquecimento, de transporte, de seguros, de projeto, enfim, uma enormidade. Se calhar estamos a falar, se calhar não, estamos mesmo a falar, de quase 55% ou 60% do orçamento e, portanto, esse não conta nesta equação. Portanto, esta ideia de que o dinheiro pode ser utilizado como nós queremos esbarra logo com esta realidade. E depois há outra coisa muito importante, é preciso perceber que no investimento há alguns que têm uma execução plurianual, que tem impactos em diferentes anos e, portanto, verão no orçamento da despesa, no que concerne ao investimento que há projetos que já começaram um ano ou há dois, mas que têm impactos financeiros e orçamentais em 2026 e alguns em 2027. E, portanto, é também necessário acautelar esses impactos financeiros, porque senão estaríamos a cometer graves ilegalidades. Aí sim, estaríamos a cometer graves ilegalidades, e isso não seria possível. E, portanto, só depois aquilo que fica e, eu não percebo algumas críticas porque nós estamos a retirar naquilo que eu falei antes, que é no saldo corrente, mais de 7 milhões de euros para o investimento. Eu acho que isso é boa gestão. O contrário, não seria possível porque violaria a regra do equilíbrio, mas em muitos casos o valor anda próximo. E, portanto, dizer que até parece que o exercício orçamental até parece que, a construção das grandes opções do plano, são em cada momento, a capacidade de nós transformarmos tudo. E até parece, porque aconteceram eleições dia 12 de outubro, que nós hoje já podemos mudar tudo o que fizemos o ano passado, não é verdade? Podemos fazer algumas alterações, algumas modificações, pequenas introduções, mas a verdade é que a transformação não é grande e por isso é que determinados investimentos, determinadas obras, determinadas ações, estão sistematicamente a serem inscritas, porque elas têm que naturalmente poder ser amadurecidas, ser também ao mesmo tempo alocados recursos financeiros e, portanto, era esta a nota que eu queria dizer. Eu vou fazer aqui algumas considerações, avaliações, apreciações, opiniões minhas, sobre aquilo que foi dito e com o qual eu discordo, estou em desacordo frontal. Doutor Jaime Abreu do PSD ou da coligação. Acho que aqui é do PPD/PSD, acho que é assim que tem que se dizer, não é da coligação Chaves Mais. Dizer que não concorda e que vai votar contra, muito bem, respeito, é a sua opinião é a opinião da bancada que integra. Mas quer me parecer que sinceramente está, na minha perspetiva, errado, errado porquê? Porque é verdade que não foi sufragado, pois não? Quem foi sufragado foi o PS, o PS é que foi sufragado de forma extensiva, de forma muito importante. E, portanto, significa que neste contexto, claramente que vocês não podiam ter aqui o vosso programa ou senão alguma coisa errada estaria na política ou na minha cabeça. Se nós quiséssemos introduzir aqui o vosso programa estaria alguma coisa errada e provavelmente os eleitores sentir-se-iam defraudados, sentir-se-iam enganados porque diriam, eu não votei nestas propostas. Eu não votei nestes protagonistas. E, portanto, claramente



que não estão aqui, as vossas propostas, estão as nossas propostas. Depois, dizer outra coisa sobre política fiscal para 2026, eu acho que a nossa política fiscal, como tive oportunidade de dizer, é justa e equilibrada e é também sustentável. Porque é que eu digo isto? Porque nós, no domínio fiscal, tivemos sempre políticas amigas das famílias e das empresas, de forma coerente, integrada e sustentável. Primeiro, foi connosco que o IMI desceu para a taxa mínima, foi promessa eleitoral e foi cumprida e tem-se mantido. E posso-vos dizer que a expectativa de redução de receita resultante do IMI podia andar nos 460 a 500 mil euros. E, portanto, isso foi feito, está concretizado e está a ser mantido ao mesmo tempo que, também já perceberam, há uma redução do IMI relativamente aos dependentes. Podia não haver, mas ela existe e está lá cada um dos dependentes. Vamos ter oportunidade de falar dela a seguir, quando aprovarmos a taxa do IMI e vão perceber também que há uma proposta ainda na política fiscal que faz com que a isenção de IMI para determinadas situações passe de 3 anos para 5 anos. Portanto, isto não é uma política fiscal amiga das famílias? Quer-me parecer que alguém está a ver mal a realidade ou tem uma visão liberal, ultraliberal! Depois, queria dizer o seguinte, eu estou claramente em desacordo com a medida da devolução dos 5% de IRS aos munícipes, mas também não custa nada dizer que eu já pensei de forma diferente. Eu já pensei de forma diferente, eu já entendi que, provavelmente, podia haver oportunidade e até seria ser justo num outro período da minha juventude, uma divisão entre o Município e as famílias. Estamos a falar, para que tenham a noção, de 1.7 milhões de euros. Mas estes 1.7 milhões de euros são fundamentais para financiamento de um conjunto de atividades e algumas até de carácter básico, primário, de funcionamento. Porque é uma receita, porque quando nós estamos a falar do orçamento, estamos a falar de previsão, não estamos a falar ainda de execução. E, portanto, a previsão é que nós tenhamos determinadas receitas, mas há algumas receitas podem não acontecer e esta, com algumas variações de montante, ela irá acontecer. E, portanto, é claramente importante porque de outra forma, poderíamos ficar numa situação de desequilíbrio. Mas quando nós falamos de justiça, de justiça social, de justiça fiscal, eu acho que devolver 5% do IRS, a quem? A uma pequena parte da população, 5%, 6% da nossa população, 3% da nossa população que tem rendimentos do trabalho, portanto IRS elevados e seriam essas pessoas que iriam ter uma devolução. Olhe, o Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, por exemplo, ou eu próprio, e outros que estão aqui nesta sala, mas globalmente, quem? Trabalhadores dependentes com remunerações elevadas em final de carreira, um ou outro empresário que declara valores importantes, outros empresários de diferentes setores, mas no essencial, na minha perspetiva, receberia quem menos precisa, porque a tal classe média, que é aí indicada, essa classe média, sobretudo a classe média baixa, não receberia nada ou muito próximo, do nada, 30 euros por ano, 20 euros por ano? É disso que nós falamos. Falamos verdade e, portanto, provavelmente para os Vereadores que aqui estão também interessava? Claro que interessava! Se calhar é uma proposta interessada e, portanto, dizer que eu acho que, na minha perspetiva, faz muito mais pela justiça social, pela justiça distributiva, pelo apoio às famílias, o Município, do que estarmos a permitir que os residentes no Concelho de Chaves, vissem a devolução do IRS, se calhar no nosso caso, em muitos dos casos estão aqui, aproveitaria para fazer umas férias ou para ir um fim de semana, era isso que faria. E, portanto, sim, acredito nisso, eu também acredito no Pai Natal, com certeza que eu acredito no Pai Natal! É isso mesmo assim e, portanto, a motivação é nós devolvemos às pessoas para eles fazerem donativo. Bem, como sabe, já há forma de fazer donativos, eles podem ser feitos, designadamente com uma participação de IRS, pode destinar a uma entidade qualquer, já o pode fazer. Portanto, parece-me que, sinceramente, estão a tentar esconder a evidência com uma nuvem. Portanto, dizer que claramente estou em desacordo. Se depois essa dotação, esse valor é usado numa prioridade ou noutra prioridade, incumbe a quem toma as decisões, mas nesta matéria social há muitas medidas que nós estamos a tomar importantes. Por exemplo, quando nós fizemos a reabilitação dos dois Bairros Sociais, quando estamos a fazer o terceiro, quando estamos a fazer intervenção social, quando nós, por exemplo, dotamos recursos próprios do Município à educação, mas também à área da saúde, estamos a fazer, nesta perspetiva, também uma integração, uma coesão social. Quando, por exemplo, nós apoiamos a natalidade, estamos a fazer coesão. Quando nós apoiámos, por exemplo, o transporte gratuito a todos os alunos até ao 12º ano, estávamos a fazer inclusão. Agora, que queremos construir ou, melhor, requalificar a antiga residência de estudantes secundários, também queremos fazer coesão social. Quando nós criamos ateliers, quando nós fazemos respostas a grupos desfavorecidos, quando se faz apoio social, esta é uma componente importante dos Municípios e, por isso, até me parece que se esqueceram ou não deram



importância. Têm ainda presente quanto é que eu disse que nós íamos gastar na função social, quer no PPI, quer no PAM? Já se esqueceram? Mais de 20 milhões de euros, não é? E, portanto, é disso que nós estamos a falar, falemos de coisas consistentes de coisas que tenham verdadeiramente utilidade e esqueçamos a acessória. E, portanto, quando nós vimos aqui dizer e fazemos declarações, nós não defendemos cores políticas, o que a nós nos interessa é a população, o que nos interessa é o bem comum, pois é preciso que seja concretizado em cada atitude, em cada decisão e, em cada deliberação é, assim que na minha perspetiva tem coerência e a nossa opinião ganha consistência. Depois, queria ainda dizer o seguinte, então, a defesa do PSD é que nós devíamos reduzir a nossa participação no IRS, com uma gestão mais eficiente, com uma gestão mais racional. Provavelmente o que queriam dizer é que nós fizéssemos a gestão eficiente do PSD que foi pagar a 6.8 milhões de euros em juros no mandato. É essa gestão eficiente que estão a falar? É disso que estão a falar? De gestão eficiente? Porque gestão eficiente é o que nós fazemos todos os dias, gestão eficiente foi o que permitiu que este Município tivesse em 8 anos, reduzido 20 milhões à dívida. Isso sim, é gestão eficiente. E, portanto, a gestão eficiente nós já a fazemos. E essa gestão eficiente não pode ser o contributo ou a contrapartida para a redução desse valor, porque isso é uma coisa que está inata, que é inata e que naturalmente já fazemos e queremos continuar a fazer. Eficiência financeira, eficiência de recursos humanos, eficiência de sistemas, eficiência energética é, isso que nós fazemos, isso era uma prioridade estratégica que, em certa medida, foi concretizada. Agora, claramente não concordamos com a vossa visão da eficiência, porque se a eficiência era não pagar água e juros às Águas do Norte, se eficiência era acrescentar juros a cada ano, se eficiência foi deixar a Câmara numa situação de saneamento financeiro, não contem connosco para essa eficiência. Depois, dizer-nos que é um orçamento expansionista, ainda bem que é um orçamento expansionista! Ainda bem que este executivo teve a capacidade e a oportunidade de ter um orçamento de 91 milhões de euros. Ainda bem, porque provavelmente não será repetível, pois não? Ainda bem. Mas, provavelmente, se não houvesse a capacidade de captação de tantos fundos, nós não teríamos este investimento. Isso é algo que deve ser censurado ou é alguma coisa que deve ser avaliada positivamente? Para o PSD deve ser censurado para mim deve ser premiado, sinceramente. E depois dizem outra coisa: a sustentabilidade deve ser garantida sem fundos externos! O que é que isto significa, em termos concretos? É aumentar a água? É aumentar o saneamento? Mas ao mesmo tempo que pedem a redução do IMI e do IRS, querem um aumento da autonomia financeira do Município. Pois bem, como é que se consegue o aumento da autonomia financeira do Município se não for através do incremento das taxas, dos impostos? Não conheço outra forma, mas estou disponível para que me ensine se algum dos senhores Deputados quiser vir aqui, explicar sob o ponto de vista orçamental e financeiro como é que faz. Eu estou disponível para ouvir aqui, ou noutro momento qualquer e se me diz que é má gestão não ter capacidade de recorrer a fundos europeus não reembolsáveis a fundo perdido é, verdade que são irrepetíveis, mas são a fundo perdido. Não são empréstimos. Isso é má gestão? Isso deve ser censurado? Sinceramente, estamos diametralmente opostos naquilo na avaliação que fazemos quanto àquilo que deve ser o papel dos Municípios e o papel da boa gestão. Depois, queria também dizer outras coisas, parece que agora o problema é porque vamos fazer as piscinas cobertas. Antes era porque não as fazíamos, agora é porque as vamos fazer. Vossas excelências estiveram 16 anos para fazer as piscinas, tiveram um quadro comunitário de financiamento a 85% em que todos os Municípios do Alto Tâmega fizeram piscinas. Pois bem, o único iluminado, o único que estava certo, era o Município de Chaves que não fez nenhuma. É curioso, não é? E, portanto, significa que aqueles que tiveram oportunidade, que tiveram os fundos, que tiveram oportunidade e nada fizeram, são agora aqueles que criticam quem faz. Para mim isto chama-se hipocrisia política, é este o nome que tem, hipocrisia política. Não tem outro qualificativo. Resultado da tal eficiência e de boa gestão, nós conseguimos agora alguns recursos, complementados por fundos externos, no caso empréstimo, e vamos concretizar essa piscina e vamo-la fazer de numa lógica não apenas de presente, mas de futuro, que tenha sustentabilidade para o futuro. Porque nós não queremos mais um Museu de Arte Contemporânea em Chaves, nós não queremos mais um equipamento que gera 500 mil euros ou quase 500 mil euros de despesa todo ano sem nenhum retorno financeiro. Não é isso que nós queremos! Nós queremos um equipamento sustentável, ambiental e, também, tendencialmente, em termos económicos. Mas, para isso, nós precisamos que este equipamento, que estas piscinas, possam ser aquecidas com geotermia e também com energia solar, porque de outra forma, seriam insustentáveis. Porque aquecer umas piscinas semiolímpicas através de



energia elétrica ou gás natural, são valores de centenas de milhares de euros. Eu repito, centenas de milhares de euros que certamente seriam demasiados para o Município de Chaves. Por isso é que perceberam que havia Municípios do País que tinham piscinas novas e estavam fechadas, sabem porquê? Não tinham capacidade financeira para as pôr a funcionar, designadamente no que diz respeito ao aquecimento da água e atmosférico. E, portanto, foi isso porque nós localizamos ali as piscinas que iremos fazer. Não lhe posso dizer, eu não vou aqui garantir, que as piscinas vão ser feitas em dois anos. O prazo contratual é de um ano e meio ano e meio, agora, naturalmente, há dois aspetos que nós não conseguimos controlar: Primeiro, nós não sabemos em que momento vamos obter o visto do Tribunal de Contas, portanto, não sabemos se a obra começa em março ou em abril ou em maio ou em junho, não sei responder. Por outro lado, naturalmente, gostaríamos muito que a obra fosse feita e executada de forma célere, mas é sempre uma obra que vai demorar, eu admito que possa demorar dois anos e até mais de dois anos. O importante é que a obra seja feita, seja bem feita, seja concluída e possa ser colocada à disposição dos nossos concidadãos, porque há muito tempo que a merecem e há muito tempo que já a deviam ter. Mas a verdade é que quem pôde, não a fez, e quem sucedeu a seguir, herdou uma dívida impossível de gerir no imediato e nessa perspetiva impossível, sem recursos externos de fazer esta obra e, portanto, tivemos que aguardar pela tal boa gestão, libertar fundos, para que nós agora possamos, com uma parte significativa dos recursos próprios, fazer aquilo que outros, com os recursos externos, os tais que são censuráveis, não conseguiram fazer. Mas queria também dizer outra coisa, sim, nós queremos fazer o multiusos. Sim, mas o multiusos não está para 2026, não sei se será para 2027! Mas a verdade é que queremos fazer, e, portanto, vamos fazê-lo. Quanto à questão das obras, vou dar uma má notícia, as obras têm sempre incómodos, as obras trazem sempre prejuízos, as obras têm sempre consequências negativas. Quem é que gostaria de fazer obras sem as fazer até em nossa casa. Pintar uma parede, arredar um móvel, refazer o reboco lá em casa. O que acontece é que é sempre uma chatice, um mês, dois ou três. Pois bem, fazer uma piscina nova com esta dimensão, com esta exigência técnica, com certeza que é uma obra complexa e com certeza que vai ter alguma delonga e alguma demora. E, com certeza, vai trazer consequências negativas, designadamente para o desporto escolar nas escolas que utilizam, na Escola Dr. Júlio Martins, na Escola Fernão de Magalhães, vai ter certamente também um prejuízo para a população. Nós estamos a trabalhar já para que possamos mitigar os efeitos, designadamente com o município de Verín, para que pelo menos os atletas federados e não só, mas pelo menos os atletas federados possam ter um espaço para que eles, possam continuar a fazer a prática da natação e possam continuar a competir utilizando a piscina de Verin. Agora, naturalmente que vai ser uma perda, vamos ter durante algum tempo uma diminuição da resposta relativamente a esta situação. Depois queria agora falar daquilo que foram as propostas da Membro desta Assembleia Municipal, Paula Chaves, do Plano C. É uma idealista, de facto, as ideias que nos trouxe aqui, em teoria, todos nós concordaríamos com elas. Verdadeiramente as questões que nos coloca aqui sobre o envelhecimento da população, sobre as questões relacionadas com a capacidade para fixação das pessoas e aquilo que tem a ver com a questão da sustentabilidade ambiental, aquilo que tem a ver com a proteção do meio ambiente, dos ecossistemas, estamos todos de acordo. Naturalmente que nós com os princípios estamos todos de acordo. Mas quando temos que dar tradução em ações e soluções, provavelmente vamos ter algumas divergências. Já me ouviram falar e vou aqui repetir que os Municípios não têm capacidade para mudarem o paradigma demográfico, a não ser que haja aí algum especialista em demografia que diga que não, que a demografia em quatro, ou em cinco ou em seis anos pode mudar e nós podemos alterar isso. Então, vamos ter que falar com a Comissão Europeia para ensinar como é que se faz, porque todos os países na Europa, neste momento, têm uma pressão demográfica, um stress demográfico importante. Agora, com certeza, eu já disse e repito, na campanha eleitoral disse uma coisa muito básica sobre isto, para mim, a resposta à democracia faz-se com a economia. Porque a questão da qualidade de vida e de um conjunto associado de respostas é importante, mas é importante depois do quê? Depois do emprego, depois da sustentabilidade da sua família, só depois é que vem o resto. E, portanto, esta é a resposta à questão da população. Eu conheço relatórios da OCDE e outros relatórios e sei bem o desafio demográfico que esta população do Alto Tâmega e Barroso tem. Mas, ao mesmo tempo que nós concordamos que há um desafio importante e, para falar de uma forma clara, o nosso stress é muito importante, sobretudo em resultado do quê? Do nosso saldo natural. O nosso saldo natural é muito negativo, mas é muito negativo. Em traços breves, provavelmente em Chaves, pereceram 750 a 800



peças e nasceram umas 240 a 250. Já perceberam o que é que aqui está a acontecer em cada ano, não é? Este saldo natural, não tem um impacto tão decisivo naquilo que é o saldo global, porque há movimentos migratórios e isso tem diminuído aquilo que possam ser as consequências ao nível da diminuição da população. No entanto, há outro aspeto importante que é a questão do índice de fertilidade. É preciso perceber que população temos, em que idade é que está, que idade é que tem, e se existe ou não expectativa de que possam ser mães e pais. Isso, de facto é um desafio importante, que não se resolve com palavras, que não se resolve com intervenções ou com discursos, resolve-se com uma coisa muito importante, mudar o paradigma, mudar a forma como todos nós olhamos para a nossa comunidade, a nossa sociedade, a nossa realização pessoal e profissional. Porque, enquanto nós estivermos centrados todos no hedonismo, provavelmente o que vai acontecer é que quem mais pode não tem filhos, e tem mais filhos quem menos pode, infelizmente é assim. E, portanto, alguma coisa tem que mudar nesta dinâmica, porque senão não vamos conseguir chegar lá. Mas queria dizer o seguinte, ainda assim, nós não desistimos, entendemos que é importante continuar a acreditar, que é possível atenuar, mitigar os impactos relacionados com este envelhecimento e o que isso significa em termos humanos e em termos também sociais e em termos económicos. E foi por acreditar nisso que, já fizemos intervenções no Bairro Social de Casas dos Montes, dos Aregos, estamos a fazer também, no Bairro Verde, ou Bairro dos Fortes que vamos fazer também no Bairro de Vidago, que vamos fazer a residência de estudantes, é por isso que estamos a fazer arrendamento acessível no centro histórico e queremos ainda fazer mais um edifício para além dos 10 apartamentos que estamos a fazer, mais 8 apartamentos, porque acreditamos que a questão da habitação é importante. Se houver oportunidade, faremos ainda mais no que diz respeito à resposta da habitação, sendo certo que a resposta deve ser uma resposta integrada da administração central, dos privados, mas também, eventualmente, de cooperativas, portanto, precisamos todos de dar aqui um contributo muito importante. Mas porque acreditamos nisso, estamos também a investir na questão da educação, mas também na saúde, mas também na área de acolhimento empresarial, na fixação de novas empresas, na criação de novas oportunidades e novos empregos. Enfim, estamos a fazer um conjunto muito importante de intervenções. Estamos, por exemplo, também noutro domínio e já aí, noutro sinal, a tomar decisões na área da sustentabilidade ambiental, da mobilidade. Tinha muitas mais coisas para dizer aqui à Membro desta Assembleia Municipal Paula Chaves, do Plano C, mas dir-lhas-ei noutras oportunidades porque é uma idealista e eu acho que é bom ser idealista, mas depois é preciso, também, pôr os pés na terra e perceber que temos que concretizar. Só muito rapidamente, nós fizemos muitos parques infantis, fizemos um grande parque infantil nos últimos anos, e o ano passado gastamos 150 mil euros em parques infantis. Este ano vamos fazer um parque infantil, não é para a comunidade, mas no Santo Amaro e vamos fazer outro em Casas dos Montes na Francisco Gonçalves Carneiro, vamos gastar quase 100 mil euros em parques infantis. Temos intenção de todos os anos, requalificar três parques infantis porque eles estavam completamente degradados. Mas, fazer tudo ao mesmo tempo é quase impossível. Depois dizer-lhe outra coisa, também nos sanitários públicos, queremos e estamos a acabar uma proposta para colocar dois sanitários públicos em dois locais diferentes. Só respondendo à membro desta Assembleia Municipal, para acabar, estamos já com uma candidatura apresentada para mais um coworking, não muito longe daqui. Nós estamos se calhar a alguns 50 m deste espaço, vai haver um coworking novo do Município e não apenas o da CIM, para que possamos encontrar também novas respostas para isso que nós falamos. Depois discordo, e como já tive oportunidade de dizer na reunião, da sua visão sobre a cultura, sobre o desporto. Faço-lhe um desafio, compare o antes de 2017 com o depois 2017. E vou mandar chegar a si um relatório com a identificação de todas as atividades culturais feitas no Concelho em 2025, está bem? Para que depois não diga que foram poucas. Mas vou fazer para que tenha a noção da quantidade de eventos culturais que são feitos nesta cidade, neste Concelho e não apenas pelo Município de Chaves, mas também por outras entidades. Depois, vou terminar já, dizer ao Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, naquilo que são as suas sugestões, elas são de mérito, são interessantes, entendo que, nalguns domínios, a responsabilidade maior é da Administração Central. Ainda assim, continuo a entender que nalgumas dimensões, a resposta não pode ser toda nos Municípios. Mas parece que agora esta é a tônica, tudo o que deva acontecer no território, deve ser Município a fazer. Posso partilhar consigo que já fizemos uma carta ao Ministro da Agricultura a pedir que altere a legislação, porque, não sei se sabem, mas neste momento, as nossas barragens são exclusivamente de aproveitamento agrícola. E, portanto, nós fizemos



já uma proposta ao senhor Ministro, tem uma semana, dez dias, não sei, a pedirmos que pudesse alterar ou propor alteração da legislação para que elas pudessem ser de uso múltiplo. Foi isso que nós fizemos porque, se não for alterada a lei, nada poderemos fazer, mas já tomamos essa iniciativa. E depois, quanto ao Membro desta Assembleia Municipal Rui Pinheiro, do PS, dizer que agradecemos o estímulo e queremos continuar a fazer muito, a fazer mais e, portanto, a transformar este Concelho, a transformar esta cidade para que, de facto, nós continuemos a ser um Concelho de afirmação, de atração, de desenvolvimento nas dimensões todas: económica, humana, social, mas também ambiental, porque Chaves merece e os flavienses, também. Obrigado, flavienses. -----

Jaime Esteves Abreu, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----
Cumprimentar novamente todos os presentes, começando naturalmente na Mesa Órgão soberano, todos os presentes, caras e caros deputados. Eu prometo que vou ser muito breve, apesar das intervenções longas do senhor Presidente, eu penso que consegui ouvir tudo com atenção e à medida que ia ouvindo com mais consciência e clareza, percebi que ainda bem que divergimos. Ainda bem que divergimos, nós temos uma visão diferente de ver a visão da social democracia, agora eu acho que devia estar mais atento às propostas que saem desta Assembleia porque, é assim, ganhou as eleições, mas nós também representamos pessoas e o senhor Presidente é o Presidente de todas essas pessoas. Acho que devia ter sempre isso presente. Depois também esta coisa de estar sempre a olhar para o passado, confesso que já é recorrente, é só argumentação, vai sempre em torno de dois argumentos: ou não sabe, “eu é que sei”, ou então foram os outros que fizeram para trás. Portanto, esta esta coisa de estar sempre a olhar para o passado, para mim, revela falta de ambição. Tenho que lhe dizer, isto é o caminho para não fazer, só já falta vir aqui culpar o PSD pelas casas que estão feitas na Ponte romana de um lado e do outro a tapar os arcos da ponte, ainda vai haver um dia que vou ouvir isso. E cada vez tenho a consciência que já faltou mais. Depois de 8 anos de governação, acho que esse discurso não tem cabimento nenhum, não faz sentido nenhum. Portanto, o que eu, e para não me alongar, porque acho que o tempo de facto é precioso para todos, só tenho a dizer uma coisa, estamos num novo ciclo, faça. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----
Senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora Vereadora, senhores Vereadores, Membros desta Assembleia Municipal. Ainda bem que temos uma visão diferente e ainda bem que a maioria dos flavienses pensa de forma diferente de vossa excelência. Porque senão, provavelmente estaríamos em regressão, provavelmente! Ainda bem que não pensam como vossa excelência e, nalguns casos, não pensa como pensa a social democracia, pensa um bocadinho mais à direita, na minha perspetiva e nalgumas propostas, não são a social democracia que fala. Designadamente o IRS não tem nada a ver com a social democracia, na minha perspetiva é a minha interpretação. E peço que seja um bocadinho educado na forma como reage. Depois, dizer-lhe outra coisa, provavelmente, quem não conhece o passado e não lhe dá relevância, não tem futuro. E, portanto, provavelmente, quem não olha para o passado de uma forma analítica, construtiva, no sentido de corrigir os erros que cometeu, certamente vai repeti-los e o PSD, com essa reação negativa ao passado, não reconhecendo o que de muito mal fez e, também, fez coisas boas, mas do mau que fez, designadamente na piscina, ter a ousadia de vir sempre falar sobre a piscina e ter as posições que tomou para mim é hipocrisia política, não tem outro qualificativo, sinceramente. Portanto, dizer-lhe que sobre isso estamos falados. Sobre a falta de ambição, o que eu posso dizer é que a ambição está traduzida naquilo que são os investimentos e a realização na cidade e no Concelho que nós hoje temos. Essa é a nossa ambição e a nossa ambição, está espelhada no maior orçamento que algum dia o município de Chaves teve. Isso não é a maior ambição? Qual é a ambição? É a da regressão? A ambição é a do passadismo? Essa é que é a ambição? Portanto, queria dizer que a ambição é muito grande e posso-lhe dizer o seguinte, fica aqui o desafio, os nossos compromissos, os compromissos que nós assumimos perante os flavienses, queremos cumpri-los. Queremos cumpri-los e é essa a nossa missão. Este ciclo é, de facto, um novo ciclo, mas é um ciclo de continuidade do anterior. -----

No uso da palavra a Membro desta Assembleia Municipal, **Paula Chaves**, do **Plano C**, no uso da palavra, efetuou um pedido de esclarecimento. -----



Senhor Presidente, o Plano C está aqui para fazer política de uma forma diferente, esta casa não está habituada a que partidos fora do espectro político atual, ou de como conhecemos. Têm dificuldade em aceitar sugestões que possam parecer válidas, mesmo que não tenham sido desenhadas por vocês e que sejam aportadas por outros? É esse o esclarecimento. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta votos a favor, seis votos contra e oito abstenções de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Francisco António Chaves de Melo, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Luiz Mário Alves Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, António Manuel Pires de Almeida, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Sónia Cristina Adães Ferreira, Abílio do Nascimento Ramos, Fernando Emanuel Monteiro Lopes, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Pinheiro, Aurora Teixeira Carvalho Morais, Ricardo Vassal Coutinho e Maria de Fátima Monteiro Carvalho Marques. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes, de Anelhe – Victor Manuel Gonçalves Esteves, de Bustelo – Fernando José Moura de Barros, de Curalha – Domingos de Moura Alves, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Guilherme Pires Vilanova, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Filipe Manuel Rodrigues dos Santos, de Tronco - Catarina da Silva Oliveira, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - Alexandre Gomes Araújo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Carlos Alberto dos Santos Vaz, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Ana Margarida Tito Fontes Parada, de Vale de Anta – Nuno Alves Pereira, de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Marília Valente Ferreira Abelha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Pimentel Sarmento, Jaime Esteves Abreu, Gilberto Gomes Alves e Raquel Sofia Macedo Estrela Bastos. -----

Abstenções: -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo do Plano C: Paula Alexandra dos Santos Chaves. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA: José Luís de Menezes Amarante, João Felisbino Garcia Pereira de Oliveira e Alberto Gonçalves Ribeiro. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Maria Teresa Morais Sarmento Campos e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo Municipal do IL: Pedro Miguel albino Figueiredo. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes quinze membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Fernando Miguel Borges Valpaços e Ricardo Alexandre Fontes Correia. ---

Pelo Grupo Municipal do PSD: Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, David Tavares Teixeira da Silva, Paulo Vítor Veiga Ribeiro, Bruno Miguel Baptista Lopes e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA: - Ana Maria Pires Pinto de Almeida. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Cimo de Vila da Castanheira – Marcelo Rodrigues Morais, de Oura – Raúl Fernandes Salvador, de Redondelo – Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta



Morais, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa e de Vilas Boas – Floriano Alves Videira. -----

José Luís de Menezes Amarante, pelo **CHEGA**, no uso da palavra, fez declaração de voto: -----
Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, a minha declaração de voto tem a ver com o que foi apresentado quando vim aqui por causa do tempo de estudar as matérias e os pontos todos, como não tive tempo, porque trabalho. O tempo de dois dias é pouco. Neste caso um fim de semana à meia-noite é pouco para nós estudarmos matérias como estas. Absteve-me, absteve-me, por isso é que me absteve, porque não posso prejudicar as populações votando contra, mas também não posso dar um voto de confiança, não tendo conhecimento das matérias. -----

No uso da palavra e em resposta ao membro da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: informo-o de que a Mesa está a cumprir a Lei e o Regimento no que diz respeito aos prazos de entrega da Ordem de Trabalhos e da Documentação. -----

PONTO 19 – CRIAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP), PARA O ANO DE 2026. PROPOSTA Nº 165/GAP/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal. Esta é uma proposta que se explica de forma muito simples. Estamos a falar de uma taxa de 0,25% relativamente às empresas que se dedicam às comunicações e, portanto, o que está aqui, tem a ver com uma taxa pela utilização, implantação, passagem e atravessamento. Não é nada daquilo que acontecia no passado que era uma taxa de ocupação do subsolo que o Município de Chaves teve e que fez com que Chaves ficasse para trás no que diz respeito ao incremento da rede, sobretudo rede de fibra ótica. Estamos a falar de um valor verdadeiramente residual, estamos a falar de 0,25% que incide sobre uma faturação de 5 milhões e 600 mil euros que é feita no nosso Concelho e que é feita, sobretudo, pelas grandes operadoras. Não acredito que qualquer operadora que aqui possa querer vir a instalar-se ou a desenvolver a sua atividade económica, seja por causa disso que se inibe de o fazer. E fazemos isto, não porque a receita seja materialmente relevante, mas apenas numa lógica de bom princípio de gestão financeira, porque não devemos desperdiçar recursos disponíveis que podemos utilizar. Depois, dizer o seguinte, neste momento ou está em curso ou vai avançar já no território uma ampliação da rede de fibra ótica. Está, neste momento, uma empresa no terreno que se chama DS Telecom, com sede em Braga, que ganhou o concurso da Região Norte e, portanto, vai estender cabo de fibra ótica que vai permitir que mais 7060 famílias possam beneficiar de fibra ótica, sobretudo nas freguesias que têm muita dificuldade de acesso às comunicações. E isto é o resultado de todo o trabalho que foi feito ao nível local, ao nível regional, ao nível do Ministério da Coesão Territorial, depois de sinalizarem as zonas cinzentas, onde havia dificuldade de comunicação. Neste momento, já estão a ser feitos licenciamentos para ocupação do espaço no domínio público e, portanto, é um projeto que está em execução e que certamente vai ser muito importante no que diz respeito à conectividade digital. E isso não foi impedimento qualquer no que diz respeito a esta taxa que é uma taxa, verdadeiramente, manifestamente insignificante. A receita estimada é de 14 mil euros. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e um votos a favor, um voto contra e três abstenções. -----

PONTO 20 – DEFINIÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS A LIQUIDAR NO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2026. PROPOSTA Nº 166/GAP/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores e também a todos os Membros desta Assembleia Municipal e que ainda têm esta resiliência de nos acompanhar. Queria dizer, sobre esta



matéria, que a proposta que nós trazemos para 2026 é idêntica à do ano passado. Ela tem aqui um racional que tem a ver com a questão de incentivo e desincentivo no que diz respeito aos imóveis, no seu geral, que existem no nosso Concelho e que serão cerca de 26 a 27 mil. Nós estamos a propor a manutenção da taxa fixada no ano anterior, portanto 0,3, que é o mínimo legalmente admissível pela lei. Portanto, não podemos ter uma taxa menor do que esta. Depois, propomos também que haja uma redução fixa ao valor do IMI em função dos dependentes: 30 euros para um dependente, 70 euros para 2 dependentes e 140 euros para mais de 3 dependentes. Neste particular, queria dizer que nós temos que estimular ou então censurar quem tem uma utilização pouco socialmente adequada do seu património. Porque, como sabem, na minha perspetiva, o património tem uma função social muito relevante e, nessa perspetiva, a nossa intenção é a de que todos aqueles que cuidam, tratam, valorizam e reabilitam o seu património, devem ser considerados e devem considerados também sob o ponto de vista fiscal, e quem não o faz, na minha perspetiva, deve ser censurado. -----

E, portanto, o que nós propomos aqui, mais uma vez, é que haja um incentivo ou um desincentivo em função da atitude dos respetivos proprietários. Entendemos que, no que concerne a proprietários com edifícios ou frações no centro histórico, sejam afetados por um conjunto de majorações ou minorações em sede de IMI. Estamos a propor aqui uma redução de 15% de IMI em prédios urbanos localizados na área de reabilitação urbana, na ARU, mas que não se encontrem em estado de ruína, nem de degradação ou devolutos. Estamos a propor também uma redução de 15% do IMI a aplicar aos prédios arrendados localizados nessa mesma ARU do centro histórico que pode ser cumulativa com o anterior. E depois estamos a propor uma majoração, digamos, um adicional de 30% da taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos degradados que, independentemente da sua localização, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, exceto quando tal seja motivo de desastre natural ou calamidade. E depois, também elevar anualmente, neste caso, para 26, ao triplo a taxa de IMI prevista para os prédios urbanos que se encontrem em ruínas ou devolutos há mais de 1 ano. Considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios, como tal, definidos em diploma próprio, cujo estado de conservação não tenha sido motivado por desastre natural ou calamidade. Sintetizando, manter a taxa nos 0,3, ter uma dedução fixa em função dos dependentes e também majorações ou reduções em função de uma atitude socialmente responsável ou irresponsável. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 21 – FIXAÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL DE “DERRAMA” REFERENTE A 2025 E A COBRAR EM 2026. PROPOSTA Nº 167/GAP/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores e também a todos os Membros desta Assembleia Municipal e a todos aqueles que ainda nos acompanham. Por lapso, referi-me há pouco à Derrama, estava a dizer que é um adicional ao imposto de IRC, portanto, significa que é um imposto que apenas incide sobre aquelas empresas que têm lucro, as que não têm lucro não têm que pagar Derrama. É um imposto que nós criamos para as empresas com sede geográfica em Chaves e que tenham, a título principal, uma atividade comercial, industrial e agrícola, aqui. Depois, queria dizer também que entendemos que devemos aplicá-la no âmbito da nossa política fiscal e de sustentabilidade financeira para que possamos concretizar um conjunto de ações relevantes. Ainda assim, a nossa proposta vai no sentido de que as empresas que tenham um volume de negócios inferior a 150 mil euros fiquem isentas deste adicional. Portanto, deste imposto municipal da Derrama, as empresas com volume de negócios entre 150 mil euros e 300 mil euros e que nos últimos 2 anos económicos criem e mantenham postos de trabalho nos seguintes termos: microempresas, um posto de trabalho; pequenas e médias empresas, 3 postos de trabalho; médias empresas, 6 postos de trabalho. Portanto, estas empresas também não pagarão derrama se tiverem até 300 mil euros de volume de negócios e cumprirem estes pressupostos. Também as pessoas coletivas, empresas de base tecnológica ID e outras classificadas como de outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares que se instalem no nosso Concelho e criem e mantenham durante o período de isenção de 5 anos, no mínimo 5 postos de trabalho, também ficarão



nessa mesma condição. A nossa intenção é que esta receita possa, preferencialmente, ser usada para intervenções no centro histórico, seja de requalificação do centro histórico, seja a nível da proteção civil. É isso que estamos a fazer e é isso que queremos continuar a fazer. Muito obrigado. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e oito votos a favor e quatro abstenções -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----
Pergunto à Assembleia, colocam a questão da continuidade dos trabalhos? Não querem recordar o passado? Nós no passado também tivemos Reuniões de Assembleia muito longas e consentimos esgotar a Ordem de Trabalhos, nunca nos opusemos. Espero que a Assembleia não se oponha. Os pontos a tratar são rápidos, são de sinalização, usaremos a metodologia de votar em bloco, na Ata vêm as votações individuais. Penso que será melhor esgotarmos a Ordem de Trabalhos do que voltarmos cá. Proponho que esgotemos a Ordem de Trabalhos, a proposta não foi rejeitada, é melhor do que voltarmos cá. -----

PONTO 22 – ALARGAMENTO DO PRAZO PARA ISENÇÃO DE IMI – ART.º 46º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS E LEI N. 56/2023, DE 6 DE OUTUBRO - “PROGRAMA MAIS HABITAÇÃO”. PROPOSTA Nº 171/GAP/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal -----

Renovo cumprimentos à Mesa, aos senhores Vereadores e também a todos os Membros desta Assembleia Municipal. A própria proposta diz de si aquilo que se pretende. O que nós pretendemos é que, em determinadas circunstâncias em que há uma isenção fiscal, sobretudo para as famílias de mais baixos de rendimento e que têm habitação própria permanente, em vez dos 3 anos que a lei permite, nós possamos acrescentar mais 2. E, portanto, aos agregados familiares de baixos recursos, relativamente àquilo que tem a ver com imóveis até um valor tributário de 125 mil euros, nós possamos adicionar 2 anos aos 3 anos que o próprio Código de per si já dá. É isso que nós propomos. -----

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Jaime Esteves Abreu, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Queria colocar uma questão, também está previsto isenções para jovens? -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Resposta telegráfica, basta ler. -----

Colocado à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 23 – DESIGNAÇÃO DE FISCAL ÚNICO – REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, EIM, SA. PROPOSTA N.º 180 /GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal -----

Cumprimentar a Mesa, os senhores Vereadores e todos os membros desta Assembleia Municipal. A explicação é muito simples e tem a ver com o seguinte, a empresa intermunicipal de que falamos de manhã, naquilo que concerne ao Conselho Fiscal, ela é exercida por um revisor oficial único. A proposta já foi aprovada nos Órgãos da própria EHATB, da Administração e da Assembleia Geral. E, portanto, o que aqui vem é que o Município participante possa concordar e, no caso concreto, possa concordar com a manutenção da sociedade do Revisor Oficial de Contas que já vem de há mais de 20 anos. E, portanto, já existia quando nós cá chegamos e está a ser mantida, e está a ser proposta também a manutenção desta sociedade de revisores oficiais de contas. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----



Colocado à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e nove votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 24 – SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS PARA OS MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. INFORMAÇÃO Nº127/DCP/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Cumprimento a Mesa, os senhores Vereadores, os senhores Membros desta Assembleia Municipal. Não tinha havido uma boa prática, o que nós agora queremos implementar é, relativamente àquilo que tem a ver com os seguros de acidentes pessoais que o Município contratualiza todos os anos, que sejam os próprios órgãos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal a aprovar alguns dos que são os aspetos mais importantes: os capitais e as coberturas. Já foram aprovados na Câmara, o que trazemos aqui agora são aquelas que têm a ver com os membros desta Assembleia Municipal, está no anexo. Muito obrigado

Seguiu-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal: -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PPD/PSD**, no uso da palavra disse: -----

Obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento toda a gente, os que ainda resistem a esta hora. O Grupo Municipal do PSD vai votar esta proposta de forma favorável e sem reserva. Em boa hora vem, quer para os Membros desta Assembleia Municipal, os diretamente eleitos e as inerências, e também para os Membros do Executivo e, por isso, votamos favoravelmente esta proposta. Em nome do Grupo Municipal, queria desejar a todos os presentes e aos seus familiares um Santo e Feliz Natal, um próspero Ano-Novo e que 2026 seja repleto de êxitos pessoais, profissionais e para todos com saúde. Obrigado. -----

Colocado à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 25 – PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS URBANAS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS PARA O ANO DE 2026. – INF.715/DA/2025; -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 26 – ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A., TENDO POR OBJETO A INTEGRAÇÃO NA REDE VIÁRIA DO MUNICÍPIO DO TROÇO DE ESTRADA EN103-5, ENTRE O KM 4,468 (CUJAS COORDENADAS, NO SISTEMA ETRS89, SÃO 58.955 E 234.494) E O KM 8,396 (CUJAS COORDENADAS, NO SISTEMA ETRS89, SÃO 59.074 E 238.168), NA EXTENSÃO DE 3,928 KM. PROPOSTA N.º 181/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Cumprimentar na pessoa do senhor Presidente a Mesa, os senhores Vereadores e os Membros desta Assembleia Municipal. Esta proposta, pese embora esta designação muito complexa, tem a ver com a transferência da responsabilidade pela gestão, mas também pelo património, de um troço da Estrada Nacional 103, que é aquela que faz a ligação entre o Lameirão e Vila Verde da Raia. E há muito tempo que é uma questão recorrente. Como sabem, nessa estrada, sobretudo na área da localidade de Vila Verde da Raia, é perceptível um conjunto de pressões na via com ruturas constantes e com alguma falta de intervenção. Estamos a falar de uma estrada nacional e é também uma porta de entrada no País e no Concelho. Nós temos vindo, há algum tempo a esta parte, diligenciando junto dos sucessivos Ministros das Infraestruturas a pedir uma intervenção de requalificação para essa via. Percebemos que a única solução era, nós próprios, Município de Chaves, assumirmos esta responsabilidade. Pese embora, entendamos que o valor financeiro adstrito a esta intervenção seja manifestamente insuficiente para esta



intervenção de requalificação, entendemos que é fundamental começarmos a tratar deste processo para que, efetivamente, nós possamos fazer a requalificação. -----

O troço da estrada que nós estamos aqui a referir fica, sensivelmente, entre Vila Verde da Raia e a ponte de pedra que existe junto ao canal até ao limite do Concelho. É nossa intenção subscrever, se essa for a interpretação dos membros desta Assembleia, a assinatura deste contrato, desta transmissão e depois, durante o ano de 2026, lançarmos um concurso para podermos fazer o projeto de reabilitação daquela via, de substituição de rede de água, de substituição da rede de saneamento básico, da execução, nalguns troços, de passeios. Queremos fazer uma intervenção, mas, para isso, precisamos que o troço possa ser integrado no domínio municipal. É isso que trazemos aqui para que vossas excelências possam aprovar. Sendo certo que a dotação financeira que aqui está é, manifestamente, insuficiente para aquilo que terá de ser a intervenção a ser implementada. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 27 - CONTRATO DE EMPREITADA “RETIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ER 314” – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANOS 2026 E 2027. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 34/DDEF/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento a Mesa, cumprimento a senhora e os senhores Vereadores, os senhores Membros desta Assembleia Municipal. A explicitação que vou fazer para esta proposta é também adequada para as próximas duas propostas e a da necessidade de vir à Assembleia Municipal. Tem a ver com esta situação, quando se aprovam as Grandes Opções do Plano, e se aprova o PPI, e se aprovam Orçamentos, como percebem, há obras e investimentos que têm efeitos plurianuais. Nós, até há dois meses, entendíamos que a alteração de dotações financeiras em anos subsequentes, não a do próprio exercício, não careceria de aprovação da Assembleia Municipal. Ou seja, se nós quiséssemos alterar globalmente o valor do Orçamento daquele exercício, teríamos que fazer uma revisão, uma alteração modificativa ao Orçamento, teria de ir à Câmara e à Assembleia Municipal. Mas, para darmos acomodação orçamental para efeitos de visto do Tribunal de Contas quando, por exemplo, uma obra era feita em três anos e ela se desenvolvia em três anos, nós entendíamos que podíamos fazer uma alteração por simples alteração, aprovada em reunião de Câmara e é isso que temos feito. A verdade é que, nestas obras que agora estamos a fazer, são obras que estão pendentes no Tribunal de Contas para efeitos de concessão de visto. A questão que suscitada, foi que o Tribunal de Contas entende agora que qualquer alteração relativamente às dotações, mesmo em anos seguintes, se for uma alteração, ela tem que vir também à Assembleia Municipal e, portanto, esta proposta e as propostas seguintes, no essencial, vêm à Assembleia Municipal, não para que haja nenhuma outra alteração, mas apenas para que se valide, para que se ratifique que esta obra tem os impactos orçamentais em 2006 e nos anos seguintes, é o que está na informação. Basicamente é isto. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor e nove abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Luiz Mário Alves Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, António Manuel Pires de Almeida, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Sónia Cristina Adães Ferreira, Fernando Emanuel Monteiro Lopes, Ricardo Vassal Coutinho e Maria de Fátima Monteiro Carvalho Marques. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA.: José Luís de Menezes Amarante, João Felisbino Garcia Pereira de Oliveira e Alberto Gonçalves Ribeiro. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Bustelo – Fernando José Moura de Barros, de Curalha – Domingos de Moura Alves, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Guilherme Pires Vilanova, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes



Costa, de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Filipe Manuel Rodrigues dos Santos, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - Alexandre Gomes Araújo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Carlos Alberto dos Santos Vaz, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Ana Margarida Tito Fontes Parada, de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Abstenções: -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Marília Valente Ferreira Abelha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Pimentel Sarmiento, Jaime Esteves Abreu, Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Maria Teresa Morais Sarmiento Campos e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo Municipal do Plano C: Paula Alexandra dos Santos Chaves. -----

Pelo Grupo Municipal do IL: Pedro Miguel albino Figueiredo. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes vinte e oito membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Francisco António Chaves de Melo, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Fernando Miguel Borges Valpaços, Abílio do Nascimento Ramos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Pinheiro, Aurora Teixeira Carvalho Morais, e Ricardo Alexandre Fontes Correia. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA.: Ana Maria Pires Pinto de Almeida. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, David Tavares Teixeira da Silva, Paulo Vítor Veiga Ribeiro, Raquel Sofia Macedo Estrela Bastos, Bruno Miguel Baptista Lopes e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes, de Anelhe – Victor Manuel Gonçalves Esteves, de Cimo de Vila da Castanheira – Marcelo Rodrigues Morais, de Oura – Raúl Fernandes Salvador, de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Tronco - Catarina da Silva Oliveira, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, de Vale de Anta – Nuno Alves Pereira, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa e de Vilas Boas – Floriano Alves Videira.-----

PONTO 28 - CONTRATO DE EMPREITADA “RETIFICAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ER 314” – AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – ANOS 2026 E 2027. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 34/DDEF/2025. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor e nove abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Luiz Mário Alves Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, António Manuel Pires de Almeida, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Sónia Cristina Adães Ferreira, Fernando Emanuel Monteiro Lopes, Ricardo Vassal Coutinho e Maria de Fátima Monteiro Carvalho Marques. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA: José Luís de Menezes Amarante, João Felisbino Garcia Pereira de Oliveira e Alberto Gonçalves Ribeiro. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Bustelo – Fernando José Moura de Barros, de Curalha – Domingos de Moura Alves, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras



– António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Outeiro Seco
– Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Guilherme Pires Vilanova, do Planalto de Monforte
(União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes
Costa, de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santo António de Monforte - Alcino do
Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém,
Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Filipe Manuel Rodrigues dos Santos, da União
das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - Alexandre Gomes Araújo, da União das Freguesias de
Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena
e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge
- José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Carlos Alberto dos
Santos Vaz, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras)
– Ana Margarida Tito Fontes Parada, de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves, de Vilarelho
da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do
Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Abstenções: -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Marília Valente Ferreira Abelha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão,
José Pimentel Sarmiento, Jaime Esteves Abreu, Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Maria Teresa Morais Sarmiento Campos e Victor Manuel de Carvalho
Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo Municipal do Plano C: Paula Alexandra dos Santos Chaves. -----

Pelo Grupo Municipal do IL: Pedro Miguel albino Figueiredo. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes vinte e oito membros deste
órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Francisco António Chaves de Melo, Rogério Alberto Amorim Reis Moura,
Fernando Miguel Borges Valpaços, Abílio do Nascimento Ramos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco
António Pinho Pinheiro, Aurora Teixeira Carvalho Morais, e Ricardo Alexandre Fontes Correia. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA.: Ana Maria Pires Pinto de Almeida. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, David Tavares Teixeira
da Silva, Paulo Vítor Veiga Ribeiro, Raquel Sofia Macedo Estrela Bastos, Bruno Miguel Baptista Lopes e
Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes, de Anelhe –
Victor Manuel Gonçalves Esteves, de Cimo de Vila da Castanheira – Marcelo Rodrigues Morais, de Oura
– Raúl Fernandes Salvador, de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel
Alves da Silva, de Tronco - Catarina da Silva Oliveira, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de
Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha –
Carlos Manuel da Cruz Chaves, de Vale de Anta – Nuno Alves Pereira, de Vilar de Nantes - Luís António
Gonçalves Costa e de Vilas Boas – Floriano Alves Videira.-----

PONTO 29 - CONTRATO DE EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE CHAVES II
– “ALTERAÇÕES MODIFICATIVAS N.º 3 E 5 AO PPI 2025 - AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS” – ANO DE 2026. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 36/DDEF/2025. --

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com quarenta e dois votos a favor e nove abstenções,
de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás
Gonçalves, Luiz Mário Alves Carneiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, António Manuel Pires de
Almeida, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso,
Sónia Cristina Adães Ferreira, Fernando Emanuel Monteiro Lopes, Ricardo Vassal Coutinho e Maria de
Fátima Monteiro Carvalho Marques. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA.: José Luís de Menezes Amarante, João Felisbino Garcia Pereira
de Oliveira e Alberto Gonçalves Ribeiro. -----



Presidentes de Junta de Freguesia: de Bustelo – Fernando José Moura de Barros, de Curalha – Domingos de Moura Alves, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairos - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Guilherme Pires Vilanova, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Santa Leocádia – Amândio Veríssimo Machado, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Filipe Manuel Rodrigues dos Santos, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - Alexandre Gomes Araújo, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Carlos Alberto dos Santos Vaz, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Ana Margarida Tito Fontes Parada, de Vila Verde da Raia – Francisco José Ferreira Alves, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Abstenções: -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Marília Valente Ferreira Abelha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Pimentel Sarmiento, Jaime Esteves Abreu, Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Maria Teresa Morais Sarmiento Campos e Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo Municipal do Plano C: Paula Alexandra dos Santos Chaves. -----

Pelo Grupo Municipal do IL: Pedro Miguel albino Figueiredo. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes vinte e oito membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Francisco António Chaves de Melo, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Fernando Miguel Borges Valpaços, Abílio do Nascimento Ramos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Pinheiro, Aurora Teixeira Carvalho Morais, e Ricardo Alexandre Fontes Correia. -----

Pelo Grupo Municipal do CH - CHEGA.: Ana Maria Pires Pinto de Almeida. -----

Pelo Grupo Municipal do PSD: Cristina Maria Medeiros Guedes Ferreira de Moura, David Tavares Teixeira da Silva, Paulo Vítor Veiga Ribeiro, Raquel Sofia Macedo Estrela Bastos, Bruno Miguel Baptista Lopes e Manuel Pedro de Oliveira Branco Teixeira. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias – Romeu Alves Pires Medeiros Gomes, de Anelhe – Victor Manuel Gonçalves Esteves, de Cimo de Vila da Castanheira – Marcelo Rodrigues Morais, de Oura – Raúl Fernandes Salvador, de Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Tronco - Catarina da Silva Oliveira, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, de Vale de Anta – Nuno Alves Pereira, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa e de Vilas Boas – Floriano Alves Videira. -----

PONTO 30 – 5.^a ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSN_006/2023 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE. PROPOSTA N.º 150/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, público presente, resistentes e resilientes. A explicação é simples, espero estar a fazer a última intervenção. Tem a ver com a transferência de competências em matéria de Saúde para o Município de Chaves e, como já perceberam, esta é a quinta adenda. Significa que já é o quinto motivo ou razão de transferência de bens e direitos para o Município. No caso concreto, tem a ver com uma coisa muito simples, foram adquiridos, ainda pela ARS, não tenho a certeza se duas ou três viaturas



elétricas. Essas viaturas elétricas têm associado um seguro, caução e, portanto, do que se trata, é que a antiga ARS, já extinta, transfere para o Municípios de Chaves a posição nesse contrato, nesse seguro caução relativamente a essas viaturas. É tão só isto que está em causa, não é mais do que isso. Aliás, é isso que está expresso no anexo que acompanha a proposta. No pressuposto que, de facto, seja a última intervenção, quero saudar todos e desejar que o Natal traga tudo de bom para todos, mas, sobretudo, que traga saúde, que traga a família, que traga amizade e depois que traga a realização que cada um ambiciona. E que possamos ter um Bom Ano de 2026 nas dimensões todas, pessoal, familiar, profissional e, de facto, o ano de 2026 seja um motivo de regozijo e de festejos. Muito obrigado. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 31 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO – NA RUA DA TRIGUEIRIÇA, EM CASAS DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 810/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 663/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 32 – PEDIDO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO BECO DA CORTINHA E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE, NA EM 502, FREGUESIA DE VILA VERDE DA RAIA – PROCESSO Nº 722/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 662/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 33 – PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EXISTENTE – NA RUA CÂNDIDO SOTTO MAYOR JUNTO À ROTUNDA DO KM 0 DA EN2, FREGUESIA DA MADALENA E SAMAIÕES – PROCESSO Nº 884/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 752/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 34 – PEDIDO DE REFORÇO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DA CAPELA DO SENHOR DOS AFLITOS, NA LOCALIDADE DE PASTORIA, FREGUESIA DE REDONDELO E NA RUA CENTRAL, NA LOCALIDADE DE NOVAL, FREGUESIA DE SOUTELO E SEARA VELHA – PROCESSO Nº 828/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 736/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 35 – PEDIDO DE REFORÇO DE SINALIZAÇÃO – NA EM507, NA LOCALIDADE DE SOUTELINHO DA RAIA, FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA – PROCESSO Nº 683/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 642/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 36 – PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – NA RUA DAS ALMAS, EM CALVÃO, FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA – PROCESSO Nº 659/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 643/DPM/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----



Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 37 - IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO, NA AVENIDA 5 DE OUTUBRO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 945/25 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 790/DPM/2025. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----

Permitam-me encerrar os trabalhos, informar só de que: -----

Representantes para o Conselho Municipal da Juventude; -----

Pelo CHEGA – José Luís Meneses Amarante; -----

Pelo IL – Pedro Miguel Albino Figueiredo; -----

Pelo Plano C – Paula Alexandra dos Santos Chaves; -----

Pela CDU – Manuel Justino Matos Cunha; -----

Pelo PS – Fernando Miguel Borges Valpaços; -----

Pelo PPD/PSD - David Tavares Teixeira da Silva; -----

Pelo CDS/PP - António João Barrigas Almeida Pereira. -----

O Senhor Presidente da Mesa propôs que a Ata fosse aprovada em forma de Minuta. Posta à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Antes de encerrar esta Sessão, informo, ainda, que iremos ter eleições para o Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte. Essa eleição irá decorrer no dia 12 de janeiro e decorrerá no Salão da Câmara Municipal, entre as 16 e as 20 horas. O material para a eleição será enviado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte, só quis dar-vos esta informação. -----

Agradeço a vossa colaboração, realmente aconteceu o que eu previa, defesa acérrima dos pontos de vista e muita convicção, mas com urbanidade. Desejo a todos um Santo e Feliz Natal e que o Novo Ano traga tudo aquilo que vós desejais concretizar. Muito obrigado. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Anselmo José Martins)

O Primeiro Secretário

(Luiz Mário Alves Carneiro)



O Segundo Secretário

(Isabel Maria Ruivo Seixas Martins)

A Assistente Técnica

(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

